



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

JULIANA NOGUEIRA AVELAR

**TRAVESSIAS “NO SOCIAL”: *POLÍTICA, CIDADANIA* E DISPUTAS
NO UNIVERSO JOVEM DO LAGAMAR.**

FORTALEZA
AGOSTO DE 2012

JULIANA NOGUEIRA AVELAR

**TRAVESSIAS “NO SOCIAL”: *POLÍTICA, CIDADANIA* E DISPUTAS
NO UNIVERSO JOVEM DO LAGAMAR.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Geísa Mattos

**FORTALEZA
AGOSTO DE 2012**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

A967t

Avelar, Juliana Nogueira.

Travessias “no social” : política, cidadania e disputas no universo jovem do Lagamar / Juliana Nogueira Avelar. – 2012.

152 f. : il. color., enc. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2012.

Área de Concentração: Sociologia.

Orientação: Profa. Dra. Geísa Mattos de Araújo Lima.

1. Antropologia política – Lagamar(Fortaleza,CE). 2. Serviço social com jovens – Lagamar (Fortaleza,CE). 3. Cidadania – Lagamar(Fortaleza,CE). I. Título.

CDD 361.30835098131

AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho certamente não teria sido possível sem as contribuições e incentivos que encontrei pelo caminho. A cada novo desafio, cada dúvida e a cada momento de cansaço encontrei palavras de estímulo e novas razões para fazer o melhor possível. Por isso devo meu 'muito obrigado' a muitos e dedico este trabalho a todos que o fizeram possível.

Agradeço a Deus pela chance de chegar até aqui.

Ao meu amor, meu melhor amigo e companheiro de vida por ter sido paciente e incentivador de minhas escolhas, mesmo quando não concordou com elas. Obrigada meu amor por dividir comigo as madrugadas mal dormidas, pelos sacrifícios com idas e vindas diante de tantos compromissos, pelas horas de espera, pelo zelo e carinho ao programar momentos de descanso da semana corrida. Obrigada por ser verdadeiramente presente na minha vida.

À minha família amada que acompanhou de perto cada etapa do mestrado. Aos meus pais, Paulo e Julia, os grandes incentivadores de minhas escolhas, que sempre me proporcionaram todo o apoio, e que são uma fortaleza em minha vida. Ao meu irmão Saulo que mesmo de longe esteve sempre tão presente acompanhando tudo de perto. À minha irmã Maiara pela alegria e entusiasmo em cada pequena vitória do percurso. À minha avó Mazé pelo apoio e carinho. Às minhas tias e em especial à minha Tiazinha sempre presente.

À minha sogra querida e minhas cunhadas pelo carinho e incentivo que sempre me deram. Ao Marcelo pelo apoio e interesse durante essa caminhada.

À minha orientadora, Prof^a Geísa Mattos, por ter sido atenciosa e presente, acompanhando com paciência o crescimento do trabalho. Obrigada pelas contribuições, pelo incentivo e por ter acreditado e confiado no meu esforço.

À Prof^a Irllys Barreira e ao Prof. Leonardo Sá pelas contribuições valiosas feitas na qualificação.

Aos amigos de trabalho da Reitoria da UFC que sempre me apoiaram acompanhando meu esforço diário em conciliar os estudos e a pesquisa de campo com o trabalho. Obrigada Cris, Ju, Ariadina, Cláudia, Matilde, Lúcia, Carmem, Joana, Ari, Joana Gomes, Prof. Luiz Antônio, Prof. Jesualdo, Ricardo, Leni, Gerlane, Léo, Seu Bené, Dona Creusa pelo carinho e incentivo.

Meu muito obrigado aos novos e velhos amigos do Lagamar que me receberam com carinho e respeito e que me guiaram nessa jornada tão valiosa nas veredas de suas lutas e esforços de mudança por uma vida melhor e mais justa.

À Auxiliadora e ao Raimundo. À Marília, querida companheira de campo com quem dividi angústias, dúvidas e expectativas.

Aos Amigos da Associação Comunitária do Lagamar, em especial ao Manoel, pelos aprendizados e pela convivência enriquecedora que tantas vezes alegrou minhas idas a campo. Obrigada, Glailson, Marlus, Mikael, Daniel, Adriano, Ramones, Fábio, Renan, Izaura, Dayana, Andrey, Gleison e todos os outros que dão vida àquele lugar. Obrigada também a Dona Bida pelas conversas.

Aos amigos da CUFA Lagamar pela receptividade, pelo apoio e pelos ensinamentos. Obrigada Del e Neidinha, e em especial aos amigos Narcélio, Rozinaldo.

Aos amigos da Fundação Marcos de Bruin pelo carinho com que me receberam no meu retorno. Obrigada Valnice, Lurdes, Vinicius e Léo. Obrigada em especial à querida Jaqueline pelo carinho e atenção.

Aos amigos do Fórum e do Conselho da ZEIS pela oportunidade de vivenciar tão rica experiência. Obrigada Jaqueline, Emanuel, Raimundo, Dona Rosarina, Dona Raimunda Chaves, Liduína e todos os outros homens e mulheres que fizeram de cada encontro um momento de aprendizado.

Aos queridos do grupo Jovens em Busca de Deus – JBD que mostraram ser a fé uma forte inspiração para a vontade de transformar para melhor o lugar onde se vive.

Meu muito obrigado a todos os outros que deixei de nomear, mas que de alguma forma contribuíram para a concretização desse projeto.

“Aos que teimam em sonhar.”
(César Weyne)

RESUMO

As formas de atuação de jovens moradores de uma localidade conhecida como Lagamar serão analisadas nesse trabalho tendo em vista os entendimentos sobre o “trabalho social” e os argumentos que fundamentam esse tipo de atuação. Tendo como ponto de partida os integrantes de três organizações locais, foram levados em conta os aprendizados vivenciados e os projetos aos quais os jovens interlocutores aderiram durante suas trajetórias. Os objetivos das organizações estudadas colocam em questão a superação de diferentes problemáticas sociais. Os significados em torno dos conceitos de juventude assim como os entendimentos sobre a política se apresentam neste trabalho como elementos chave para a análise da atuação “no social”. A partir de uma perspectiva etnográfica, foram feitas sistemáticas visitas em campo nas quais conversas informais, entrevistas, participação em atividades promovidas pelas organizações e a convivência com os jovens resultaram no material que originou a análise proposta. No envolvimento dos jovens pesquisados com projetos voltados para uma coletividade são acionadas memórias, projetos, construções de sentido e disputas que nos possibilitam interessante análise da política vivida no cotidiano.

Palavras-chave: sociologia; antropologia da política; juventude; cidadania; trabalho social.

ABSTRACT

The types of action of young residents from a place known as Lagamar will be analyzed in this paper in order to understand the "social work" and arguments that support this kind of activity. Taking as starting point the members of three local organizations that were taken into consideration the lessons learned and experienced the projects to which the young actors joined during their careers. The objectives of the organizations studied take in consideration the overcoming of different social issues. The meanings around the youth concept as well as understandings of the politics are presented in this work as key elements for the analysis of performance "inside the society." From an ethnographic perspective, systematic visits were made in the field in which informal conversations, interviews, participation in activities sponsored by organizations and young people living with resulted in the material that led the proposed analysis. Related to the Involvement of young people surveyed, in a community-oriented projects, there are triggered memories, projects, constructions of meaning and disputes that enable us to have an interesting analysis of politics in everyday living.

Keywords: sociology; anthropology of the politics; youth; citizenship; social work.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
As “lutas”	10
Associação Comunitária do Lagamar – ACL	12
Fórum da Zona Especial de Interesse Social – ZEIS do Lagamar	14
Central Única das Favelas do Lagamar – CUFA Lagamar	15
“O social”	17
1 AS TRILHAS DO “CAMPO”	21
1.1 O desconhecido-familiar	21
1.2 Sobre os “medos”	27
1.3 Laços de confiança	30
1.4 Encontros do campo	34
1.5 As travessias.....	36
1.6 Observando e participando.....	40
1.7 Questões, metodologias e perspectivas	43
2 LAGAMAR: VELHAS E NOVAS “LUTAS”	46
2.1 O Canal que divide	49
2.2 As origens, a resistência, e as “lutas”	52
2.3 O cenário nacional de “lutas”	55
2.3.1 As CEB’s	56
2.4 A era da “participação” e as ONG’s.....	59
2.5 O reflexo do “global”: novos espaços “locais”	62
2.6 Da igualdade à diferença	64
2.7 Novos aprendizados	66
3 JUVENTUDES	68
3.1 Sobre <i>juventudes</i>	68
3.2 Sobre “ser” jovem	74
3.3 O percurso dos direitos.....	78
3.4 Os direitos no papel e os movimentos organizados.....	81
3.5 Jovens “de projeto”	83
3.6 Trajetórias e aprendizados.....	85
4 EXPRESSÕES DA POLÍTICA	96
4.1 Significados da política	97
4.2 Disputas de fora.....	100

4.2.1 Estigmas e lutas simbólicas	107
4.2.2 “Sou do Lagamar”	111
5 DISPUTAS DE DENTRO.....	118
5.1 As travessias.....	119
5.1.1Desafiando as “marcas”	122
5.2 Entre fofocas elogiosas e depreciativas.....	124
5.3Estratégias de atuação	130
5.4 Sobre os “Projetos” para a juventude: os argumentos.....	137
5.4.1 A “vida loka”	138
5.4.2 O que dignifica	139
5.4.3 O poder da participação	140
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147

INTRODUÇÃO

O cenário urbano nos reserva surpresas em suas entrelinhas, manifestações latentes, anônimas e aparentemente silenciosas. Reflexões, críticas, lutas, embates e disputas se diluem no cotidiano e compõem as trajetórias dos indivíduos, geralmente de maneira imperceptível ao transeunte apressado. No contexto da periferia da cidade, seja a periferia compreendida em um sentido geográfico ou simbólico, uma tradição de “lutas”, que se apresenta como componente vivo nas memórias e trajetórias, parece permanecer distanciada dos registros oficiais e das estatísticas da cidade.

Neste trabalho serão colocadas em pauta as expressões criativas de jovens que recriam possibilidades de vida para si e em nome de uma coletividade, mesmo diante de uma realidade muitas vezes rodeada de necessidades urgentes de sobrevivência.

Essas “lutas” a que me refiro estão situadas em um contexto próprio dos moradores do Lagamar e de alguma forma passam a compor o cenário urbano, interferindo na trajetória de indivíduos atuantes no espaço onde vivem, compondo cotidianos. Elas são expressões que remetem à garantia de direitos e compõem as práticas e relações de jovens; são esforços de transformação e em defesa de *projetos*¹ próprios para a juventude do lugar.

A noção de *projeto* se apresenta como categoria central para compreendermos as perspectivas adotadas pelos jovens interlocutores da pesquisa. A leitura da categoria *projeto*, como referência a *projetos sociais*, pode ser feita como sugere Regina Novaes (2006), que considera a existência de projetos sociais como uma das modalidades de inclusão para jovens das periferias. Desta forma apontamos para o entendimento de que o aprendizado nos projetos sociais, o repertório de discursos apreendidos com essas experiências, se apresenta como uma das chaves de compreensão da atuação dos jovens pesquisados. À luz de Velho (2003) a noção de *projeto* esta associada à *memória*, pois esta fornece os alicerces das circunstâncias do presente, onde se fundam os projetos. Mas os *projetos* propostos e vivenciados pelos jovens aos quais me refiro vão além das relações de causalidade com seu passado e perpassam noções de cidadania,

¹A noção de *projeto* será aprofundada no Capítulo 3.

cidade, teve seu crescimento acompanhado e controlado pelo crescimento da malha viária de Fortaleza. Ruas, avenidas e uma rodovia foram ao longo das últimas décadas comprimindo essa população em uma área isolada, engolida por vias de intenso tráfego por todos os lados.

O Lagamar é um dos bons exemplos dos cenários de desigualdade² e abandono escondidos por trás dos cartões postais da cidade “para turista ver”, que atrai estrangeiros e moradores de outras regiões do Brasil que aqui chegam em busca das praias da “terra do sol que brilha o ano inteiro”, razão de Fortaleza ter se tornado um dos principais roteiros turísticos brasileiros. Cabe lembrar que os processos de alargamento da cidade intensificados nas décadas de 1970 e 1980, com a expulsão das ocupações favelizadas da região central, deram origem a conjuntos habitacionais e bairros de periferia com estruturas e equipamentos públicos precários, além de impulsionar o povoamento de cidades da região metropolitana³. Apesar dos esforços dos planejadores urbanos em distanciar os moradores indesejados para as periferias, ou até mesmo para fora dos limites do município, alguns focos de resistência permaneceram e coexistem até hoje com as áreas nobres de Fortaleza. O Lagamar é um desses exemplos de incômoda vizinhança que permanece.

Situado na vizinhança de bairros de classe média e classe média alta o Lagamar representa o “inconveniente” de ser obstáculo de risco para os que precisam atravessar a cidade nos sentidos leste-oeste e norte-sul, passando pela Avenida Raul Barbosa, pela Rua Capitão Aragão (que ganha o nome de Av. Alm. Maximiano da Fonseca antes de cruzar Av. Washington Soares que leva ao maior Shopping Center da cidade), pelo viaduto do km 0 (zero) da BR 116. Por se tratar de uma região de intenso fluxo, muitos motoristas desafiam o medo e adentram as ruas

² Para compreendermos o cenário desigual da cidade de Fortaleza alguns números são significativos. Estatísticas do Censo Demográfico Brasileiro de 2010 apontam Fortaleza como quinto lugar no ranking das capitais brasileiras com maior número de moradores de “aglomerados subnormais”, genericamente conhecidos como favelas. Segundo a estatística Fortaleza já soma 396.370 moradores de áreas que o IBGE denomina de aglomerados subnormais, entre as quais o Lagamar é identificado, o que corresponde a 16,18% da população total, mais que o dobro da média nacional, que é de 6%.

³ Segundo (BRAGA&BARREIRA, 1991) a cidade de Caucaia, situada na região metropolitana a oeste de Fortaleza, teve seu crescimento impulsionado, ao longo da segunda metade do século XX, pela construção de conjuntos habitacionais destinados a populações favelizadas expulsas de Fortaleza. Outras cidades da região metropolitana como Pacatuba e Maracanaú também tiveram sua economia e organização direcionadas pelo escoamento e resolução de problemas como o abastecimento de água e a poluição industrial, respectivamente.

estreitas nos horários de pico para fugir dos congestionamentos.

De segunda a sexta, principalmente por volta das 18h às 19h, filas de carros seguem em marcha lenta nas proximidades da Rua do Canal. Ruas que interligam a Av. Pontes Vieira e a Av. Raul Barbosa à Rua do Canal, como a Rua Capitão Gustavo apresentam intenso fluxo de motoristas que optam por essa rota alternativa em direção a Av. Borges de Melo e à BR 116. Os motoristas que cruzam o Lagamar enfrentam, além do trânsito característico dos horários de rush na cidade, o medo. A recorrência de assaltos nas imediações do Lagamar é tão permanente quanto a presença da polícia no local.

Um Observatório da Polícia Militar, no cruzamento da Avenida Raul Barbosa com Rua Capitão Aragão, possui presença de policiais 24 horas do dia. Na subida do viaduto da BR 116 há constante presença da polícia, principalmente em horários de tráfego intenso, sem contar as viaturas que circulam constantemente no local, nas ruas que permitem a presença de carros.

Os becos labirínticos impossibilitam o acesso da força policial em muitos espaços do Lagamar. Além disso, o canal dificulta as perseguições policiais em viaturas, por não permitir a passagem de carros nas duas pontes centrais do canal, e caso não estejam em motos os policiais perdem o acesso rápido à margem oposta.

Segundo Tereza Caldeira (2003), o espaço urbano está organizado a partir da lógica da "Cidade de Muros", de forma que não haja contato próximo entre pessoas de classes sociais distintas. Bairros de classe média alta têm sua arquitetura projetada para a passagem de carros, "o pedestre é pobre e suspeito" (CALDEIRA, 2003, p.314). Por outro lado, nos espaços das favelas onde circulam predominantemente pedestres e não carros têm-se a mesma sensação de um "enclave privado" (CALDEIRA, 2003, p.315), assim como nos bairros de classe média alta, já que apenas moradores e pessoas conhecidas parecem estar autorizadas a transitar nesses lugares.

A compreensão da lógica do espaço em um bairro de periferia não é fácil nem para a polícia, nem mesmo para visitantes usuais, como eu. Algumas vezes andando por entre os becos acompanhada por moradores cheguei a perder o referencial, ficando por alguns momentos na dúvida da direção que tínhamos tomado. A irregularidade das passagens entre as casas aglomeradas pode ser percebida na imagem de satélite do lugar mostrada anteriormente, onde se torna quase

impossível em alguns trechos identificar onde começa e onde termina o telhado das residências.

Certamente na estrutura dos espaços no Lagamar não há a predominância de uma lógica que favorece a passagem de carros. Os espaços externos às casas são utilizados como extensões do espaço doméstico. Os becos estreitos, com estampas multicoloridas de roupas estendidas de um lado ao outro, ocupados com cadeiras, mesas, pequenos comércios e pessoas em suas atividades e ócios são imagens do lugar comum. São senhores, senhoras, jovens e crianças que dividem esses espaços entre afazeres domésticos, brincadeiras, bebidas e venda e uso de drogas.

Nos finais de semana ou na maior parte do dia durante a semana, quando o trânsito da cidade está tranquilo, pouco se vê a passagem de carros. Bicicletas e mobiletes são os meios de transporte mais comuns entre moradores do local, principalmente os mais jovens. No meio da manhã e durante a tarde as vias mais largas como a Rua do Canal são reapropriadas por crianças e jovens, deixam de servir como espaço primordial para passagem de carros e ganham uso diferente. Transformam-se em espaço para jogar bola, soltar pipa e andar de bike. Quando algum carro se aproxima a bola para, o soltador de pipa e a bike se afastam e depois o jogo e a brincadeira recomeçam. Às tardes a rua do canal fica povoada pelos próprios moradores. As árvores à beira do canal oferecem uma boa sombra que é sempre bem disputada. Um rosto estranho ou um carro desconhecido dificilmente passam despercebidos.

Além do elemento da violência que caracteriza o lugar, expresso pelo aparato policial que circula pelo local, outro elemento, no entanto, é apontado por jovens, principalmente entre aqueles ligados às organizações locais, como característico do lugar: os trabalhos sociais e a tradição de “lutas”. Algumas dessas “lutas”, expressão recorrentemente utilizada para se referir a iniciativas de mobilização e reivindicação, como as relacionadas à moradia e urbanização do Lagamar, ao trabalho e renda e à formação da juventude atravessaram gerações.

As “lutas”

O reconhecimento, por parte dos moradores, desses dois elementos marcantes – a violência e as “lutas” – surgirão ao longo deste trabalho. A violência

presente no cotidiano irá figurar em alguns momentos como elemento motivador de lutas dirigidas a jovens recrutados pela ilusão do retorno fácil dos crimes. Apesar da forte presença da violência como elemento mediador de sentidos, iremos ao longo deste trabalho ao encontro das relações construídas no universo de organizações locais, onde a busca de efetivação de direitos ganha forma e voz por meio dos jovens.

Ao longo do trabalho de campo privilegiei como interlocutores jovens ligados a três organizações locais: a Associação Comunitária do Lagamar (ACL), a Central Única das Favelas do Lagamar (CUFA Lagamar) e o Fórum da Zona Especial de Interesse Social do Lagamar (ZEIS Lagamar). Ao transitar entre as organizações e observar o engajamento dos jovens procurei observar que tipo de vínculos os jovens desenvolvem nestes espaços de atuação: seriam esses vínculos de natureza política, profissional, afetiva? Que motivações levam à manutenção do envolvimento com cada organização?

Apesar de focar as três organizações, ao longo da pesquisa foi possível compreender que cada um desses espaços mantinha, através dos jovens, relações com outros espaços, outras organizações locais que a priori não previ alcançar. Além do trânsito dos jovens entre organizações locais, no tempo presente ou em experiências anteriores, as relações de vizinhança, de amizade, as alianças e disputas, internas e externas aos espaços do Lagamar, os “jogos políticos”, também contribuíram para compreender essa teia de relações onde as organizações e os jovens que as compõem estão inscritos.

As três organizações que elegi como centro da pesquisa, são hoje focos de intensas mobilizações e processos criativos de jovens no Lagamar, e se caracterizam por serem atividades recentes, iniciadas (ou reativadas no caso da Associação Comunitária do Lagamar) nos últimos três anos. Ao observar as “lutas” protagonizadas por esses jovens a partir do contexto complexo de relações, foi possível perceber que apesar de novas, essas organizações do presente trazem consigo práticas de atuação e aprendizados diretamente relacionados às experiências anteriores dos jovens neles inseridos. Diante disso, algumas questões foram colocadas para reflexão: Como os jovens dialogam com as lideranças antigas? Quais as semelhanças e diferenças entre as práticas atuais e aquelas dos movimentos sociais dos anos 1980 e 1990?

Associação Comunitária do Lagamar – ACL

A Associação Comunitária do Lagamar foi criada na década de 1980. Depois de pouco mais de dois anos sem atividades, foi reaberta no início de 2011 por iniciativa de jovens participantes do *Grupo de Juventude Atitude*, antes desenvolvido em espaços cedidos pelo Centro de Desenvolvimento Infantil – CDI⁴. O *Atitude*, como chamam os jovens, iniciou suas atividades em 2008. Foi um projeto idealizado e encabeçado por Manoel Edivânio, na época com 25 anos, professor de reforço do CDI. Ele reunia durante os sábados seus alunos e outros jovens mobilizados nas escolas e na vizinhança e realizava debates e atividades recreativas em torno de temáticas “de interesse da juventude” – como sexualidade, direitos da criança e do adolescente, cidadania, esporte, formação profissional, entre outras. As limitações impostas pelo espaço institucional do CDI às atividades do *Atitude* motivaram Manoel a articular uma parceria com a presidente da Associação Comunitária do Lagamar, Dona Concebida, conhecida como Dona Bida. A associação estava fechada, sem nenhuma atividade, e ocasionalmente seu espaço era cedido para realização de velórios e festas particulares. Segundo os relatos de Dona Bida, as dificuldades para a conservação do espaço e as ameaças de invasão renderam momentos difíceis em que ela precisou tomar a frente, por isso a proposta de levar atividades do *Atitude* para a associação foi vista com bons olhos por ela: “fico feliz de ver esse espaço cheio de vida, movimentado por esses meninos”.

A reativação da associação era uma opção interessante para os dois lados. Os jovens poderiam ter mais liberdade na realização de suas atividades, sem precisar se submeter aos horários e regras de uso dos espaços e trajés proibidos no CDI – comentavam que não era permitido usar boné ou saia, e os meninos também não podiam entrar usando brinco. Após selada a parceria em março de 2011 a Associação Comunitária do Lagamar passou a ter à frente de suas atividades os jovens do *Atitude*. Logo nos primeiros meses eles “deram vida” à associação, se

⁴ O CDI é uma organização financiada pelo Fundo Cristão para Crianças – CCF e tem como atividades aulas de reforço escolar e atividades recreativas para crianças e adolescentes do Lagamar. Também intermedia o “apadrinhamento” de cerca de 100 crianças e adolescentes que recebem mensalmente auxílio financeiro de seus “padrinhos” e trocam cartas com estes. Nos últimos anos tem diminuído suas atividades por falta de recursos financeiros. Segundo alguns moradores o Fundo Cristão “agora ta mandando mais dinheiro pra África e não pra América Latina”. Em julho de 2012 todas as atividades do CDI foram paralisadas.

mobilizaram para comprar material, conseguir doações, reformar o que era possível e iniciar as atividades. Pintaram paredes, consertaram problemas na rede elétrica e mudaram telhas. “Isso aqui num era jogo de luz não, eram os buracos no telhado”, Manoel apontando para foto abaixo, de uma das salas da associação antes deles consertarem os buracos do telhado.

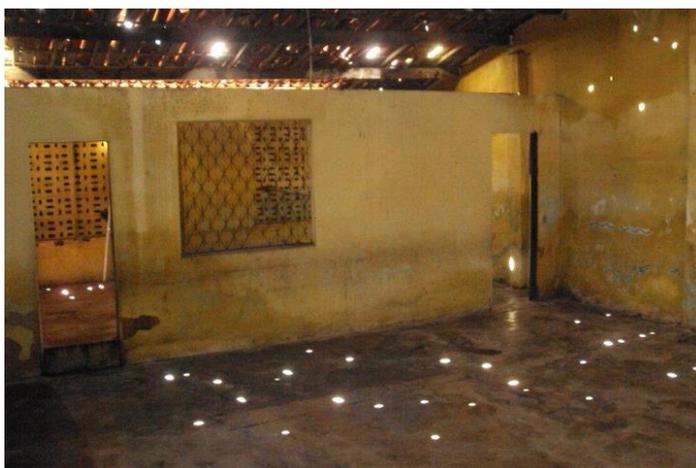


Figura 2: Imagem de Sala da Associação Comunitária do Lagamar
(Fonte: página no Facebook da Associação)

Serviços de eletricitista, pedreiro e carpinteiro foram executados de acordo com as habilidades dos jovens e com a ajuda de familiares. Através de contatos pessoais conseguiram doação de cadeiras, mesas e material de escritório. Enfeitaram as paredes com cartazes de campanhas (sobre direitos humanos, sexualidade e etc.) e expressões que remetiam a direitos, sonhos, afetos e boas maneiras. Painéis com fotos dos jovens “com a mão na massa” reerguendo a associação foram colocadas nas paredes.



Figura 3: Imagens do trabalho de revitalização. (Fonte: página no Facebook da Associação)



Figura 4: Imagens do trabalho de revitalização. (Fonte: página no Facebook da Associação)

Depois de organizado o espaço, começaram a desenvolver formações profissionais (Curso de Recepcionista, Curso de Hardware, Curso de Auxiliar Administrativo), atividades culturais (aulas de dança e de capoeira), aulas de reforço escolar, palestras e debates, além de organizar gincanas, passeios e festas com os jovens. Os professores dos cursos e das atividades culturais eram amigos e conhecidos dos próprios jovens.

Para colocar a Associação em funcionamento os jovens se mobilizaram em gincanas (em uma delas os jovens divididos em grupos recolheram latinhas para vender para reciclagem), bingos, rifas, fizeram um bazar de roupas e acessórios doados, além de conseguirem pequenas doações de comerciantes locais (como tinta para parede).

Fórum da Zona Especial de Interesse Social – ZEIS do Lagamar

O Fórum da Zona Especial de Interesse Social – ZEIS do Lagamar teve suas atividades iniciadas no ano de 2010, e foi constituído pela necessidade de debater com a comunidade as questões relativas à ZEIS do Lagamar. Lagamar foi incluído como ZEIS através de uma lei municipal promulgada no início do ano de 2010, posteriormente à delimitação das áreas de ZEIS na lei do Plano Diretor de Fortaleza, promulgada em 2009⁵. A inclusão do Lagamar como ZEIS se deu como resultado de intensas mobilizações dos moradores – entre as quais a Marcha da ZEIS do

⁵ Lei complementar Nº 0076 de 18 de março de 2010, instituiu a Zona Especial de Interesse Social - ZEIS - do Lagamar. Anteriormente a lei do Plano Diretor Participativo de Fortaleza (Lei Complementar Nº 062, de 02 de fevereiro de 2009), já havia delimitado as regiões de ZEIS da cidade. Somente o Lagamar foi incluído posteriormente.

Lagamar, que mobilizou cerca de 500 pessoas em novembro de 2009, em uma caminhada do Lagamar até a Câmara dos Vereadores de Fortaleza – e negociações com vereadores e gestores municipais. Além das antigas lideranças, um grande número de jovens participou do processo de consolidação da ZEIS do Lagamar, alguns deles têm se tornado referência para a comunidade em se tratando da temática da ZEIS, ganhado destaque nos debates do Fórum da ZEIS e no funcionamento do Conselho da ZEIS. A Fundação Marcos de Bruin – FMB⁶, instituição criada na década de 1990 por iniciativa de apoiadores estrangeiros e de moradores, que desenvolve ações ligadas à cultura, trabalho e renda na comunidade, é a organização que constitui a base de apoio técnico, físico, financeiro e político para a operacionalização e logística das atividades da ZEIS do Lagamar. Além da luta pela urbanização ser bandeira antiga de dirigentes, integrantes e colaboradores da Fundação Marcos de Bruin⁷, a instituição possui uma vinculação com o Partido dos Trabalhadores, partido da prefeita de Fortaleza e do ex-presidente da Câmara dos Vereadores de Fortaleza – à época da aprovação do Plano Diretor, Salmito Filho, então presidente da Câmara, era filiado ao PT. A ligação de ex-diretores, técnicos e funcionários da Fundação com o PT certamente constituiu importante canal de negociação no período das mobilizações dos moradores para inclusão do Lagamar como ZEIS no Plano Diretor de Fortaleza.

Central Única das Favelas do Lagamar – CUFA Lagamar

Por fim, temos a Central Única das Favelas do Lagamar – CUFA Lagamar,

⁶ A Fundação Marcos de Bruin – FMB é uma Organização Não Governamental fundada em 1992 por iniciativa de um grupo de alemães, entre os quais os pais do jovem que deu o nome à instituição, e lideranças da comunidade, ligadas à Comunidade Eclesial de Base – CEB do Lagamar, da Igreja Católica.

⁷ A pressão política e a expectativa para a consolidação de um projeto de urbanização da área do Lagamar por parte da FMB não é recente. No primeiro mandato da prefeita Luizianne Lins (2005-2008), de 2007 a 2008, a FMB participou como instituição contratada para gerenciamento da área social no Projeto de Urbanização da Comunidade Maravilha, vizinha ao Lagamar. Esse projeto de urbanização envolvia a Caixa Econômica, o Ministério das Cidades e a Prefeitura de Fortaleza através da Habitafor. Na época eu, recém formada, depois de participar de uma seleção, fui contratada para compor a equipe técnica do trabalho na Maravilha, composta de dois cientistas sociais, duas assistentes sociais e uma economista mestre em meio-ambiente. O trabalho na Maravilha era abertamente reconhecido pelos dirigentes da FMB como uma “experiência” e um “aprendizado” que seria útil futuramente quando o Lagamar fosse passar por um processo de urbanização. O projeto de urbanização da Maravilha teve continuidade (com obras em andamento até esse ano de 2012), mas a participação da FMB foi encerrada em 2008 por problemas contratuais que impossibilitariam sua continuidade.

sede local de uma instituição de abrangência nacional e internacional, que desenvolve um trabalho cultural e profissionalizante voltado principalmente para jovens moradores de áreas pobres e favelas no Brasil, tendo como forte referência o trabalho com a música, principalmente o Rap⁸. Além do Rap, outros elementos da cultura HipHop possuem forte referência no trabalho da CUFA. No site oficial da CUFA Nacional⁹ ela é definida como “uma organização sólida, reconhecida nacionalmente pelas esferas políticas, sociais, esportivas e culturais”, tendo sido criada por jovens “que buscavam espaços para expressar suas atitudes, questionamentos ou simplesmente sua vontade de viver”. Hoje a CUFA Lagamar tem como principal atividade a inclusão digital. Outros cursos como os de eletricista predial, de inglês e espanhol também foram oferecidos para jovens da comunidade. A CUFA Lagamar funciona desde 2010, quando iniciou suas atividades no prédio do Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Lagamar – CDDHL que estava desativado há alguns anos. Na fachada do prédio tem a identificação das duas instituições, CUFA e CDDHL. Outra organização local que atuou durante muitos anos no Lagamar, desde a década de 1990, tem relação direta com a CUFA Lagamar: o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua –MNMMR/ Comissão Periferia. O “Movimento”, como é chamado o MNMMR, já teve sede própria no Lagamar. Os educadores, coordenadores, voluntários que hoje compõem o quadro da CUFA eram do “Movimento”. Além das dificuldades de continuar usando o nome do MNMMR, por questões formais de registro e CNPJ, a idéia de passar a fazer parte da CUFA com uma sede no Lagamar foi assumida como estratégica. Narcélio, um dos educadores da CUFA, que também foi do *Movimento*, afirmou: “hoje, estrategicamente, a gente tá com a CUFA, até mesmo por uma questão de visibilidade, a CUFA ela abriu muitas portas na mídia”.

Como foi possível perceber, as três organizações às quais estão vinculados os interlocutores desta pesquisa, apesar de serem recentes, possuem um *background* de organizações e lutas anteriores que constituem importantes referências para as estratégias de atuação e a formulação de Projetos que elas propõem no momento atual. Por trás de cada um desses universos de atuação – Associação Comunitária do Lagamar, CUFA Lagamar e ZEIS Lagamar – existem

⁸ O rapper MV Bill foi um de seus fundadores, além disso a CUFA organiza festivais de Rap de repercussão internacional

⁹ www.cufa.org.br

trajetórias (BOURDIEU, 2003)¹⁰ próprias empreendidas por esses jovens na vivência como morador do Lagamar.

Portanto, para compreender suas lutas em torno da efetivação e reivindicação de direitos, no campo “do social”, precisamos compreender também as concepções que as fundamentam e as disputas que as constituem. Por essa razão foi preciso investir na investigação das suas trajetórias, seus aprendizados e perspectivas.

Quem são os jovens que essas organizações mobilizam? Qual a interferência dessas vivências em seus cotidianos e trajetórias individuais? O que suas trajetórias têm a dizer sobre os espaços de atuação nos quais se inserem? Como esses jovens se articulam tendo em vista que constituem uma rede de relações com moradores, instituições locais e “de fora” do Lagamar? Que disputas emergem nesse emaranhado de estratégias de atuação no contexto da juventude moradora do lugar?

Na busca de respostas a essas questões, encontramos algumas categorias que percebemos serem centrais para a compreensão dos discursos e práticas destes jovens: “trabalho social”(também dito “trabalho *no* social”) e vivência nos “projetos” (pronunciada às vezes no singular: ‘*os projeto*’). Ao longo deste trabalho, buscaremos demonstrar como estas categorias tornam-se chaves de leitura importantes para a compreensão dos significados que assumem para estes jovens suas formas de atuação.

“O social”

Em uma das minhas idas à CUFA do Lagamar, em abril de 2011, encontrei um antigo aluno da época em que fui educadora da Fundação da Criança e da Família Cidadã – FUNCI, Fundação da Prefeitura de Fortaleza. Francisco das Chagas, mais conhecido como MC Charlata, pelos RAPs que gostava de escrever e cantar. Ele de longe me reconheceu, nos abraçamos e ele falou para a pessoa que estava do lado dele, “essa aqui é a Ju, foi minha professora”, e depois disso achamos graça porque

¹⁰ A noção de trajetória será tratada neste trabalho a partir da perspectiva de Bourdieu, o qual se opõe à construção linear, coerente e ordenada da noção de “história de vida”, que por sua vez é considerada pelo autor como “criação artificial de sentido” (2003, p.185). Para ele não é possível compreender uma trajetória “sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis” (2003, p.190).

eu tinha acabado de comentar que ele estava diferente, tinha engordado, e estava aparentando ser mais velho que eu. Na época de educadora dos projetos da FUNCI, com pouco mais de 20 anos, cheguei a ter uma turma, a do Charlata, com jovens praticamente da minha idade.

Perguntei o que ele estava fazendo da vida e ele falou que estava “por ali” na CUFA. Mostrou um vídeo feito por eles com imagens do Lagamar e com uma música dele. Ele me perguntou o que eu estava fazendo, se ainda dava aulas “nos projetos”. Eu disse que estava estudando e trabalhando como funcionária pública na Universidade. Foi então que ele me perguntou: “mas tu num tá fazendo nada no social?”. E eu respondi que não, que talvez com a pesquisa do mestrado eu me aproximaria novamente “do social”. E ele então disse, “ah, que pena, era tão bom aquele tempo, né?”. Essa foi uma das primeiras vezes em que “o social” se mostrou como elemento definidor de um trabalho voltado para o coletivo, para um retorno além da renda propiciada por ele.

Em outros momentos esse entendimento se mostrou mais evidente por se apresentar como contraponto ao trabalho “burocrático”, como no caso do Manoel, da Associação Comunitária, que depois de ter se desligado do Projovem Adolescente¹¹, ficou desempregado e comentou que se não conseguisse um emprego na “área social” logo ia ser o jeito “virar burocrata”. Em outros momentos ele comentou sobre um conhecido dele que por muitos anos trabalhou em uma Organização Não Governamental voltada para “o social” e agora “virou burocrata e só quer saber de ganhar dinheiro”. O trabalho “burocrata” é reconhecido como aquele que serve unicamente como fonte de renda, em contraposição ao “social” que propicia outros retornos, como podemos ver na fala do Manoel a seguir:

O meu irmão há dois dias me disse isso, que eu estou há 11 anos no social e nem um carro eu tenho. Tu acredita que ele disse isso? Se eu tivesse trabalhando com ele na empresa que ele gerencia eu já tinha um carro. E eu disse pra ele que o carro ia ser como foi com ele, roubaram o carro dele e nada aconteceu, e o bem social que eu faço aos outros não tem ninguém que roube, porque eu dou pra eles algo que vai morrer com eles, que é o conhecimento, o discernimento, o amadurecimento.

Na sua fala Manoel se refere aos “bens sociais” que o trabalho dele como

¹¹ Projeto da Prefeitura de Fortaleza, voltado para jovens de 14 a 16 anos, que trabalha temáticas como Direitos Humanos, Sexualidade e Cidadania.

educador propicia, “o conhecimento, o discernimento, o amadurecimento”. Narcélio, integrante da CUFA, durante uma entrevista, quando falávamos dos projetos de qualificação profissional, ele comentou do interesse que muitos jovens tem somente na “bolsa” oferecida pelos projetos, e disse “ele não se liga que ele vai ganhar um conhecimento e o lucro que ele quer ganhar agora, ele vai ganhar depois”. Mais uma vez o reconhecimento do “ganho de conhecimento” se enfatiza.

O comprometimento com o próprio trabalho e a crença dos resultados que esse trabalho pode trazer surgem lado a lado à menor importância dada ao retorno financeiro.

A gente vive no meio social, e ai a gente vai, a gente sobrevive de projetos, quando cai, se não, a gente vai fazendo a coisa pelo amor, né porque a gente nunca quis fazer o negocio pra ganhar dinheiro, agente sempre fez pelo coração né, fez porque quer ajudar, porque acredita. (Narcélio, 29 anos)

O “trabalho no social” surge como expressão de uma instabilidade financeira, a mercê dos “projetos”, e sustentado por uma motivação de cunho emocional, movido “pelo amor”, pela vontade de “ajudar”. Mas essa instabilidade financeira de quem se dedica ao “social” além de ser reconhecida como um obstáculo é também criticada. Algumas vezes escutei comentários sobre a vontade de algumas pessoas na Associação Comunitária do Lagamar em poder dar uma remuneração ao Glailson, jovem de 19 anos que todos os dias abre a Associação e acompanha as atividades do período da manhã. O Del, da CUFA, também comentou algumas vezes que é preciso encontrar formas de garantir a remuneração dos jovens que trabalham lá e, ele mesmo aprimorou a crítica dizendo: “a gente fala tanto de direitos, mas num consegue assinar a carteira de um menino desse pra ele poder ficar aqui”.

Como é possível observar, o comprometimento com o “social” implica um posicionamento dos indivíduos, o que se reflete politicamente em suas críticas, escolhas e sacrifícios. Desta forma, ao longo desse trabalho será possível observar os entendimentos de *política* formulados pelos indivíduos e as aproximações e distanciamentos desse entendimento com o que se entende por “trabalho social”.

É, portanto, com essa breve reflexão sobre o que será compreendido aqui como “trabalho social”, que seguiremos em frente. Ao longo deste trabalho iremos conhecer melhor o envolvimento desses jovens com o “trabalho social”, ou simplesmente com “o social”, como muitos gostam de dizer, a fim de compreender

melhor as estratégias e as críticas construídas por eles sobre os limites e os resultados dessa atuação.

O aprendizado deste “trabalho no social” passa para estes jovens pela “vivência nos projetos” dos quais participaram, alguns desde a infância nas organizações dedicadas a crianças e adolescentes no Lagamar. Por isso foi importante nesta pesquisa focar as memórias narradas pelos protagonistas sobre os educadores e os ambientes intelectuais, políticos e afetivos que ajudaram a forjar seus projetos de vida e suas formas de atuação atual.

No primeiro capítulo será feita uma retomada da trajetória de pesquisadora e das relações construídas com o lugar e os interlocutores. Como veremos, os desafios, os limites e as surpresas das trilhas do “campo” se apresentam como definidores do próprio objeto de pesquisa.

No segundo capítulo será feita uma retomada da história do lugar e das memórias de “lutas” registradas em trabalhos acadêmicos e acionadas por interlocutores nas suas narrativas. Nele veremos que as transformações das práticas e dos processos de aprendizado ao longo do tempo se apresentam com uma relação direta ao crescimento da participação da juventude no “trabalho social”.

No capítulo três, a categoria *juventude* é problematizada a partir de uma discussão analítica e a partir de proposições nativas. As noções de direitos fundadas nos conceitos de *criança* e *adolescente* emergem na discussão como elementos basilares dos discursos propostos pelos interlocutores, tendo em vista as vivências em *projetos sociais* que compõem as trajetórias dos jovens pesquisados.

No capítulo quatro, serão postas em pauta as expressões da política. A política das relações construídas em torno das práticas “do social” assim como as negociações e embates tendo em vista as construções simbólicas sobre o Lagamar referenciadas na violência serão colocadas em questão.

Por fim, no capítulo cinco, a atuação “no social” será enfocada a partir das disputas produzidas em razão das perspectivas e estratégias diferenciadas que cada uma das organizações pesquisadas elegem como referencial.

1 AS TRILHAS DO “CAMPO”

Após a definição de que iria estudar as atuações e movimentos criativos de jovens no Lagamar uma questão prática se impôs: quem seriam esses jovens? Eleger uma organização específica, ou várias, assim como ter acesso a cada uma delas, não seria tarefa simples. Por outro lado, para compreender os jogos políticos e as propostas de atuação voltadas para juventude era preciso levar em consideração as relações que estes estabelecem com as organizações locais.

A melhoria da qualidade de vida, a busca pela profissionalização, a reivindicação por políticas públicas, o esporte, a música, a sexualidade, os direitos humanos e a religião eram temáticas que estavam espalhadas em diversas manifestações de grupos, organizações e instituições locais que contavam com a participação de jovens. A escolha de três espaços nos quais identifiquei formas de atuação dos jovens locais – Associação Comunitária do Lagamar – ACL, Fórum da ZEIS do Lagamar e CUFA Lagamar – não foi tarefa fácil. As idas e vindas na minha relação com o lugar proporcionaram a existência de uma relação por vezes ambígua, de aproximação e distanciamento; de contato com o conhecido e com o completo desconhecido.

1.1 O desconhecido-familiar

Meu contato com o Lagamar se iniciou em 2005 quando estagiei em um projeto da Fundação da Criança e da Família Cidadã – FUNCI, instituição da Prefeitura de Fortaleza, que tinha suas atividades ali, em uma sala da Fundação Marcos de Bruin – FMB. Como estagiária da FUNCI passei a conviver diariamente com o lugar. Ao final do estágio participei de outros projetos vinculados à FUNCI e à FMB. Foi a vivência durante os anos de 2005, 2006 e 2007 que enriqueceram minha primeira experiência como pesquisadora, a qual resultou na monografia de graduação¹².

Depois de graduada, entre os anos de 2007 e 2008, trabalhei como técnica em um projeto de urbanização da Prefeitura de Fortaleza em parceria com o

¹² AVELAR, Juliana Nogueira. *Juventude e a territorialização dos espaços na comunidade do Lagamar*. Monografia. Universidade Estadual do Ceará, 2007.

Ministério das Cidades. Meu trabalho estava vinculado à FMB, contratada pela prefeitura para realizar o acompanhamento e adaptação de centenas de famílias reassentadas no processo de urbanização da Maravilha, comunidade vizinha ao Lagamar. Ao final desse trabalho, em meados de 2008, me desvinculei da Fundação e minhas visitas passaram a ser esporádicas.

No final do ano de 2008 fui chamada para assumir vaga de concurso público para assistente em administração da Universidade Federal do Ceará – UFC. A rotina de 40 horas semanais de trabalho me distanciou ainda mais da convivência com o Lagamar. Ainda que de maneira esporádica, não perdi completamente os vínculos no ano seguinte. Além de algumas poucas visitas, acompanhei por meio da mídia e de alguns ex-colegas de trabalho acontecimentos relativos à Zona Especial de Interesse Social – ZEIS do Lagamar. Através de e-mails e telefonemas ainda mantive alguns contatos.

No ano de 2010, quando iniciei o Mestrado em Sociologia na UFC, na tentativa de conciliar as horas de trabalho como funcionária pública e a rotina de estudante, me distanciei completamente do campo, passando a ter notícias do Lagamar somente através de breves conversas com amigos ligados à FMB. Alguns funcionários da FMB com quem eu tinha mais contato desvincularam-se da instituição e as notícias sobre o Lagamar diminuíram. Os anos de 2009 e 2010 foram de total reestruturação na Fundação. Conflitos internos, discordâncias políticas e questões financeiras acabaram levando ao desligamento de pessoas que ocupavam cargos centrais de direção e coordenação da instituição.

Dentre as idas e vindas dos primeiros anos de vivências no Lagamar – enquanto estagiária, educadora, pesquisadora, técnica e ex-colega de trabalho – pude conhecer instituições, pessoas, lugares e histórias que me possibilitaram uma convivência intensa e um rico acesso a informações do cotidiano dos moradores. A volta definitiva a campo em 2011 me surpreendeu, porém, pelas novas perspectivas, novas pessoas e novos processos encontrados em pleno vapor.

Minha relação de estranhamento com os signos encontrados em campo aconteceu duplamente, de forma intensa, em momentos distintos de experiências de pesquisa: na chegada a campo pela primeira vez em 2005 (ainda despreparada para o exercício do olhar como pesquisadora), e no retorno, em 2011, (procurando compreender as mudanças e situar minha proposta de pesquisa à dinâmica da

realidade social encontrada).

No movimento de retorno, apesar de não estar lidando com o completo desconhecido, o estranhamento foi essencial para uma melhor compreensão da dinâmica dos acontecimentos. O exercício de estranhar o outro se tornou ainda mais rico por estar diante de uma realidade já vivenciada e conceituada previamente, mas que se apresentava diante de mim com uma série de novas manifestações, expectativas, alianças e relações incompreensíveis por meio dos códigos e aprendizados que tive acesso nos anos anteriores.

O hiato de um ano de distanciamento quase completo do Lagamar foi o que resultou na minha surpresa quando retornei a campo em março de 2011. Deparei-me com um cenário conflituoso, cheio de palavras de ordem e mesas de negociações em torno da Zona Especial de Interesse Social – ZEIS¹³ do Lagamar, tendo em vista as obras programadas pela Prefeitura de Fortaleza e pelo Governo do Estado do Ceará no entorno do Lagamar em razão da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Além das articulações em torno da ZEIS, um grupo de jovens, ainda desconhecidos para mim naquele início de 2011, estava finalizando um processo de articulação e mobilização para reabrir a Associação Comunitária do Lagamar – ACL, desativada há alguns anos. Além disso, as atividades da CUFA Lagamar estavam em seu ápice, funcionando no prédio do Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Lagamar desde o ano de 2010, tendo inaugurado nesse primeiro semestre de 2011 o seu laboratório de informática, com 15 computadores modernos e acesso à internet, movimentando o espaço com cursos voltados para jovens.

Para me situar novamente em campo precisei fazer uma releitura, um balanço preliminar do que percebi ter se modificado na dinâmica das articulações, alianças, rompimentos políticos e negociações que haviam se consolidado no ano de 2010 e que resultaram no cenário de atuação da CUFA, da ACL e da ZEIS.

No primeiro dia de retorno definitivo a campo, em março de 2011, encontrei Rosana, uma antiga aluna do projeto da FUNCI de 2005. Ela passava apressada para buscar a sobrinha na escola, me reconheceu e me cumprimentou com um

¹³ As Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS do Plano Diretor de Fortaleza (Lei Complementar nº 062, de 02 de fevereiro de 2009) foram delimitadas em 2009. Após longas negociações e intensas mobilizações dos moradores, o Lagamar foi posteriormente incluído como ZEIS através de uma nova lei no ano seguinte (Lei complementar Nº 0076 de 18 de março de 2010).

abraço. Quando ela voltou conversamos um pouco na calçada da Fundação Marcos de Bruin. Ela me falou de jovens que eu conhecia, “o pessoal daquela época”, grande parte deles hoje com mais ou menos 20 anos. Das meninas, a maioria já era mãe. Alguns, segundo ela, “continuam do mesmo jeito”, a maioria sem trabalho, dependendo financeiramente de familiares. Alguns dos meninos tinham sido presos e um deles, o Osaël, havia morrido recentemente. Tinha sido morto “pelo pessoal do lado de lá”. A referência a jovens que moram na margem oposta do canal como responsáveis pela morte do Osaël, meses antes, parecia deixar claro que pouco havia mudado quanto aos territórios inimigos que identifiquei na pesquisa monográfica finalizada no ano de 2007. Nesse caso “o lado de lá” ao qual a Rossana se referiu é a margem do canal relativa ao Bairro São João do Tauape. Essa conversa de poucos minutos foi importante para a compreensão da velocidade das mudanças por ali, principalmente se tratando da trajetória de jovens. A morte, as experiências com prisão, a maternidade, tudo parecia acontecer para aqueles jovens com uma intensidade e uma velocidade desconhecidas na minha vida pessoal, e tudo isso relatado com naturalidade por uma jovem moradora do lugar.

No fim da tarde desse mesmo dia participei de uma reunião na Fundação Marcos de Bruin, onde estavam presentes funcionários da Fundação, além de uma conselheira da ZEIS do Lagamar e um funcionário da empresa contratada pelo Governo do Estado do Ceará para acompanhar as obras da Estação do VLT¹⁴ que será construída nas imediações do Lagamar. Nessa reunião os representantes da Fundação e a representante do Conselho da ZEIS fizeram uma série de questionamentos para o funcionário da empresa e pediram esclarecimentos sobre o projeto que afetará a comunidade, acarretando inclusive a remoção de famílias e desapropriação de residências para a construção da Estação.

Nesse dia de retorno a campo foi de grande importância ter chegado na companhia da Auxiliadora, uma velha amiga dos tempos em que trabalhei na Fundação. Auxiliadora, apesar de não morar mais no Lagamar, ainda possui fortes vínculos com o lugar por ter “nascido e se criado lá”, como ela gosta de dizer. Em sua trajetória de vida além de moradora do Lagamar, Auxiliadora foi por muitos anos

¹⁴ VLT é a abreviação de Veículo Leve sobre Trilhos. O Lagamar fica localizado no percurso da malha viária que liga o Aeroporto Internacional Pinto Martins e o Estádio Castelão (que receberá jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014) a área nobre da Cidade e pontos turísticos da orla marítima de Fortaleza. Além da passagem dos VLT está prevista a construção de uma Estação das imediações do Lagamar.

uma liderança local, trabalhou à frente de Associações Comunitárias e projetos sociais em instituições locais como a Fundação Marcos de Bruin e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Lagamar, o que de alguma forma explica o fato de ter prolongado os vínculos com o Lagamar e as lutas dos moradores mesmo depois de ter deixado de ser moradora.

Foi por estar acompanhando a Auxiliadora que participei da reunião sobre o VLT na Fundação nesse primeiro dia de retorno a campo. Já era noite quando saímos ao término da reunião. Enquanto caminhávamos na rua já escura, a Auxiliadora falou com moradoras que terminavam seus afazeres na porta de casa. Enquanto elas conversavam, a criança que estava brincando na porta ficou me olhando, um olhar que denunciava que, para ela, eu era uma estranha, um rosto novo ali.

Depois das paradas nas portas das casas seguimos caminhando na rua quando um jovem parou para falar com a Auxiliadora. Ela me apresentou a ele rapidamente e eles continuaram conversando. Ele, Manoel, puxando sua bicicleta sem pressa, suado, com aspecto cansado e sorriso no rosto, estava voltando pra casa depois de um dia de trabalho na limpeza e pintura do prédio da Associação Comunitária do Lagamar – ACL. Falou para a Auxiliadora que estava muito cansado, mas feliz pelo engajamento de muitos jovens na reativação da Associação. Disse que em poucos dias estaria divulgando o retorno das atividades.

Nesse dia de retorno a campo, como nos outros que se seguiram no primeiro mês, foi a Auxiliadora que me deu apoio, suporte e contatos para a minha reinserção no cenário de sociabilidades juvenis que se desenhava como algo novo para mim, apesar da rica trajetória que eu havia vivenciado anos antes no Lagamar.

O fato de estar acompanhada de pessoa envolvida em lutas locais, com imagem muito atrelada à Fundação Marcos de Bruin, instituição de forte presença na história do Lagamar, foi elemento crucial para o reconhecimento e aceitação do retorno de minha presença em campo.

Nessa reinserção em campo, quando me deparei com pessoas novas para mim, antes de ser reconhecida pelo meu capital pessoal¹⁵ – enquanto pesquisadora,

¹⁵ Bourdieu afirma ser o capital pessoal de notoriedade e de popularidade aquele que é: “firmado no fato de ser *conhecido* e *reconhecido* na sua pessoa (de ter um *nome*, uma *reputação*, etc.) e também no fato de possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conservação de uma *boa reputação*.”¹⁵ (2005, p.190).

cientista social ou colaboradora de instituições locais – fui aceita pelo “capital por delegação” da Auxiliadora. Bourdieu afirma que, diferentemente desse capital pessoal, o capital delegado seria “produto da transferência limitada e provisória” de um capital externo ao indivíduo (Ibidem, p.191). Essa “limitação” foi compreendida por mim em momento posterior da minha experiência de campo. De toda forma, o capital por delegação, constituído por referências a outras pessoas já “reconhecidas”, teria sido, portanto, acionado no retorno da minha presença em campo através de pessoas chave, como no caso da Auxiliadora.

Foi na companhia da Auxiliadora que nesse primeiro mês de retorno a campo freqüentei reuniões, audiências e mobilizações na Fundação, na Associação Comunitária e na CUFA. Em cada contato inicial que fazia procurava me programar para a visita seguinte, pegando contatos, conhecendo a agenda de atividades. Desta forma, já ao fim do primeiro mês, passei a freqüentar espaços de maneira autônoma, fui reencontrando conhecidos, refazendo antigos contatos e fazendo novos.

A importância de ter desvinculado a minha presença em campo da presença da Auxiliadora, foi mais tarde evidenciada quando outros interlocutores passaram a relatar os conflitos e impasses que algumas propostas dela estavam trazendo. O fato de ela possuir vinculação partidária com o Partido dos Trabalhadores e ser apoiadora da candidatura a vereador de um ex-diretor da Fundação Marcos de Bruin fazia dela parte atuante no jogo político de relações entre organizações locais na busca de apoio ao seu candidato. Dessa forma foi de grande valia deixar claro que minha presença em campo não estava diretamente ligada aos projetos pessoais e político-partidários da Auxiliadora. Cabe aqui ressaltar que a Auxiliadora foi um contato crucial para minha entrada inicial em campo. Sem as pontes feitas por ela certamente esse retorno teria sido mais difícil. Por ter me conhecido na época em que eu era estudante, ela acompanhou minha primeira experiência de pesquisa no Lagamar e sempre demonstrou seu apoio e entusiasmo com meu crescimento acadêmico. Por várias vezes ela indicou meus contatos e a leitura da minha monografia de graduação para visitantes da Fundação Marcos de Bruin e para conhecidos dela. Nesse retorno para a pesquisa do mestrado o apoio recebido não foi diferente, por isso reconheço a sorte de ter reencontrado a Auxiliadora.

1.2 Sobre os “medos”

A compreensão da natureza dos medos e riscos implicados no campo da pesquisa, e até mesmo da própria experiência subjetiva de inserção e permanência em campo, pode ser identificada como parte do exercício do estranhamento acionado nas práticas etnográficas.

O elemento do medo, antes do contato com o Lagamar, era reconhecido por mim como parte do imaginário da Cidade sobre o lugar, e depois das vivências em campo ganhou novas formas de expressão. Se como moradora da parte da Cidade protegida pelos muros e circuitos eletrônicos eu somente tinha acesso ao medo que está sujeito o transeunte “de fora” que passa nas imediações do Lagamar, depois conheci outros medos, vivenciados por moradores do lugar diariamente: os medos “de dentro”.

Sobre o elemento do medo e a experiência do risco no trabalho de campo, Gilberto Velho (2003) faz interessante observação na apresentação do livro “Pesquisas Urbanas”, coletânea de textos produzidos pelo próprio autor e mais onze pesquisadoras. Segundo Velho:

Várias autoras chamam a atenção sobre a dificuldade de se perceber o medo sob a ótica do outro. Entender medos de diferentes naturezas, assim como estratégias de proteção, revelou-se uma chave fundamental para o acesso do antropólogo ao universo pesquisado (Velho, 2003, p.08).

Nas minhas primeiras imersões pelo Lagamar, nos espaços exteriores às instituições, por entre as ruas e becos, passei pelo que poderíamos nomear de choque de realidade. Eu, uma estudante de Ciências Sociais, com vinte e um anos, vinda de uma família de classe média, acabava de adentrar em uma realidade completamente nova, provocadora de um total sentimento de impotência. Meus conceitos de moradia, vizinhança, higiene perderam tudo aquilo que os tornava absolutos. Precisei repensá-los e fazer o exercício da alteridade tão caro à antropologia. O primeiro beco que entrei no Lagamar era estreito o suficiente para que não fosse possível passar um carro, o que no final das contas não fazia diferença já que quase ninguém por ali faz uso desse meio de transporte. Segui o único caminho possível pra ir adiante e de repente já me encontrava num corredor de pequenas casas umas vizinhas às outras. Uma das casas tinha música tocando

forró, o volume não estava tão alto, mas o som se espalhava pelo beco. Mesmo estando do lado de fora da casa de onde vinha a música, ao passar em frente à casa e olhar para o lado avistei a poucos metros de distância o som que tocava. Assim como o aparelho de som, o ambiente interno das casas estava à mostra para quem passasse. Algumas pessoas conversavam e uma senhora varria a casa. Um rapaz sentado no chão em frente a uma das casas “acendia uma latinha” – era pedra de crack o que tinha dentro – e a lata fazia às vezes de cachimbo. Ninguém parecia surpreso com a cena, e percebendo isso eu procurei agir com naturalidade, guardando as emoções daquele choque de realidade pra mim. Essa foi minha primeira passagem pelos becos de uma área do Lagamar nomeada pelos moradores como “Favelinha”. Era o ano de 2006 e apesar de já conviver nos espaços de duas instituições do Lagamar (Fundação Marcos de Bruin e o Centro Comunitário Júlio Ventura) há pouco mais de um ano, era a primeira vez que caminhava por esses becos. Alguns alunos meus, do Projeto¹⁶ que acontecia no Júlio Ventura, moravam ali e logo passei a freqüentar mais a “Favelinha”.

Com o tempo fui conhecendo os nomes que os moradores davam a cada lugar. A “Peste”, o “Piloto”, a “Barreirinha”, a “Cidade de Deus”, a “Quadrinha”. Cada um desses lugares tinha significados e memórias diversas. Aos poucos fui compreendendo que por trás daquelas nomeações dos lugares havia disputas e guerras, do passado e do presente.

Para o transeunte apressado talvez seja comum o pensamento de que aquele é simplesmente um lugar “perigoso”, onde todos os jovens são “bandidos” em potencial. Esse pensamento simplista e homogeneizante foi um dos fatores em razão dos quais me provocou tanto espanto saber que jovens que viviam de um lado da ponte não podiam fazer a travessia para o outro lado. No meu pensamento parecia ilógico figurarem como inimigos jovens que vivenciavam uma mesma realidade dura e precária. Mais tarde pude desvendar os sentidos antes incompreendidos para mim, os quais se revelaram em um universo repleto de significados e memórias pra cada um daqueles jovens “marcados”¹⁷ que conheci.

¹⁶ Projeto chamado Adolescente Cidadão, da Fundação da Criança e da Família Cidadã – FUNCI, da Prefeitura de Fortaleza.

¹⁷ Na pesquisa de graduação a categoria “jovem marcado” surgiu na fala dos interlocutores como referência “àqueles que têm sua liberdade de caminhar pela comunidade cerceada sob pena de sofrer agressões e até mesmo a morte” (AVELAR, 2007, p.39). A pesquisa se desenvolveu no intuito de mapear esses territórios e investigar as origens e as razões de manutenção das rixas locais.

No trabalho monográfico de tema “Juventude e territorialização dos espaços na comunidade do Lagamar” (AVELAR, 2007) discuti o conflito no universo juvenil do Lagamar como elemento de manutenção de territórios estabelecidos, e coletivamente reconhecidos, que delimitam os espaços proibidos e permitidos para o trânsito local de muitos dos jovens moradores, jovens esses que são reconhecidamente “marcados” pelo envolvimento direto ou indireto nos históricos de rixas e vinganças que se manifestam através de ameaças, agressões e assassinatos.

Nessa primeira experiência de pesquisa me voltei para a tentativa de compreender a origem e, principalmente, as razões da manutenção desses conflitos. O fato de envolver-se em crimes de vingança privada ou ser responsabilizado pela existência dos conflitos surgiu em muitos momentos nas falas dos jovens pesquisados como algo independente da vontade individual, em razão da “marca” carregada por eles.

Esses mesmos jovens “marcados” por vezes estavam também envolvidos com a prática de outros crimes. Mutilações e cicatrizes também marcam a memória e o corpo de jovens praticantes de crimes (tentados ou consumados) como assaltos, latrocínios, assassinatos. As situações de risco e a passagem por medidas sócio-educativas, cadeias e presídios deixa suas marcas.

Foram também muitos os relatos de jovens moradores sobre violência policial. Entre rondas, perseguições após assaltos e busca de armas e drogas, muitos excessos de policiais ficaram marcados na memória de jovens. Além da violência, a postura de policiais corruptos também foi diversas vezes denunciada por moradores. Armas e drogas apreendidas e logo em seguida revendidas lá mesmo dentro do Lagamar, as “cotas” recebidas dos traficantes e as extorsões aos revendedores de drogas. Certa vez um dos jovens ao ser questionado por que o trabalho de organizações locais não conseguia acabar com o tráfico, respondeu da seguinte forma: “no dia que conseguirem acabar com os policiais corruptos a gente consegue acabar com o tráfico”.

A venda de drogas também reproduz suas manifestações de violências. São disputas entre traficantes e cobranças de dívidas que resultam em ameaças e mortes. Além disso, também se multiplicam os dramas de famílias de usuários: filhos destelhando a própria casa ou vendendo a rede onde dormem para conseguir

dinheiro e comprar drogas; pais procurando ajuda com familiares, vizinhos e instituições para internações seguidas, por não suportarem a imagem de um filho destruído pela droga.

A realidade do jovem do Lagamar impõe uma série de riscos. Seja em razão das “marcas” das rixas locais, da prática de crimes, da violência policial ou do tráfico de drogas o Lagamar apresenta também para seus moradores suas fontes de medo.

Diante de tantas problemáticas vivenciadas pelos moradores do lugar, a violência parece se sobressair, surgindo como “figura discursiva desgastada” (SÁ, 2010), em relação a qual os moradores costumam mediar sentidos e apontar a força do estigma de lugar violento reproduzido nos meios de comunicação. A violência como elemento (des)qualificador do morador local, principalmente por parte do imaginário reproduzido na Cidade através dos meios de comunicação, surge também como um elemento contestado.

Esse mesmo lugar que guarda suas memórias e vivências de medos é também um lugar de relações de vizinhança intensa, onde a solidariedade, a amizade, a união e as iniciativas de reivindicações e lutas também estão presentes e trazem consigo vínculos para além dos códigos de violência.

Foram os laços de confiança, que compõem uma série de relações na vida do morador do Lagamar, que, vivenciados por mim nessa experiência de pesquisa em vários momentos, levaram ao fortalecimento nas relações com meus interlocutores, como veremos a seguir.

1.3 Laços de confiança

Certamente, durante a experiência de campo, teve grande valia meu capital pessoal constituído com a trajetória de educadora, pesquisadora e técnica de projetos sociais desenvolvidos no Lagamar. O conhecimento de lugares, pessoas e acontecimentos inscritos na memória de moradores e derivados de uma ordem local, se apresentaram como credenciais para chegar e ser aceita pelos meus novos interlocutores. Essas credenciais provenientes de uma vivência anterior com o lugar facilitaram o estabelecimento de laços de confiança e de trocas mútuas com os meus interlocutores.

O conhecimento sobre o lugar a partir de dados oficiais de censos

demográficos, estatísticas, estudos acadêmicos, e até mesmo sobre fatos noticiados na imprensa local certamente deve ser encarado como um momento necessário de preparo para a experiência de campo. Para Weber & Beaud (2007) o acesso a esse tipo de informação, antes e durante a pesquisa, fornece elementos para a colocação de questões além de demonstrar seriedade e comprometimento com a pesquisa e com os interlocutores (Ibidem, p. 60).

Desta forma revisei trabalhos acadêmicos sobre o Lagamar (RIBEIRO, 1990; DIÓGENES, 1991; BRAGA & BARREIRA, 1991; OLIVEIRA, 2003; AVELAR, 2007) e consultei dados oficiais, fazendo a releitura dos resultados do Censo do Lagamar (2006)¹⁸, dos dados divulgados do Censo Brasileiro (2010) que traziam informações sobre o lugar e procurei acompanhar as informações relacionadas ao lugar divulgadas pelo Governo do Estado e Prefeitura. Além das pesquisas e dados oficiais, procurei estar atenta às notícias da imprensa local sobre o Lagamar.

As notícias da imprensa, por exemplo, serviram algumas vezes como ponto de partida para a busca de novas versões e a reconstrução das narrativas pelos moradores. Em um sábado na Associação Comunitária do Lagamar, enquanto conversava com Manoel, Glailson e Fábio sobre as reportagens que falavam da violência no Lagamar, veiculadas na TV dias antes, eles fizeram várias críticas sobre a imagem de lugar violento que essas reportagens traziam do Lagamar. Manoel chegou a fazer críticas a um Policial (o qual ele citou pelo nome) que falou na reportagem, dando depoimento sobre a violência no lugar. Segundo Manoel e Fábio, o policial afirmou na reportagem que o Lagamar era de tal forma tomado pelos traficantes que a polícia “não tinha muito a fazer”. De maneira irônica o Manoel comentou se referindo ao policial: “pois é, ele aparece na TV falando isso, mas eu já vi ele várias vezes lá no CDI na hora do almoço, comendo lá no refeitório, de graça”. O Centro de Desenvolvimento Infantil – CDI é uma instituição local onde o Manoel trabalhou por muitos anos como professor, e o fato de o policial usufruir das refeições oferecidas por essa instituição foi a maneira encontrada por ele para mostrar outra perspectiva, demonstrar que a imagem de violência incontornável apregoada na fala do policial mostrada na reportagem não era absoluta.

Outro importante elemento na aproximação com os novos interlocutores que encontrei em campo e a reaproximação com os velhos conhecidos foi demonstrar

¹⁸ O Censo do Lagamar foi produto de Pesquisa realizada entre 2005 e 2006, em uma parceria entre Fundação Marcos de Brüin - FMB e o Banco do Nordeste do Brasil-BNB.

conhecimento sobre fatos e informações locais, não registradas em dados oficiais ou pesquisas anteriores. Citar nomes de pessoas e relatar histórias, reconhecer a nomeação dos lugares (como a “Favelinha”, a “Peste”, a “Barreirinha”, o “Piloto”), conhecer instituições locais e profissionais que passaram por essas instituições, tudo isso levou a uma aproximação com meus interlocutores. O simples fato de perguntar por velhos conhecidos, ex-colegas de trabalho ou ex-alunos, dava abertura para conversas que, com naturalidade, perpassavam por assuntos que iam desde disputas políticas a tragédias pessoais.

Dois elementos me parecem ter sido essenciais na manutenção de laços de confiança com meus interlocutores em campo, que favoreceram a minha reinserção e permanência em campo: o primeiro deles é de natureza prática e o segundo de natureza afetiva.

O primeiro foi meu apoio às lutas e projetos dos moradores do Lagamar. Esse apoio, além de ser sempre reiterado por mim nos momentos em que tive oportunidade de verbalizar, foi muitas vezes evidenciado na disponibilidade em contribuir com questões práticas como, por exemplo: buscar contatos e informações que estivessem com dificuldade de encontrar, ajudar na organização e limpeza antes e após o término de atividades que participei, oferecer carona, desenvolver atividades como dinâmicas e formações, nas oportunidades em que me foi solicitado, elaborar textos para planejamento e divulgação de atividades.

O segundo diz respeito aos laços de amizade criados com alguns dos interlocutores. Manoel, Glailson, Narcélio, Rozinaldo, Jaqueline e Vinicius foram pessoas que se tornaram incentivadores da minha presença em campo, isso porque, além da recíproca relação de respeito entre mim e cada um deles, e da minha forte admiração por cada um, surgiram laços de confiança que enriqueceram a relação pesquisador-pesquisado com a relação de amizade. Com poucos meses em campo observei que a empatia que eu tinha em relação aos meus interlocutores era muitas vezes recíproca, e percebi mais claramente quando alguns deles começaram a me apresentar para outras pessoas dizendo: “essa é a Juliana, minha amiga”. Eu tinha deixado de ser a “Juliana, da UFC” para ser a “Juliana, minha amiga”.

Foi a partir desses laços de confiança que foi possível permanecer em campo mesmo quando não havia uma agenda de atividades em cada uma das

organizações. Alguns rituais de comensalidade¹⁹ passaram a fazer parte das minhas visitas a campo. Bebendo do mesmo café, comendo do mesmo bolo, da mesma refeição, foi possível ter nesses encontros de comensalidade uma aproximação, uma quebra de possíveis distanciamentos derivados de formação escolar, lugar de moradia e concepções políticas diferenciadas.

Com o passar dos meses Narcélio e Rozinaldo, por exemplo, passaram a ter o hábito de me convidar para o “cafezinho” da tarde, quando eu sempre me dispunha a levar o “bolinho” como minha contribuição. Foram vários os “cafezinhos” no Centro de Defesa/CUFA seguidos dos passeios pela rua do canal e pelos becos na companhia de Narcélio, Rozinaldo e as vezes do Del. Em uma das tardes de caminhadas pelos becos do Lagamar a parada para o cafezinho aconteceu na casa de um familiar do Narcélio e outra vez no Salão São Francisco, onde aconteciam atividades do grupo religioso que ambos fazem parte.

Foram vários também os cafés de fim de tarde na Fundação Marcos de Bruin, com a companhia de Jaqueline e Vinicius, ambos jovens participantes do Fórum da ZEIS, e Valnice e Lurdes, duas senhoras funcionárias da Fundação, com muitas histórias para contar no percurso de mais ou menos 50 anos de vida. A Lurdes, senhora baixinha de cabelos curtos com fios brancos, sorridente, de abraço caloroso, gosta de contar histórias do seu passado, das vezes em que se distanciou do Lagamar, uma das vezes por conta de uma grande enchente e outras por convites de amigos e familiares. Em todas as vezes ela acabou voltando: “as vezes que saí daqui ficava triste, com saudades”. Conta com orgulho da época em que a Comunidade Eclesial de Base – CEB do Lagamar fazia as reuniões na sua casa, no final da década de 1980. Além dos relatos sobre o passado, os acontecimentos presentes também eram assuntos na hora do café. Como eu sempre perguntava como tinha sido a semana e o fim de semana, se tinha sido “calmo”, todos costumavam me atualizar dos acontecimentos como assaltos, mortes e conflitos locais.

Já na Associação, desde as primeiras atividades que participei, percebi que o

¹⁹ Kuschinir (2007) em estudos sobre rituais de comensalidade no contexto de campanhas políticas, afirma que esses eventos marcados pelo consumo de comidas e bebidas “são cerimônias que reforçam e atualizam papéis sociais” (p.38). Para a autora “os atos de comer e beber podem significar muitas coisas, inclusive uma declaração de voto” (p. 40), no meu caso a declaração de apoio aos projetos das organizações às quais os jovens fazem parte. Para Kuschinir comer junto e beber junto “exprime um desejo de nivelamento” (p.42) uma dimensão igualitária da sociabilidade.

Manoel sempre levava chocolates para distribuir, então passei a levar também. Assim as conversas costumavam ser adoçadas com chocolate, às vezes alguns lanches preparados por eles antes ou improvisados na hora. Algumas vezes, depois de me certificar que a Associação estaria aberta, eu fazia algumas visitas pela manhã e à tarde, mesmo sabendo que não eram momentos de atividades dos projetos, mas acabava encontrando vários deles enquanto estava lá, pelo hábito que muitos deles tem de “dar uma passada lá” quando estão em casa “sem fazer nada”. No período em que as escolas estavam em greve as “passadas” deles eram ainda mais freqüentes, já que grande parte dos jovens que participam das atividades da Associação estão cursando o Ensino Médio. Os almoços juntos e os passeios pelo Lagamar na companhia do Manoel, do Glailson, do Mickael e do Daniel foram outros momentos em que as relações com os interlocutores foram fortalecidas através das agradáveis conversas rodeadas de aromas e sabores.

1.4 Encontros do campo

A grata surpresa da minha experiência de campo foram as pessoas que lá encontrei. O fato de ser jovem e estar entre jovens, somado ao fato de estar adentrando um universo de atuações positivas e criativas de jovens certamente diminuiu obstáculos na minha caminhada. Na experiência anterior de campo durante a graduação, o fato de ter como principais interlocutores jovens envolvidos em richas e crimes fazia da vivência de pesquisa uma vivência de intenso medo, risco e de perdas. Não era simplesmente a notícia do acontecimento de uma morte de um desconhecido que se registrava no meu diário de campo, mas de alguém que há poucos dias eu tinha conversado ou entrevistado.

Por estar lidando com jovens atuantes determinados a superar ausências do poder público e falta de oportunidades, considero que de certa forma minha presença em campo foi fortalecida pelas motivações e lutas travadas na vida pessoal e nas experiências da atuação “no social” desses jovens com os quais me deparei no trânsito entre as organizações locais pesquisadas.

Entre os responsáveis pela motivação e empenho que mantive na experiência de campo estão alguns dos jovens interlocutores da pesquisa descritos a seguir, como forma de ilustrar o perfil individual e situar o leitor no universo pesquisado.

Todos os citados aqui são jovens que protagonizam, tomam a frente e assumem a responsabilidade de organizar e delegar tarefas em atividades nas três organizações e que por estas razões estiveram desde os momentos iniciais da minha reinserção em campo e permaneceram presentes durante todo o percurso da pesquisa. Com eles mantive contatos de maneira mais permanente, recorrendo à internet e às ligações telefônicas quando não era possível encontrá-los pessoalmente.

Inseridos em um universo rodeado de jogos de poder, de influências partidárias, de alianças e rivalidades institucionais, cada um desses jovens figuram como personagens essenciais na construção dos projetos coletivos que me propus a conhecer nesta pesquisa.

Jaqueline, também chamada de Jack, jovem de 29 anos, com rosto de menina, sorriso fácil e cabelos escuros, esbanja disposição durante as tarefas que executa e costuma ter a agenda cheia. Esperançosa e motivadora, divide-se entre o trabalho na Fundação Marcos de Bruin, as responsabilidades como Conselheira da ZEIS do Lagamar e as atividades do Grupo religioso que faz parte, o JBD – Jovens em Busca de Deus. Durante os encontros do Fórum da ZEIS e nas reuniões internas entre os conselheiros da ZEIS ela toma a frente, organiza as pautas e encaminhamentos. No início de 2012 quando esteve adoentada com uma virose ouvi algumas pessoas comentando que “não haveria reunião porque a Jack estava doente”, o que é um demonstrativo da centralidade de sua personalidade em certas situações.

Narcélio, jovem negro, de 29 anos, apelidado de “anjo da favela” por uma estrangeira que fez um intercâmbio com a CUFA Lagamar. Presença sempre centrada e de recepção calorosa. Viveu uma infância e uma adolescência de adrenalina com pichação e surf de trem no tempo em que segundo ele “a cola era a droga do momento”. Não chegou a concluir o Ensino Médio, mas possui oratória bem articulada e tem sempre boas informações para ilustrar falas. Com discurso politizado e fala firme, aponta com propriedade as mazelas do lugar onde vive e gosta de chamar os policiais de “meus funcionários”. Morador da “Quadrinha”, segundo ele tem “passe livre” por todo lugar do Lagamar. Já vivenciou o espiritismo, conheceu um centro de umbanda e testemunhos de Jeová e hoje está se reaproximando da Igreja Católica.

Manoel, 28 anos, estudante de Pedagogia, sempre bem vestido, de fala

expansiva e comunicativo, com grande talento para realizar momentos informativos e descontraídos com jovens, costuma arrancar gargalhadas do público quando está com a palavra, mesmo que seja uma palestra para jovens sonolentos numa manhã de domingo. Foi o motivador da reabertura da Associação Comunitária do Lagamar, e possui uma trajetória profissional que se confunde com sua atuação “no social”. Com fala franca e direta não usa meias palavras para falar de jogos políticos, das pressões e propostas que recebe. Acredita nos laços construídos por meio do afeto e tem forte relação de amizade e confiança com seus alunos, os quais muitos se tornaram seus admiradores e parceiros nas atividades da Associação.

Nas ações cotidianas, em visitas, mobilizações para eventos, cursos e reuniões, eles estão à frente de articulações. Cada um a sua maneira, deixam transparecer na sua própria trajetória, na sua postura e na forma de relacionar-se com os outros, aquilo que acreditam, as lutas nas quais se envolvem e os projetos nos quais investem. Desta forma, as relações de interconhecimento com cada um deles certamente me renderam grandes aprendizados quanto a significações das relações locais, mas também quanto a lições para minha vida pessoal.

No entanto, apesar de ter aos poucos construído relações de admiração e confiança com estes interlocutores em campo, o trânsito entre as três organizações não foi tarefa simples. O fato de muitos deles se conhecerem e em algum momento da vida terem se cruzado ou partilhado alguma experiência não era suficiente para que se fizesse a ponte entre os contatos. Transitar entre as organizações significou ao mesmo tempo transitar entre espaços fisicamente, simbolicamente e até ideologicamente distanciados. São essas diferenças e semelhanças entre as formas de atuação destes agrupamentos de jovens que estarei descrevendo nesta pesquisa. Foram as constantes travessias em campo que tornaram a experiência da pesquisa dinâmica e possibilitaram as inesperadas descobertas.

1.5 As travessias

A Associação Comunitária do Lagamar foi o primeiro espaço onde fui acolhida e onde pude de alguma forma contribuir com minha presença. Depois do encontro ocasional com o Manoel e a apresentação rápida feita pela Auxiliadora ali mesmo no meio da rua, na noite do primeiro dia de volta a campo, retornei na mesma semana

para conhecer os jovens que estavam se mobilizando para colocar a Associação em funcionamento. Manoel, Glailson, Mikael, Daniel, Daiana, Isaura, Renan, Fábio, Tito, Juliana, Adriano, Ramonis e tantos outros. Da combinação da minha disposição em contribuir com a disposição deles em construir trocas e aprendizados e fazer a instituição funcionar nasceu uma parceria que perdurou. Percebi que, com minha presença habitual, poderia contribuir com as atividades deles. Ofereci-me para participar de algumas atividades e eles logo encontraram interessantes demandas pra minha contribuição. Com a motivação do Manoel participei de vários momentos na Associação. Como possuía alguns conhecimentos de experiências anteriores de trabalho, ofereci, para um grupo de 12 jovens, uma formação sobre Elaboração de Projetos Sociais. Com a parceria do Manoel organizamos dois encontros para o planejamento de um ciclo de debates chamado “Tô Ligado”, com assuntos de interesse dos jovens²⁰ como sexualidade, trabalho, religiosidade e educação. Ao longo do tempo a parceria realmente se consolidou. Os dois primeiros meses de campo foram quase que exclusivamente entre os jovens da Associação.

Enquanto participava e observava as atividades²¹ da Associação tentava buscar informações entre os jovens sobre as atividades do Fórum da ZEIS e da CUFA Lagamar. Sobre o Fórum da ZEIS a maioria dos jovens da Associação não sabia do que se tratava, nem onde aconteciam as reuniões, e sobre a CUFA muitos diziam que “não andavam lá” e outros não sabiam que tipo de atividade estava sendo realizada por eles.

Quando eu questionava alguns deles sobre a não participação nas reuniões do Fórum da ZEIS muitas vezes a resposta era: “isso aí num dá em nada”, ou “isso é só perca de tempo”; ou então reclamavam dizendo: “a gente nunca sabe dessas reuniões, não divulgam nada”, “eles são muito fechados”.

Por conta própria fui aos poucos tentando compreender as dinâmicas das reuniões do Fórum da ZEIS com as pessoas que conhecia na Fundação Marcos de Bruin (a Valnice e a Lurdes foram as únicas que permaneceram do tempo que trabalhei lá), pois eu sabia que era lá a base de apoio dos Conselheiros da ZEIS. Ao

²⁰ Mesmo com a finalização da presente pesquisa meu vínculo com a Associação comunitária do Lagamar não se desfez, pois além de manter o contato com os amigos de lá continuo presente no planejamento do ciclo de debates do “Tô Ligado”, ainda em andamento.

²¹ Nos primeiros meses de campo, que coincidiram com os primeiros meses de funcionamento da Associação, as atividades que aconteciam lá eram o Curso de Hardware, as aulas de Dança e de Capoeira no turno da noite, as aulas do Projovem Adolescente na semana durante a manhã e as aulas do Propares (Protagonismo Juvenil e Educação Entre Pares) nos sábados.

conversar com Jaqueline (citada acima), a funcionária da Fundação que é também Conselheira da ZEIS e estava presente na reunião do meu primeiro dia de retorno a campo, tamanha foi minha surpresa ao perceber que ela dizia desconhecer o trabalho de juventude da Associação Comunitária do Lagamar recentemente reativada, apesar de estar todos os dias na Fundação, que fica a dois quarteirões da Associação.

A aproximação com a CUFA Lagamar foi ainda mais difícil, em razão de uma barreira a mais que materializava o distanciamento com a FMB e a ACL: as pontes que separam o canal. Fazer a travessia da ponte sozinha, sem estar acompanhada de alguém que tivesse “livre acesso”, e que fosse conhecido e respeitado dos dois lados não era aconselhável. Até conseguir que alguém me acompanhasse na travessia foram muitos meses de tentativas. Os poucos contatos antigos que eu ainda tinha (ex-alunos e colegas de trabalho da época em que era educadora) de pessoas que poderiam me acompanhar nessa travessia, não foram suficientes.

Por várias vezes coloquei minha vontade de ir falar “com o pessoal da CUFA”, mas não surgiram interessados em me acompanhar. Em uma das ocasiões em que estava na Associação e demonstrei o interesse em ir “do outro lado” ouvi relatos de que “o lado de lá estava muito perigoso”, e episódios de abordagens de assaltantes ocorridos poucos dias antes eram narrados como forma de exemplificar esse “perigo”.

Foi então que em uma conversa durante um café da tarde na FMB soube que o Vinícius, estagiário da Fundação, morava “do outro lado” e que a Travessa Social, rua onde ficava a CUFA, era no seu caminho de casa. Segundo ele muitos colegas de escola e vizinhos estavam fazendo curso de informática de lá. Foi então com a companhia do Vinícius que iniciei as travessias. Chegando na CUFA fui muito bem recebida pelo Narcélio e pelo Rozinaldo, mais conhecido como Timbó, de quem eu me lembrava e que também lembrou de mim da época em que trabalhei no Lagamar. Nas visitas que se seguiram reencontrei a Neidinha e o Del, os quais eu também já conhecia pelo trabalho no “Movimento”²². Depois das minhas primeiras visitas, acompanhada por Vinicius na travessia, Narcélio e Rozinaldo começaram a ir me pegar no ponto do ônibus, “do outro lado”. O “outro” agora tinha se invertido.

Pela imagem é possível perceber melhor o que significa a referência ao “outro

²² O Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua-MNMMR/Comissão Periferia que por mais de uma década funcionou no Lagamar é comumente chamado pelos moradores como “Movimento”.

lado”. A Associação Comunitária do Lagamar – ACL e a Fundação Marcos de Bruin – FMB estão situadas na margem do canal do lado do bairro Aerolândia, já a CUFA Lagamar está situada na margem que compreende o bairro São João do Tauape.

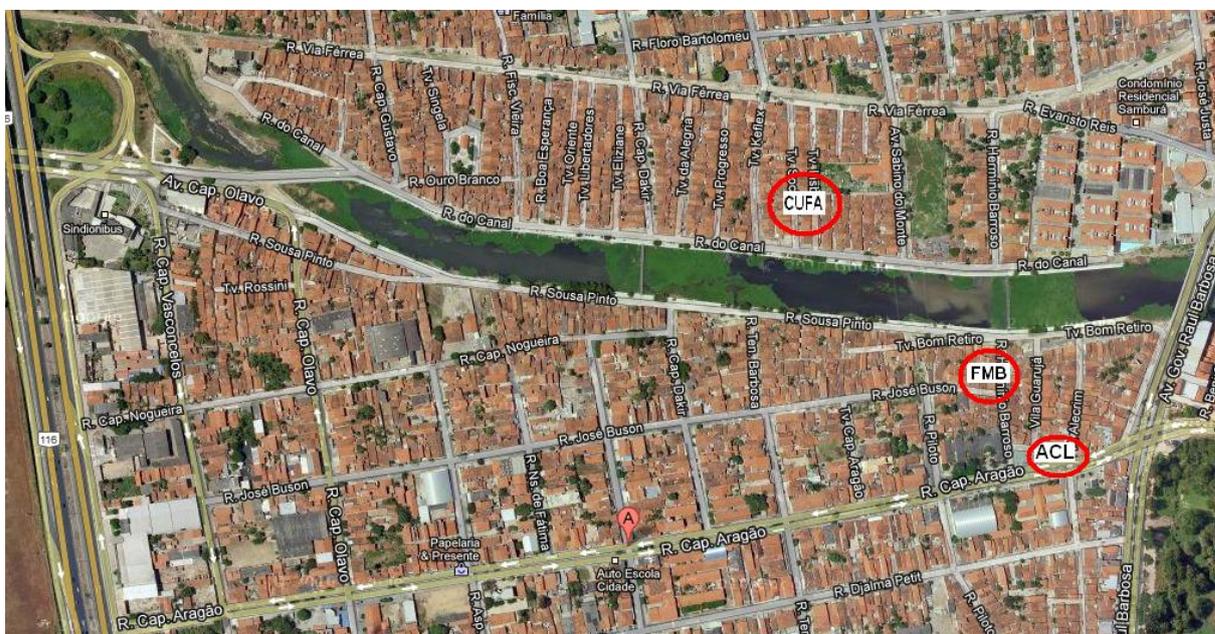


Figura 5: Imagem de Satélite (Fonte: maps.google.com.br)

As duas primeiras são espacialmente de mais fácil acesso, por estarem localizadas na avenida (no caso da ACL) e a um quarteirão da avenida (no caso da FMB). Já a CUFA fica no centro do Lagamar, mais afastada das vias de rápido acesso, o que dificulta a entrada para pessoas “de fora”.

Além do fato de ser a ponte o maior símbolo da divisão entre os territórios rivais, na margem do canal ocasionalmente acontecem assaltos aos carros que passam, além das usuais abordagens policiais aos moradores “suspeitos”. Todos esses fatores se somaram na vivência de campo como elementos de risco, mesmo tendo sido aquela travessia ato diário na época em que trabalhava no local, cinco anos atrás.

Por todos esses fatores relacionados ao risco e à possibilidade de desconfiança que minha presença podia inspirar – porque afinal, mesmo sendo um rosto conhecido para alguns eu não deixava de ser “estranha” ao lugar e meu interesse no que as pessoas faziam ali tinha que fazer algum sentido considerado legítimo para elas – a minha situação de inserção em campo, em cada um dos três espaços de atuação, me exigiu uma constante negociação com meus interlocutores.

Em muitos momentos eu mesma, a fim de justificar minha necessidade acadêmica de me inserir e de estar presente em “outra” organização, precisei realizar esforços de convencimento, tentando demonstrar a importância da atividade que esse “outro” desempenhava e o porquê do meu interesse.

1.6 Observando e participando

De março de 2011 a junho de 2012 foram intensas vivências entre reuniões, entrevistas, caminhadas, conversas, cafezinhos, visitas, palestras, debates, festas, conversas por telefones e internet. Ao longo dos 15 meses foram doze entrevistados e mais de 50 dias registrados no diário de campo, entre manhãs, tardes e noites, e às vezes dias inteiros. A agenda de atividades dos jovens era diversa. Em alguns momentos eu estive presente participando das atividades e por vezes somente observei.

As reuniões do Fórum da ZEIS geralmente nas sextas-feiras à noite, costumavam ser realizadas alternadamente na Pracinha do Santuário de São Francisco e na Fundação. Algumas reuniões maiores foram realizadas na Escola Yolanda Queiroz, e outras no meio da rua, uma em frente à FMB e outra na rua do Alecrim. Essas reuniões maiores aconteceram em momentos de grande pressão aos conselheiros representantes da comunidade no Conselho da ZEIS do Lagamar, quando os moradores passaram a demonstrar preocupação com a marcação²³ das casas, a presença de assistentes sociais e funcionários do Governo do Estado e da Prefeitura fazendo visitas às residências, além da indefinição de prazos e garantias para os moradores afetados diretamente por essas obras públicas. As reuniões internas das quais participei, onde os conselheiros se reuniam para se preparar para os Fóruns e para as reuniões Ordinárias do Conselho, com a presença dos demais membros da prefeitura que o compõem, aconteceram na FMB, nas segundas ou quartas-feiras a noite. As reuniões ordinárias do conselho da ZEIS do Lagamar (nas quais estavam presentes conselheiros da prefeitura e da comunidade, com direito a

²³ Tanto as obras do Veículo Leve sobre Trilhos - VLT (do Governo do Estado), quanto as do viaduto da Av. Raul Barbosa (Prefeitura de Fortaleza) para serem realizadas necessitam da desapropriação/remoção de várias residências, pontos comerciais e até mesmo instituições educacionais (como o caso do prédio do Centro de Desenvolvimento Infantil-CDI que pelo projeto da prefeitura precisa ser demolido para dar passagem ao viaduto). Para estudar a viabilidade do projeto que têm em mãos uma das primeiras ações feitas pelo governo e prefeitura na área foi a marcação de números nas casas, pontos comerciais e instituições que estão previstos para desaparecer.

seis votos de cada lado), segundo o regimento interno, somente podem ter a participação de conselheiros, por isso não cheguei a participar. O horário das demais reuniões, sempre a partir das 19h, era o mais consensual. Depois do dia de trabalho e de afazeres domésticos, os conselheiros e demais moradores reservavam esse tempo para discutir sobre os caminhos das negociações com o poder público a respeito das obras que certamente afetarão suas vidas.

A noite na Associação também era movimentada, principalmente nos primeiros meses. Além das aulas de capoeira e de dança que movimentavam os corredores, algumas reuniões maiores e cursos (como o Curso de Hardware e o de Recepcionista) eram estrategicamente marcados para a noite, a fim de permitir a presença dos que trabalham durante o dia. Os finais de semana, também costumam entrar na agenda de atividades da Associação para fazer grandes encontros e debates ou para as festas e confraternizações que são usuais entre os jovens de lá. De março de 2011 a maio de 2012, presenciei vários momentos de lançamento e encerramento de projetos: o Curso de Hardware, o Projovem Adolescente, o Propares, o Primeiro Passo, o Tô Ligado. Para iniciar e para finalizar cada uma dessas atividades, os jovens da ACL fizeram encontros descontraídos – com direito a discursos, fotos, vídeos, música e lanche – onde, além dos jovens, algumas vezes os pais e representantes de instituições financiadoras desses projetos (nos citados acima respectivamente CRAS/Prefeitura de Fortaleza, Banco do Nordeste/BNB, STDS/Governo do Estado do Ceará, Associação Comunitária do Lagamar-ACL) estiveram presentes. Nos momentos de boas vindas dos projetos que estavam iniciando sempre surgiam discursos motivadores, “proveitem essa oportunidade”, geralmente puxados pelo Manoel, e de agradecimento aos que ofereciam o curso. No encerramento alguns jovens faziam discursos de agradecimento, os quais eram sempre reforçados com os pedidos de “novas parcerias” aos gestores, organizadores e parceiros presentes. Mesmo que o curso encerrado não fornecesse certificado, o próprio Manoel os confeccionava para fazer o ritual de entrega do certificado a cada jovem. Os registros fotográficos eram feitos e compartilhados na internet.

No caso da CUFA, por ter sido o lugar onde passei tardiamente a freqüentar em campo, além das duas visitas isoladas no início de 2011, foram somente cinco meses de convívio ininterrupto, de janeiro a maio. As minhas visitas foram feitas no

período da tarde e algumas delas se prolongaram até a noite com passeios pela rua do canal e pelos becos na companhia do Narcélio, do Rozinaldo e do Del. Durante a tarde, diariamente durante a semana, o movimento na CUFA fica por conta dos jovens do curso de informática chamado E-jovem. Nas tardes que passei por lá, além dos jovens do curso e dos próprios integrantes da CUFA, poucas pessoas entraram no espaço. As que apareciam, ou da porta mesmo faziam alguma pergunta, buscavam informações sobre cursos, orientações sobre a retirada de documentos e procedimentos da justiça. Foi nos passeios pelo Lagamar com eles que percebi a grande freqüência de pessoas que os procuravam pedindo ajuda sobre os mais variados problemas de ordem pessoal: pessoas com problemas de saúde, precisando tirar documentos, com pendências na justiça, com filhos ociosos, com filhos usuários de droga, e até mesmo por conta de telhas quebradas²⁴. Os moradores recorrem aos meninos “da Cufa”, “do Centro de Defesa”, “do Movimento”, ou “do Del”, a toda hora. Nas caminhadas que fiz com eles, em todo momento as pessoas nos paravam com perguntas do tipo: “e aí, vai dar certo aquele negócio do documento?”, “vai dar certo meu menino entrar no projeto?”, “alguém vai poder ir comigo no Fórum?”. A freqüência de abordagens do tipo era tanta que às vezes não dava tempo de pedir mais detalhes de cada caso para eles. Algumas vezes eles me incluíam nessas conversas e orientações rápidas e outras vezes eu ficava um pouco afastada para não atrapalhar. Além da experiência de todos os integrantes da CUFA Lagamar com projetos sociais, a procura dos moradores por eles se dava também por eles serem considerados intermediadores com o poder público, pelos diversos contatos políticos e institucionais que possuem. O Del, por exemplo, além de estar à frente da CUFA Lagamar é também coordenador do Projeto “Crescer com arte Pio XII”, ligado à Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza e filiado ao Partido dos Trabalhadores. Ele é o mais requisitado pelos moradores, mas por ser o que tem o tempo mais comprometido com trabalho e com a faculdade (ele é estudante de direito) acaba delegando tarefas aos demais. Durante a semana Narcélio e Rozinaldo são os responsáveis por abrir, fechar o espaço e acompanhar as atividades da CUFA. Os dois reservam horários para acompanhar pessoas no

²⁴ Uma árvore localizada em um prédio da prefeitura estava danificando as telhas da casa de uma senhora na rua de trás, na parte do Lagamar conhecida como Cidade de Deus. Em uma de nossas caminhadas passamos por essa casa e a senhora perguntou, “sim, e o negócio dessa árvore vai dar pra resolver?”, e o Del respondeu, “ah, já falei com o cara lá, vamo ver”.

Fórum, na Delegacia da Infância e Adolescência, na Defensoria Pública, cartórios e outros destinos, como forma de assessorar, acompanhar e orientar moradores na resolução desses problemas. Esta é uma forma de atuação semelhante a mediação que os políticos tradicionalmente fazem nas suas relações entre eleitores e instituições às quais tem algum “acesso”, como mostram as pesquisas etnográficas de Karina Kuschnir (2000) e Marcos Otávio Bezerra (1999), respectivamente sobre campanha eleitoral no Rio de Janeiro e atuação de parlamentares no Congresso Nacional. Porém, fiquei atenta, nesta pesquisa, seguindo a perspectiva da antropologia da política²⁵, para ao invés de qualificar *a priori* estas ações como políticas, procurar perceber como estes jovens interpretam e nomeiam suas atividades.

1.7 Questões, metodologias e perspectivas

A dinâmica dos jovens em cada um desses espaços, e para além deles, me exigiu atenção às suas estratégias de aproximação e atuação junto aos moradores e os discursos que eles produziam em suas dinâmicas. Participando, ouvindo relatos ou simplesmente observando a rotina e as atividades nas quais se envolviam os jovens, eu procurava brechas para compreensão das questões que me levaram a campo como: qual o significado dessa atuação para eles? No que eles acreditam? Quem os apóia? Que mudanças/transformações eles almejam? Que disputas estão por trás da atuação desses jovens? Qual a razão do distanciamento entre esses três espaços? Que relações de poder eles precisam mediar ao atuar “em prol da comunidade”?

Foram muitas as questões elucidadas e outras novas interrogações provocadas a partir da experiência de campo. Durante toda a trajetória descontínua, as dificuldades e limitações que surgiram no meu trabalho de campo não provocaram, porém, dúvidas quanto à perspectiva a ser adotada na presente pesquisa: uma perspectiva etnográfica que valorize os significados apreendidos nas práticas e representações do cotidiano destes jovens.

²⁵ Para uma compreensão da perspectiva aqui adotada, que toma a política não como dado, mas como construção a ser desvendada em sua dinâmica local, ver a introdução de Goldman e Palmeira ao livro *Antropologia, voto e representação política* (1996, p. 1-12) e ainda na mesma obra, Goldman e Sant’Anna (p.13-40). Ver ainda *Antropologia da Política* (2007), de Karina Kuschnir.

Na tentativa de captar uma dimensão de significados de redes de sociabilidades específicas que compõem a Cidade, transpondo a visão 'macro' que orienta as políticas públicas de ordenamento urbano, a etnografia surge como um *modus operandi* que “permite captar aspectos da dinâmica urbana que passariam despercebidos, se enquadrados exclusivamente pelo enfoque das visões macro” (MAGNANI, 2002, p.16). Transpondo esse “olhar de passagem” (2002, p.18), Magnani propõe o uso da perspectiva “de perto e de dentro”, capaz de “apreender padrões de comportamento” inalcançáveis pelo olhar do transeunte de passagem; perspectiva esta que nos permite uma aproximação ao que Malinowski conceituou como os “imponderáveis da vida real” (MALINOWSKI, 1978).

Essa atenção às práticas comumente desconsideradas ou banalizadas pelo olhar cotidiano, que tão claramente define a peculiaridade da antropologia, é conceituada por Eric Wolf como uma necessidade de se aprofundar para sair da superfície, sendo o esforço antropológico “aproximações, e não verdades definitivas” (2003, p.349).

Por meio de uma “metamorfose do olhar”, José Jorge de Carvalho propõe sair do lugar comum onde se identifica o pesquisador como sujeito dotado de saber irreduzível, como o “sujeito de suposto saber” (2001, p.118), trazendo a compreensão de que é *na relação* com os interlocutores que se produz o saber na pesquisa etnográfica.

Há neste trabalho a proposta de recusar o jogo onde o antropólogo se coloca em “vantagem epistemológica” diante do “nativo” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002), sendo ele o único apto a explicar, interpretar e atribuir sentidos. Segundo Viveiros de Castro, o primeiro passo para concretizar tal proposta é deixar de lado a idéia de que pesquisador e pesquisado pensam da mesma maneira, pois o que se propicia com o trabalho de campo é o confronto desses pontos de vista, resultando em uma dimensão de “ficção antropológica”, pois se trata de “pôr em ressonância interna dois pontos de vista completamente heterogêneos” (Ibidem, p.123), o que nos leva novamente para a compreensão da relevância das relações construídas com os interlocutores.

Na busca das interpretações, nomeações e classificações operadas nas práticas dos meus interlocutores, procurei alcançar o entendimento das referências simbólicas e das relações de poder que permeiam essas práticas. Como afirma

Palmeira (1992, p.30, apud GOLDMAN e PALMEIRA, 1996, p.09) cumpre ao pesquisador “perceber como as estruturas sociais e simbólicas não apenas circunscrevem aquelas ações, mas atravessam diferentes unidades sociais, indivíduos ou não, inculcando-lhes significado”.

A partir do registro dos sentidos produzidos na dinâmica local desses jovens com a atuação “no social” no Lagamar, me propus neste trabalho a compreender a densidade dessas formas de atuação, mantendo a atenção a “um conjunto de processos moleculares subjacentes a cada ação ou escolha individual e coletiva” (GOLDMAN e SANT’ANNA, 1996, p.30)²⁶ que direcionam as escolhas e posturas adotadas por esses jovens.

Em razão desta perspectiva adotada, a investigação das interferências e contribuições dos processos de aprendizado e vivências pelos quais passaram esses jovens em suas trajetórias se tornou ferramenta valiosa para compreendermos os entendimentos produzidos por eles. Desta maneira cabe ressaltar o interesse de nesta pesquisa ter como elemento central as questões surgidas em torno do que estes jovens entendem por *atuação “no social”*, e não apenas interpretar suas ações e representações a partir de moldes conceituais pré-fabricados por certo senso comum intelectual como “práticas políticas” e “exercício da cidadania”, utilizados de maneira substantiva, como dados *a priori*.

Portanto, tomando como referência a perspectiva etnográfica na produção de conhecimento proposta por esses autores, serão apresentados e problematizados, nos capítulos que se seguem, as vivências, aprendizados, projetos, estratégias e lutas simbólicas empreendidas por jovens moradores do Lagamar.

Para alcançarmos os sentidos que estes jovens dão a suas formas de atuação, faremos uma análise diacrônica da “memória de lutas” dos moradores do Lagamar, a fim de compreendermos como estas memórias e suas antigas lideranças dialogam com as experiências e propostas *de jovens e para jovens* moradores do lugar com as quais nos deparamos nesta pesquisa.

²⁶ Goldman & Sant’Anna (1996) ao realizarem uma análise antropológica do voto propuseram observar esse ato de escolha política a partir de uma perspectiva ampla que leva em conta as relações construídas pelos indivíduos e a interrelação entre os planos “individual e coletivo”. Segundo os autores o voto em si “está envolvido em uma rede de forças que transcende em muito o domínio do que se convencionou denominar ‘política’”. (p.30).

2 LAGAMAR: VELHAS E NOVAS “LUTAS”

Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém, como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras. (CALVINO, 2003, p.16)

Assim como Zaíra, uma das *Cidades Invisíveis* de Italo Calvino, cada recanto de cada cidade guarda em si seu passado. Para além do sentido poético do passado inscrito no ângulo das ruas, percebemos aqui a existência de um passado que se torna de certa forma presente nas memórias de quem o viveu ou escutou relatos. Com os moradores do Lagamar não é diferente. As memórias do passado são contadas e conhecidas pelos jovens do presente. Cada ocupação, cada “barraco” construído, cada obra realizada para conter a força da natureza e expandir as vias da cidade, cada ameaça, cada morte, cada escola construída, cada projeto em funcionamento, cada serviço oferecido, cada enfrentamento com os governos, tudo isso está contido nos percursos que fiz por esse lugar junto às memórias de pessoas que lá encontrei. Desta forma se coloca a questão central deste capítulo: qual a relação das memórias de feitos e “lutas” do passado com as novas lutas dos jovens do presente? Para pensarmos sobre isso precisamos compreender o que a memória e as práticas do presente nos revelam.

Como ensinou Halbwachs (1990), a memória do indivíduo resulta de um processo coletivo, das relações que ele constitui e está sempre situada em um contexto social específico, por isso se explicaria o fato de não recordarmos nossa primeira infância, por ser um momento da vida em que ainda não nos constituímos como entes sociais. Segundo Halbwachs as lembranças que são evocadas sem dificuldade “estão facilmente ao nosso alcance porque se conservam em grupos nos quais somos livres para penetrar quando quisermos, nos pensamentos coletivos com que permanecemos sempre em relações estreitas” (HALBWACHS, 1990, p.49). Para o autor, a memória individual

não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidades de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. (HALBWACHS, 1990, p.54).

Portanto, como bem lembram Schmidt & Mahfoud (1993), na perspectiva de Halbwachs o “indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência” (SCHMIDT & MAHFOUD, 1993, p.287). No mesmo sentido, fazendo referência a Halbwachs, Ecléa Bosi afirma: “O conjunto das lembranças é também uma construção social do grupo em que a pessoa vive e onde coexistem elementos de escolha e rejeição em relação ao que será lembrado” (BOSI, 1993, p.281).

É preciso observar, porém, que ao acionarmos as memórias estaremos não somente afirmando o passado vivido, mas promovendo uma reflexão sobre as transformações que trouxeram ao presente. Portanto, seguiremos um percurso por memórias e narrativas sobre o Lagamar, trazendo como pressuposto a noção de que o indivíduo se apresenta habilitado a rememorar o passado, e assim repensar o presente, em razão dos seus vínculos e influências provenientes do seu contexto de relações sociais.

A emergência do jovem como personagem protagonista das “lutas” no Lagamar será pensada a partir de uma reflexão sobre as mudanças de práticas, perspectivas e referenciais da “atuação social” ao longo das últimas três décadas.

Como vimos anteriormente o Lagamar não se configura oficialmente como bairro e está localizado em uma na região cortada pelo Canal do Tauape que abrange regiões de três bairros (São João do Tauape, Alto da balança e Aerolândia). Essa mesma barreira “natural” que separa o Lagamar em margens opostas, o separa também na ordem administrativa da Cidade. Como se sabe, a cidade de Fortaleza está organizada, administrativamente, em seis Secretarias Regionais, as quais funcionam como sub-prefeituras. Por se tratar de uma região de interseção entre vários bairros, o Lagamar além de possuir sua paisagem dividida ao meio pelo canal que o atravessa também está dividido administrativamente: do lado do canal referente ao bairro São João do Tauape está sob a administração da Secretaria Executiva Regional II e do lado que compreende os bairros Aerolândia e Alto da Balança está sob a administração da Secretaria Executiva Regional VI.

Mas existem ainda outros fatores que fazem a delimitação espacial e da população do Lagamar possuir definições controversas. Duas fontes diversas, o Censo do Lagamar (2006) e o Censo Demográfico do IBGE (2010), apontam números populacionais muito diferentes: de acordo com o primeiro a população do

Lagamar é de aproximadamente nove mil habitantes, já para o IBGE não chega aos cinco mil habitantes. Quanto às definições do mapa do Lagamar também não há consenso. Enquanto o Censo do Lagamar possui uma definição abrangente quanto às fronteiras incluindo no seu mapa a região ao sul da Rua Capitão Aragão, o mapa abaixo, da Lei Municipal que criou a Zona Especial de Interesse Social do Lagamar, reconhece como Lagamar somente a região delimitada na cor laranja, que possui a Rua Capitão Aragão como margem ao sul²⁷.



Figura 6: Mapa da ZEIS do Lagamar (Fonte: Lei complementar nº76 de 18 de março de 2010).

É possível perceber que mesmo tendo com referências estatísticas, supostamente objetivas, não temos aqui definições absolutas. Podemos afirmar, no entanto, que de acordo com os relatos dos moradores o Lagamar é uma comunidade estabelecida há mais de cinco décadas, onde se vivenciam problemáticas tipicamente urbanas, características da desigualdade no acesso aos benefícios e equipamentos que a Cidade pode oferecer: precariedade no atendimento de saúde e nas condições de saneamento básico, o risco de alagamentos nos períodos de chuva, a falta de espaços de lazer, o tráfico de drogas, a violência, entre outras tantas que poderíamos citar aqui.

Algumas áreas apresentam características mais precárias com habitações insalubres de paredes de madeira, enquanto outras em nada se assemelham a

²⁷ As implicações dessas definições controversas do mapa do lugar serão analisadas mais detidamente no capítulo 4, quando iremos tratar das expressões da política.

áreas de favela, com rua asfaltada e casas bem estruturadas com mais de um pavimento. É possível encontrar residências maiores, com um padrão de classe média, principalmente nas proximidades das vias de grande circulação como a Rua Capitão Aragão. No entanto prevalecem as residências pequenas, coladas umas às outras com espaço e condições insuficientes e inadequados para abrigar seus moradores.

Se tomarmos como referência os dados do Censo do Lagamar (2006), 47% das residências possuem no máximo três cômodos e 32,3% das moradias possuem pelo menos cinco moradores. Somente 55% dos moradores utiliza a Rede Geral de Esgoto, os demais fazem uso do canal ou de outros meios para eliminar seus dejetos e esgotos. Quanto ao tratamento da água somente 9% consomem água mineral, as demais famílias utilizam cloro, fervura, filtragem ou simplesmente bebem a água que sai da torneira. Ainda com todos os problemas vivenciados pelos moradores, 30% dos entrevistados no Censo do Lagamar afirmaram ser aquele “o local ideal para morar”.

Para além das estatísticas comuns a outros “bairros de periferia” das grandes cidades brasileiras, no entanto, há a necessidade de compreender o lugar em sua complexidade, que tem sua metáfora na lógica irregular dos becos e do uso das vias, mas principalmente no entrelaçado de símbolos que permeiam os espaços, nas diferentes memórias que dão significado a lugares e pessoas, que demarcam fronteiras. Tais diferenciações e complexidades não são acessíveis a visitantes e transeuntes apressados.

2.1 O Canal que divide

O Canal que marca a imagem do mapa do Lagamar certamente não tem seu significado restrito a um resultado da força das águas da natureza. Nas memórias daquelas águas certamente muitos significantes permanecem submersos para aqueles que de longe supõem compreender regras, vivências e aprendizados da vida às margens.

No trecho abaixo do meu diário de campo, escrito no ano de 2005 e citado na minha monografia de graduação, é possível perceber as inquietações e os lampejos de compreensão sobre as peculiaridades dessa parcela do espaço urbano

permeada de códigos próprios.

Ao ultrapassar a fronteira da rua asfaltada que leva ao maior shopping da cidade, pela qual já havia passado inúmeras vezes, me deparei com uma estreita rua onde seus moradores desempenhavam tarefas cotidianas. Os meninos que jogavam bola, a mãe que catava piolho dos cabelos da filha, a senhora que lavava roupa, o menino que tomava banho na calçada que não existia, homens que bebiam e jogavam sinuca no bar da esquina e vários jovens, talvez pouco mais novos que eu, que curtiam o ócio na calçada da Fundação Marcos de Brün, onde eu acabava de chegar. O mau cheiro do canal causava tanto incômodo quanto ver a quantidade de lixo que se acumulava por entre os aguapés na água. Caixas, latas, garrafas, animais mortos e até mesmo móveis velhos podiam ser vistos no canal. Ao fim da rua pude avistar a ponte que atravessava o canal ligando os dois lados. Essa foi a cena que se repetiu quase todos os dias, por vários meses, com o diferencial de que, pouco tempo depois de minha chegada, algumas pessoas me cumprimentavam, já acostumadas com minha passagem no mesmo horário todos os dias. A ponte que avistei parecia, à primeira vista, somente um meio de transitar pela comunidade com mais facilidade. Ao longo do tempo percebi que a ponte tinha significações que permeavam o imaginário dos jovens do lugar. Aquela travessia construída para driblar um obstáculo natural era também um lugar de conflitos, de limites de passagem e de aventura. Ao compreender as simbologias que a ponte carregava passei a ter o receio da sua travessia. Passar de um lado para o outro poderia significar independência, não envolvimento com rixas locais; mas, ao mesmo tempo, poderia significar, na compreensão dos moradores locais, 'traição', 'caguetagem', 'pilantragem'. (...) o estranhamento com a fala, os hábitos e as regras do lugar me levavam a análise constante dos conceitos construídos pela comunidade e, principalmente, pelos jovens com os quais eu tinha mais contato. (AVELAR, 2007, pp.16-17)

No trecho acima descrevo a experiência do primeiro contato com o lugar e o acesso a significantes antes desconhecidos. A ponte antes vista como simples estratégia física para driblar uma barreira natural passa a ser reconhecida como representativa da fronteira entre jovens moradores de lados opostos do canal. No relato é fácil observar que o medo oscila de acordo com a vivência experimentada: se antes estava presente no simples fato de adentrar em lugar desconhecido, de "experiência distante" (Geertz, 2000), em outro momento se reelabora quando passo a ter a compreensão do significado da travessia da ponte para alguns jovens.

O Lagamar compreende área no entorno do Canal do Tauape com aproximadamente um quilômetro (1 Km). Nos períodos de chuva o Canal é fonte de transtornos, em razão dos alagamentos. Contam os moradores que por conta dos

frequentes alagamentos nos períodos de chuva, a localidade passou a ser chamada "alaga mar". A reprodução dessa expressão na oralidade teria levado o lugar a ser conhecido como Lagamar²⁸. As enchentes sofridas pelos moradores da margem do Canal eram consideradas nos primórdios da existência daquela ocupação como a grande "ironia" (DIÓGENES, 1991) vivida por aquelas famílias, grande parte delas fugidas da seca do interior do Ceará em meados do século XX.

Mas o canal também é lembrado como fonte de sustento. As lavadeiras de roupa e os pescadores moradores das margens do Canal, naquele tempo ainda Riacho, são lembrados por moradores mais velhos, assim como surgem na fala dos mais jovens que afirmam ter "ouvido falar" desse tempo. O Canal como fonte de vida e de alimento para os primeiros moradores do lugar, da década de 1930 a 1950²⁹, é retratado através de um saudosismo, por aqueles que viveram esse tempo e pelos que souberam que um dia o canal foi riacho de água limpa.

A esse saudosismo do tempo em que as dádivas da natureza eram possíveis naquele lugar, se contrasta o momento atual, em que o canal é lugar da poluição e do lixo. No canal se despeja lixo, dos mais diversos tipos, desde embalagens e garrafas, até móveis velhos e animais mortos. Em um período em que visitava o lugar diariamente cheguei a ver durante toda uma semana um cachorro morto em estágio de decomposição naquelas águas. Mas o despejo de lixo no Canal não é feito por uma maioria. As reclamações de muitos moradores giram em torno daqueles que "não se conscientizam".

Essas reclamações se dirigem inclusive ao poder público e à Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, pois uma estação de tratamento de esgoto desta Companhia, situada nas proximidades do canal, quando recebe um contingente de esgoto acima da sua capacidade, despeja o "excedente" no Canal antes mesmo do tratamento. Em uma conversa com um morador do bairro durante uma caminhada nas margens do canal escutei a seguinte queixa: "isso que a CAGECE faz é absurdo, eles num tão nem aí, jogam esse esgoto no canal e o mau cheiro fica insuportável, só sabe quem mora aqui." (Narcélio, 29 anos).

Assim como a condição insalubre propiciada pela vida às margens do Canal,

²⁸ A razão dos constantes alagamentos registrados na história do Lagamar consiste no fato do Riacho Tauape ser interligado ao Rio Cocó, o qual sofre forte influência das marés, o que se intensifica no período de chuvas.

²⁹ Alguns relatos sobre os primeiros moradores das margens do riacho Tauape podem ser encontrados em OLIVEIRA, 2003.

além dos riscos de enchente, inúmeras outras problemáticas atravessam a história desse lugar dividido por um riacho que se tornou passagem de esgoto. As memórias das reivindicações e “lutas” dos primeiros moradores atravessam o tempo e constituem importantes marcos de resistência pela permanência nesse espaço que com o passar das décadas passou a ser cobiçado pela sua localização privilegiada, nas proximidades da área central e das regiões elitizadas da Cidade.

2.2 As origens, a resistência, e as “lutas”

Embora as memórias sobre o lugar variem conforme a perspectiva de quem narra (Halbwachs, 1990), há uma “história de lutas” dos moradores associada ao Lagamar. Essa “história oficial” é contada pelas antigas lideranças e registrada em pesquisas acadêmicas sobre o bairro realizadas nas décadas de 1980 e 1990 (DIÓGENES, 1991; BRAGA & BARREIRA, 1991; RIBEIRO, 1990), e em produções mais recentes como em OLIVEIRA (2003). Alguns momentos são tidos como marcos da história dos moradores do Lagamar, desde a origem do povoamento do local até os dias de hoje, dando ênfase ao momento em que se intensificaram as “lutas” dos moradores, o qual coincide com o período de redemocratização que antecedeu a Constituição de 1988. Analisando esses momentos, que correm em paralelo com as “lutas” de outros bairros de periferia da cidade de Fortaleza, encontramos desde mobilizações pontuais até movimentos de resistência que tiveram uma continuidade no tempo. Desta forma, buscaremos compreender a importância e os legados dessa “história de lutas” para os jovens integrantes dos espaços de atuação aqui em questão.

Importante salientar que as fontes utilizadas para fazer essa retomada das “lutas” no Lagamar, da década de 1980 e início da década de 1990, são textos acadêmicos produzidos nesse período, que constituem registros de suma importância para a história dos Movimentos Sociais Urbanos na cidade de Fortaleza.

Portanto as falas de moradores trazidas por essas análises acadêmicas e as próprias reflexões feitas por esses autores no período serão consideradas aqui como elementos relevantes a partir do ponto de vista desses autores, mas não necessariamente como a única leitura possível. Para fins analíticos, retornaremos no tempo pela ótica desses autores e chegaremos aos dias atuais na tentativa de

confrontar as transformações operadas *por* essas lutas e *nessas* lutas, estando sempre atentos aos novos protagonistas, novos significados, novos aprendizados e novas disputas.

Registros apontam que já na década de 1950 começam a se manifestar os primeiros movimentos urbanos em Fortaleza (BRAGA & BARREIRA, 1991, p.60). No período que compreende as décadas de 1950 e 1960 Fortaleza sofre os efeitos das migrações em razão das secas³⁰ e se multiplicam no cenário urbano as moradias precárias que originaram favelas.

Segundo Ribeiro (1990), as primeiras ocupações que deram origem ao Lagamar são anteriores a esse período, datam da década de 1930. Abaixo segue trecho de entrevista feita pelo pesquisador à moradora conhecida como Maria Lagamar, considerada pelos moradores, à época da pesquisa, como a primeira moradora da favela ainda viva:

“...cheguei em 32. Fundei o Lagamar. Aqui era só lama, mato, espin... Chegou eu e uma vizinha. A Base? Num tinha nem Base [referência à Base Aérea de Fortaleza]... num tinha ninguém, tudo era mato. Vinha correndo uma água no capim. Eu cavei um buraco, formou um olho d'água que era um amor... Aí é que foi chegando gente”.
(RIBEIRO, 1990, p.37)

Mas é somente na década de 1950, como resultado do intenso processo migratório em razão das secas no Ceará e do conseqüente processo de favelização na cidade de Fortaleza, que ocorre um expressivo crescimento da população às margens do riacho Tauape.

Apesar das primeiras notícias sobre a ocupação do Lagamar se reportarem à década de 1930, a sua ocupação só adquiriu expressão urbana a partir da década de 1950, quando da grande seca de 1958, período em que favelados de outras áreas de Fortaleza que viviam intenso processo de urbanização também foram para lá (OLIVEIRA, 2003, p. 114).

À medida que crescia o povoamento no entorno do riacho Tauape, aumentava também a precariedade das condições de vida no local. O Riacho que antes propiciava o sustento das famílias com a pesca e a lavagem de roupa, vai aos poucos se transformando em destino dos dejetos e esgotos da região.

³⁰ Em 1958 uma forte seca atingiu o estado do Ceará, provocando um movimento migratório para a Cidade de Fortaleza, o que resultou no expressivo crescimento das favelas na Cidade.

Em algumas décadas de existência a população no entorno do riacho Tauape se multiplicou e passou a ser conhecida na Cidade pela precariedade de vida dos moradores e pelos alagamentos em períodos chuvosos. Em 1974 o período de chuvas marcou a vida dos moradores do lugar (DIÓGENES, 1991, p.227), após uma das fortes chuvas as águas invadiram grande número de casas e muitas famílias foram alojadas no Estádio Presidente Vargas.

As precárias condições de vida dos moradores do Lagamar nas décadas de 1970 e 1980 não eram caso isolado na Cidade. Em um intervalo de três décadas (1950-1980) Fortaleza passou por um crescimento vertiginoso de sua população, passando de 270.169 habitantes para 1.338.793 habitantes³¹. Dessa explosão populacional se multiplicam as precariedades da vida urbana.

O crescimento de aglomerações faveladas na década de 1980 servia como “indicador da pressão popular sobre a terra, reflexo da incapacidade de renda dessa população na aquisição desse bem material que é a moradia” (BARREIRA, 1991, p.58). Conseqüentemente nesse período cresceram os movimentos de reivindicação da população pobre das cidades brasileiras, voltados para necessidades imediatas como moradia e infra-estrutura. Já no final da década de 1970 os Movimentos Sociais Urbanos ganham força “marcados por conflitos com o Estado” (BARREIRA, 1991, p.26).

Esses dois fatores – crescimento em grandes proporções de favelas e o fortalecimento de Movimentos Sociais e organizações de moradores – que marcaram esse período do final da década de 1970 nos grandes centros urbanos brasileiros, se manifestaram na história do Lagamar de maneira marcante.

De acordo com Diógenes, em levantamento feito pelo PROAFA³², o Lagamar chegou ao ano de 1980 como a “favela que abrigava maior número de famílias na cidade” (1991, p.230), somando 2.664 famílias.

A dimensão desse aglomerado urbano e sua localização geraram no poder público e na iniciativa privada grande interesse e preocupação. Ainda na década de 1970 começam a surgir em Fortaleza projetos de iniciativa privada voltados para o desenvolvimento da região dos Bairros Água-Fria e Edson Queiroz. Conforme

³¹ Fonte: Censo Demográfico do IBGE, tabela 1287 (www.sidra.ibge.gov.br).

³² PROAFA (Programa de Assistência às Favelas da Área Metropolitana de Fortaleza) foi um programa do Governo Estadual voltado para o setor de habitação e para a ordenação do crescimento da Cidade criado na década de 1970.

Ribeiro (1990) e Diógenes (1991), a valorização dessa parte da cidade teria resultado de um investimento privado que apostou nessa região a fim de transformá-la em um expressivo pólo econômico da capital cearense. No contexto desse projeto foram construídos na década de 1970, além de prédios residenciais, o Centro de Convenções, a UNIFOR e no início da década de 1980 o Iguatemi, maior Shopping Center da Cidade. A viabilidade desse projeto de expansão da cidade exigiu, porém, grandes esforços do poder público. Para integrar essa região ao restante da cidade, principalmente à região central, obras de infra-estrutura foram executadas pelos governos municipal e estadual.

Segundo Diógenes (1991, p.228) “em 1979, parte considerável da área relativa ao Lagamar foi declarada de utilidade pública” e no ano seguinte passou a ser considerada como área de “interesse social”. A oficialização da importância dessa área no mapa da cidade impulsionou os mecanismos do poder público no sentido de remover os moradores.

Nesse período, uma das propostas de expansão da Avenida Borges de Melo incluía a remoção de quase 300 casas do Lagamar (RIBEIRO, 1990, p.77). No início da década de 1980 foram inúmeras as tentativas de remover parte ou a totalidade da população do Lagamar. O projeto de prolongamento da Avenida Borges de Melo estava vinculado a um projeto habitacional do Governo do Estado do Ceará que tinha como objetivo remover a totalidade das famílias para um conjunto habitacional que ficou conhecido como “Novo Lagamar”, no bairro hoje conhecido como Tancredo Neves que, segundo informações divulgadas pela PROAFA na época, atenderia por volta de três mil famílias³³. Antes da entrega das casas, em uma chuva ocorrida em fevereiro do ano de 1983, as casas, algumas ainda inacabadas, foram “invadidas” (DIÓGENES, 1991, p.235) e o projeto de remoção não se concretizou conforme o planejamento do poder público. Foi então que a defesa pela permanência passou a se somar às demais reivindicações dos moradores do Lagamar na década de 80.

2.3 O cenário nacional de “lutas”

Ao longo da história, o crescimento da cidade de Fortaleza impôs outros

³³ A entrega das casas estava condicionada a um contrato do morador com o Sistema Financeiro de Habitação SFH. Os beneficiados em receber as moradias teriam que pagar, em 25 anos, as prestações da casa para só assim se tornarem proprietários do imóvel (RIBEIRO, 1990, p.78).

momentos similares de tentativas de remoção³⁴. Mas foi nesse momento, de fins da década de 70 e início da década de 80, que o país foi movimentado por uma série de lutas sociais. O significado daquelas mobilizações seria compreendido depois, mas se sabia que havia “algo novo emergindo na história social do país”. Tomaram a cena pública movimentos reivindicando antes de tudo o “direito de reivindicar direitos” (SADER, 1988, p.26).

Esse elemento “novo” que emergia parecia em vários aspectos inovar ante os movimentos que prevaleceram no período do regime militar brasileiro, quando “predominaram as lutas de libertação, contra o autoritarismo, as restrições políticas, pela anistia, pela liberdade de expressão” (ibidem, p.60).

José Murilo de Carvalho (2008) aponta que, em meados da década de 70, com o início da abertura política e o enfraquecimento do regime militar, esses movimentos ganharam força. Alguns atos emblemáticos da chamada “abertura do regime” foram: a permissão da propaganda eleitoral para as eleições legislativas de 1974, o que resultou em uma vitória da oposição nas eleições do senado; a extinção do AI-5 em 1978, resultando no fim da censura prévia e o restabelecimento do *habeas corpus* para crimes políticos; e por fim a aprovação da Lei da Anistia, em 1979.

Para Eder Sader (1998) uma série de evidências no final da década de 70 e início da década de 80, como os movimentos populares de bairro de periferia, o movimento sindical, as comunidades de base, os movimentos grevistas e até mesmo o surgimento do Partido dos Trabalhadores “seriam manifestações de um comportamento coletivo de contestação da ordem social vigente” (SADER, 1988, p.30). Para este autor o que se presenciou nesse período foi a “politização de espaços antes silenciados” e de onde não se esperava pareciam “emergir novos sujeitos coletivos” (SADER, 1988, p.36).

2.3.1 As CEB's

Acompanhando o retorno lento e gradual dos direitos políticos, os Movimentos Sociais se fortaleciam nos centros urbanos brasileiros. São apontados como

³⁴ No período de construção da Avenida Raul Barbosa e da Via expressa, já na década de 1990, são vários os relatos de moradores sobre os transtornos e ameaças de remoção.

movimentos de grande relevância nesse período o Movimento Sindical e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)³⁵ da Igreja Católica (SADER, 1988; CARVALHO, 2008).

Apoiados por instituições como a Igreja, através das CEBs e Pastorais, se fortalecem no Brasil, nesse período de abertura política do regime militar, os Movimentos Sociais Urbanos (MSU), os quais possuíam uma natureza reivindicativa, e que foram definidos por Barreira (1991, p.33) como: “práticas sociais que emergem de modo mais visível no Brasil após a abertura democrática colocando em questão a pobreza urbana e o caráter excludente do Estado autoritário”.

Apesar do momento de transição política declarado no cenário brasileiro, algumas ações do Estado ainda traziam consigo práticas típicas do autoritarismo. Como resposta a essas práticas houve o fortalecimento de organizações de bairro e movimentos sociais urbanos adeptos de ações diretas de enfrentamento ao Estado.

Segundo Ribeiro (1990) um episódio relatado durante sua pesquisa sobre o trabalho educativo da Igreja nos MSUs era, na época da pesquisa, considerado emblemático da luta pela permanência e da força das ações diretas dos movimentos liderados pela CEB do Lagamar. No período em que aconteciam as obras do conjunto habitacional “Novo Lagamar”, do qual falamos anteriormente, havia uma forte tensão entre os moradores e o Governo do Estado. Em meio às tensões uma das casas situadas na margem do riacho foi derrubada pela polícia. No mesmo dia a população se reuniu, e durante a noite e a madrugada reergueu a casa. Na manhã do dia seguinte a família foi levada de volta a sua casa. Na época “a construção e defesa dessa casa constituiu-se em um dos maiores símbolos da luta do Lagamar” (RIBEIRO, 1990, p.83). Sobre o episódio da reconstrução da casa foi registrado o depoimento de uma moradora integrante da CEB do Lagamar (DIÓGENES, 1991,

³⁵ As CEBs tiveram grande influência em movimentos reivindicativos urbanos, como no caso do Lagamar. O papel da Igreja e de seus “agentes pastorais” no assessoramento e apoio a essas lutas é reconhecido em algumas análises como elemento crucial para o início e a sustentação de movimentos. A evangelização promovida pela Igreja passou a trazer “temas de libertação e participação coletiva” (SADER, 1988, p.203). Na análise feita por SADER (1988) é reconhecido o papel decisivo dos “agentes pastorais” na atuação de alguns “movimentos de mulheres”, pois segundo ele foram esses agentes que propuseram os novos padrões e forneceram “noções de direitos” sustentadoras das lutas. O autor afirma ainda que há nesse período uma evidente mudança de postura de religiosos que passam de uma postura “assistencialista” para uma postura de “reivindicação”. Essa mudança de postura, no entanto, foi acompanhada por direcionamentos da própria Igreja Católica, como afirmam Braga&Barreira (1991), que em conferências passou a posicionar sua “opção pelos pobres”.

p.235), que na época afirmou que: “foi uma forma de mostrar pro povo que só ia quem queria e que a PROAFA não levava ninguém à força”.

Segundo os autores (RIBEIRO, 1990; DIÓGENES, 1991), na época do episódio de reconstrução da casa, havia forte pressão e repressão do Estado na tentativa de remover as famílias. As estratégias de coação do poder público, utilizando polícia e tratores à frente das iniciativas, demonstram um panorama onde mesas de negociação não pareciam ser as estratégias mais freqüentes.

A situação de precariedade das condições de vida dos moradores somada ao medo da repressão aos movimentos de bairro, por conta do momento político em que a saída gradual da ditadura militar ainda não tinha culminado nos direitos assegurados da democracia, que somente se estabeleceria no último ano da década, abriu caminho para a atuação de religiosos comprometidos com as causas sociais, fortalecendo a presença das Igrejas já existentes nos bairros.

Segundo Ribeiro (1990, p.72) foi em 1980 que iniciaram as reuniões do grupo de mulheres que se encontrava para fazer a leitura do evangelho e discutir sobre os problemas da comunidade, tendo como grande incentivador o Padre Manfredo, filósofo e professor universitário conhecido por seu trabalho de assessoramento às Comunidades Eclesiais de Base – CEB's. Foram justamente essas reuniões que deram origem à Comunidade Eclesial de Base do Lagamar, que anos depois seria reconhecida na cidade por episódios marcantes de resistência, como a reconstrução da casa narrada anteriormente.

No início da década de 1980 ainda não existiam Movimentos Urbanos consolidados em Fortaleza, em razão dos resquícios da repressão do período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). Foi nesse período que a Igreja fortaleceu suas bases nas comunidades pobres da cidade. Segundo Braga & Barreira (1991):

A Igreja penetrou nos bairros no momento de 'fechamento' político com um discurso aparentemente não politizado, ou pelo menos não ligado diretamente a tendências político-partidárias, o que lhes conferia certa legitimidade diante do aparelho do Estado (1991, p.61).

Movimentos internos da Igreja Católica, reconhecidos nesse período da década de 80 como a ala progressista da Igreja ligada à Teologia da Libertação, atuavam através dos Conselhos Comunitários, das Pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. O objetivo dos religiosos atuantes era a “conscientização

do morador como cidadão, com direitos que devem ser respeitados pelo Estado” (BRAGA & BARREIRA, 1991, p.71). A atuação dos movimentos religiosos junto às organizações de moradores acontecia como forma de apoiar, intermediar e em alguns momentos até assessorar os moradores nos momentos de reivindicação e de conflito com o poder público.

Grande parte das reivindicações apoiadas pela Igreja Católica tinha o foco em necessidades consideradas essenciais, por isso era forte a “atuação em torno de interesses imediatos do povo: água encanada, luz, melhor transporte” (Ibidem, p.61) e, no caso do Lagamar, a moradia e a permanência.

Como resultado das lutas do movimento da CEB do Lagamar foi criada em 1983 a Associação de Moradores do Lagamar. Antes dela já existia a Associação Comunitária do Lagamar – ACL³⁶ que possuía uma linha de atuação distanciada da proposta da CEB, e segundo relatos registrados por Ribeiro (1990), sem fortes embates com o Estado, caracterizada por práticas assistencialistas e clientelistas.

O momento sócio-político da década de 80 propiciou, portanto, o crescimento dos movimentos sociais urbanos. A partir do fortalecimento desses mesmos movimentos o Estado passou a reconhecer a força desses sujeitos coletivos. A inovação das políticas “participativas” evidencia o esforço do Estado em abrir canais de comunicação com esses Movimentos. A postura “de costas para o Estado” constatada por alguns autores (BRAGA & BARREIRA, 1991; SCHERER-WARREN, 1999), passa então a ser substituída pela tentativa de parceria do Estado com organizações de bairro.

2.4 A era da “participação” e as ONG’s

A Constituição Federal promulgada em 1988 é tomada como marco, considerada por muitos doutrinadores e juristas como a primeira constituição brasileira genuinamente cidadã³⁷. O estatuto de “Constituição Cidadã” difundido na época de sua promulgação, como relatam alguns autores (CARVALHO, 2008;

³⁶ No Estatuto da ACL, registrado em cartório, consta como data de sua criação 12 de janeiro de 1982. A ACL é a instituição onde atua o Grupo Atitude, um dos espaços de atuação de jovens aqui estudados.

³⁷Sobre os princípios constitucionais que renderam o estatuto de “constituição cidadã” ver: BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 7ª ed. Malheiros, São Paulo, 1998; ver também ESPÍNDOLA, Ruy Samuel. *Conceito de Princípios Constitucionais*. Revista dos Tribunais, São Paulo, 1999.

SADER, 1988), se deu pela garantia de direitos nunca antes assegurada em texto constitucional no país.

Os avanços conquistados em matéria de direitos após um período de mais de duas décadas de um regime militar repressivo foram, porém, resultado de intensas lutas que se multiplicaram pelo país. O Brasil rural da década de 50 inicia a década de 80 como um país eminentemente urbano e as grandes metrópoles como Fortaleza se tornam palcos de lutas e movimentos reivindicativos.

Em obra intitulada *Cidadania no Brasil, o longo caminho*, José Murilo de Carvalho afirma que a cidadania é composta de três dimensões: dos direitos civis, políticos e sociais. Segundo ele o “cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos” (2008, p.09). Com os direitos civis que garantiria a liberdade, com os direitos políticos a participação e por fim com os direitos sociais a igualdade. Segundo Carvalho (2008) a história do Brasil é resultado de uma série de avanços e retrocessos desses direitos. No período histórico da década de 80 até os dias de hoje, se acompanhou na história nacional uma linha ascendente de conquistas de direitos políticos, civis e sociais. Nesse período curto historicamente, porém o mais longo sob a égide de um estado democrático de direito, poderemos identificar em cada período novas formas de organização que caracterizam a busca pela efetividade de direitos no Brasil.

Como afirma Scherer-Warren (1999, p.60) “a história da cidadania é a história da conquista da cidadania”. Portanto, ao falarmos da conquista de direitos de cidadania teremos sempre como referência um processo histórico. Em cada momento da história do Brasil é possível identificar um rol de direitos que figurou como carro chefe das lutas e reivindicações populares.

O momento da consolidação do estado democrático de direito com a promulgação da Constituição Federal de 88 é também o momento em que governos estaduais e municipais passam a investir mais em políticas sociais participativas. Novos canais de comunicação entre Estado e Movimentos Sociais são criados. É nesse momento do final da década de 80 e início da década de 90 que as organizações comunitárias começam a ser incorporadas no gerenciamento de programas sociais (BRAGA & BARREIRA, 1991, p.26). O Estado passa a reconhecer os setores organizados da sociedade e os incorpora na prestação de serviços.

Nesse mesmo período em que se presenciou uma rearticulação da sociedade civil nas lutas pela redemocratização, alguns autores apontam a existência de um forte otimismo em relação às conquistas até então alcançadas, entre as quais a mudança de postura do Estado, e as que estariam por vir como resultado das lutas:

Havia um clima de esperança, de crença na necessidade da retomada da democracia, da necessidade de participação dos indivíduos na sociedade e na política. Havia também a crença na força do povo, das camadas populares, quando organizadas, para realizarem mudanças históricas que outros grupos sociais não tinham conseguido realizar no passado. (Gohn, 2003, p. 114)

A “participação”, a “força” e a “organização” do povo são apontadas pela autora como qualidades reconhecidamente capazes de promover mudanças na história. Eder Sader (1988) desenvolve uma reflexão sobre a própria análise sociológica que nesse momento histórico, ainda fortemente embasada em uma leitura marxista, se viu impossibilitada de “apreender a natureza dos novos movimentos sociais através de uma análise centrada nas chamadas estruturas” (SADER, 1988, p.39). Nesse momento a própria noção de “classe” passou a ser questionada, abrindo espaço para as noções de “sujeitos” e “identidades” (Ibidem).

O clima de otimismo retratado na citação anterior sofreu certo embate com a inércia de políticas públicas diante da vitoriosa formalização dos direitos. Com o fim da ditadura militar, a aprovação de uma Constituição Federal garantidora de direitos do cidadão e o retorno do povo às urnas para a escolha de seus governantes, um novo percurso se iniciava na história do Brasil. Os direitos agora formalizados em lei precisavam passar a existir na vida cotidiana dos indivíduos. Era o início de um longo percurso em busca do “cumprimento dos direitos, das leis estabelecidas e não observadas” (SCHERER-WARREN, 1999, p.60).

A lentidão para a concretização dos direitos, somada às sucessivas crises econômicas, levaram a certa descrença da população no Estado e nos políticos, o que se deu acompanhado por novas mobilizações da sociedade civil.

A sociedade civil passou, nos anos 90, a desacreditar da política, dos políticos e das ações do Estado em Geral. As ideologias implícitas nas políticas neo-liberais dos anos 80 tiveram seus efeitos. Elas foram assimiladas pela população, desgostosa com a atuação de políticos corruptos, e com a burocracia e ineficiência das ações governamentais. O desemprego e o crescimento da violência em todos os espaços da vida social, particularmente no meio urbano,

contribuíram para o clima de descrença na política e no Estado. (Gohn, 2003, p. 206)

Nesse momento de descrença no Estado, observou-se na década de 1990 uma crescente mobilização da sociedade civil, que teria passado a “acreditar cada vez mais em sua capacidade de atuação independente” (ibidem, p.207), o que se refletiu no crescimento do número de Organizações Não Governamentais (ONGs) no Brasil nesse período. É nesse contexto que ocorre o surgimento da Fundação Marcos de Bruin, ONGs que atua até hoje no Lagamar.

As ONGs, por se tratarem de entidades privadas, com fins públicos e sem fins lucrativos, são consideradas por autores como Gohn (2003) como instituições que ao emergirem refletiam as “novas orientações voltadas a desregulamentação do papel do Estado na economia e na sociedade como um todo” (Gohn, 2003, p. 128), esvaziando o papel do Estado, o qual teria passado a “transferir responsabilidades” (ibidem) à esfera privada.

O crescimento e fortalecimento das ONGs se deu acompanhado pelo processo de globalização, o qual não se limitou à esfera econômica. A cidadania antes compreendida a partir da relação dos indivíduos com o Estado, a partir das “fronteiras geográficas e políticas do Estado-nação” (CARVALHO, 2008, p.12), passa a ultrapassar barreiras nacionais, com a elaboração de agendas globais e “engajamentos políticos translocais e transnacionais” (Scherer-Warren, 1999, p.18). A globalização de uma agenda de lutas parecia abrir espaços para uma “cidadania sem fronteiras territoriais e socioculturais” (ibidem, p.19).

2.5 O reflexo do “global”: novos espaços “locais”

O Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua – MNMMR e a Fundação Marcos de Bruin – FMB são exemplos de ações locais alinhadas a ações de cunho nacional e internacional de defesa e promoção de direitos.

A FMB, além de ser instituição local criada com o impulso de religiosos ligados à Igreja Católica, teve também importante participação de organizações internacionais na sua criação e manutenção. Em 1990 o jovem alemão Marcos de Bruin, na época com 27 anos, veio ao Ceará estudar Teologia da Libertação. Durante o ano que morou em Fortaleza se aproximou das organizações

comunitárias do Lagamar e passou a ser um grande defensor dessa população. Marcos de Bruin passou a ser incentivador de projetos locais voltados para a profissionalização dos moradores. A admiração dele pela comunidade ficou conhecida na sua família através das cartas que ele enviava à família na Alemanha. Um ano após sua estadia em Fortaleza o jovem retornou à sua terra natal, mas antes que chegasse na Alemanha, faleceu de meningite em Portugal. Após a morte dele os seus pais vieram até o Brasil conhecer a comunidade e junto com algumas lideranças fundaram, em 1992, a FMB que até hoje possui vínculos com familiares do jovem que deu nome à Fundação e também com instituições religiosas financiadoras da Alemanha³⁸. A FMB foi criada no intuito de funcionar como uma escola profissionalizante, gerando trabalho e renda através de cursos e da organização de cooperativas.

No início da década de 1990 ganham força os projetos voltados para adolescentes e jovens, grande parte deles financiados com recursos públicos. É também nesse período que, a partir da iniciativa de jovens moradores, começa a atuar no Lagamar o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua – MNMMR/Comissão Periferia. O MNMMR surgiu em 1985 “a partir de uma rede composta por pessoas e instituições engajadas em programas alternativos de atendimento a meninos e meninas de rua” (Gohn, 2003, p.137), e tinha como intuito “denunciar a violência institucionalizada, provocada pela estrutura social caracterizada na omissão completa por parte do Estado em relação às políticas sociais básicas” (ibidem). O MNMMR realizava encontros nacionais onde eram discutidas suas diretrizes, mas a atuação local ficava por conta dos métodos escolhidos e possíveis de serem utilizados pelos educadores. No Lagamar o MNMMR/Comissão Periferia iniciou suas atividades, segundo relatos de moradores, por volta do ano de 1994, sem sede própria, sob a liderança de Del, na época adolescente, hoje integrante da CUFA Lagamar. Del iniciou a organização dos Núcleos de Base, nomeados de “Nucleação”, onde duplas de educadores se responsabilizavam pela mobilização das crianças e adolescentes e pela realização

³⁸ A Misereor é uma das instituições que por muitos anos financiou projetos da Fundação Marcos de Bruin através dos contatos estabelecidos com os apoiadores na Alemanha, familiares e amigos de Marcos de Bruin. Ligada à Igreja Católica Alemã a Misereor, segundo informações do site da instituição (www.misereor.org), “há mais de 50 anos, está comprometida com a luta contra a pobreza na África, Ásia e América Latina. A ajuda de MISEREOR dirige-se a todas as pessoas que sofrem necessidade”

das atividades. Antes de possuírem sede própria (o que aconteceu por volta dos anos 2000) as reuniões de cada Nucleação aconteciam em diversos espaços (rua, praças, parques, escolas) e giravam em torno de temáticas como auto-estima, drogas, violência, sexualidade, comportamento escolar. As atividades desenvolvidas eram geralmente teatro, dança, recreação com jogos, mas como afirmou Neidinha – por muitos anos educadora do “Movimento” e hoje integrante da CUFA Lagamar – “quase tudo dependia das habilidades e da criatividade do educador e das parcerias que ele conseguia”.

Foi, portanto, a partir da iniciativa de moradores locais que diretrizes nacionais e internacionais relacionadas à promoção e à concretização de direitos, passaram a ser multiplicadas por meio da Fundação Marcos de Bruin e do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua – MNMMR/Comissão Periferia.

2.6 Da igualdade à diferença

Um dos movimentos fortalecidos no período pós-democratização do início da década de 1990, mesmo período em que surgiram a Fundação e o “Movimento”, foi a reivindicação dos direitos de *minorias sociais* com a defesa de *identidades específicas*. Segundo o entendimento de Scherer-Warren (1999), no processo de participação cidadã na esfera pública

os indivíduos tendem a se constituir como sujeitos a partir de duas dimensões da vida social. Uma realiza-se em torno da construção e defesa de identidades específicas, que podem ser de gênero, étnica, etária, religiosa, regional, cultural, etc. Outra constrói-se como subjetivação em torno de valores éticos comuns, como a solidariedade, o compromisso com o coletivo, com o destino de um povo, de uma nação e mesmo da humanidade. (WARREN, 1999, p.65)

Sobre o reconhecimento dessa dimensão da cidadania voltada para “identidades específicas”, José Machado Pais (2005) faz interessante reflexão sobre o papel do jovem nessa nova compreensão. Para o autor, tradicionalmente a cidadania tem sido compreendida tendo como referência “atributos universalistas”, de caráter abstrato. O jovem, porém, tem reivindicado o “direito à diferença”, o reconhecimento de “identidades”, o que para Machado Pais revela o dinamismo do exercício da cidadania, pois, segundo ele

Há uma cidadania de *direitos estabelecidos*³⁹ que, legitimamente, são olhados como estáveis, consensuais, constantes. O direito de voto (outrora conquistado) é um bom exemplo de direito estabelecido. Mas há também uma cidadania de novos *direitos conquistados*⁴⁰, cuja premência é justificada pelas circunstâncias ou necessidades mutáveis da vida. Neste caso podemos falar de uma cidadania inovadoramente participada. (PAIS, 2005, p.57)

Para Machado Pais (2005) os jovens são grandes responsáveis pelo dinamismo da cidadania, que cada vez mais surge referenciada em subjetividades e identidades. Os jovens seriam, portanto, os grandes protagonistas da reivindicação de ampliação da máxima de igualdade para a máxima da diversidade. Segundo Pais a cidadania participada seria esta que abre o espaço para as diferenças e as afirmações de identidades. Para ele os jovens são os grandes críticos da cidadania de “cepa torta”, a qual se traduz em

direitos civis de propriedade entre quem nada tem. Em direitos políticos de voto entre quem nunca é votado. Em direitos sociais como os de livre acesso à educação que por sistema têm o condão de repelir os que dela acedem com mais dificuldade. (PAIS, 2005, p.66)

Machado Pais continua afirmando que “a cidadania de “cepa torta” é regida por princípios universalistas que ignoram as necessidades particulares a que respeitam as diferentes identidades”, portanto é uma cidadania “que abraça mitos homogeneizadores perante uma realidade heterogênea”. (ibidem).

A afirmação de identidades tem se consolidado cada vez mais em referência ao exercício da cidadania. A cidadania alcança o século XXI ampliando o mito homogeneizante da igualdade para estabelecer o direito à diferença, o que nos leva mais uma vez à reflexão de Irllys Barreira que aponta a juventude como marco de referência “de uma sociedade diversificada e plural” (BARREIRA, 2009, p.11).

É precisamente sob este signo da diversidade que poderemos compreender as expressões da cidadania nas lutas sociais que hoje coexistem no Lagamar. Se sobre as lutas pela permanência das décadas de 1970 e 1980 o que se vê são registros de “lutas” tendo como cerne direitos universalistas como saúde e moradia, hoje nos deparamos com um cenário de diversidade nas práticas e perspectivas de

³⁹ Grifo do autor.

⁴⁰ Grifo do autor.

organizações locais, as quais trazem, como peculiaridade não observada nas lutas das décadas “pré-democratização”, forte presença da juventude à frente de seus projetos.

2.7 Novos aprendizados

Os jovens com os quais nos deparamos em campo, nas suas mais diversas formas de atuação no universo da ZEIS, da ACL e da CUFA, possuem como traço similar em suas trajetórias a participação em “projetos sociais” locais. Foi nas vivências de “projetos” anteriores ao momento presente (ligados à FMB, ao MNMMR, entre outros, como veremos no capítulo a seguir) que nossos jovens interlocutores passaram a ter acesso a um repertório vasto de aprendizados.

O aprendizado “na luta” vivenciado pela geração anterior que tinha suas ações pautadas em “ações diretas” de confronto com o Estado passou a dar vez ao aprendizado na vivência “de projetos”. O momento de busca de efetivação de direitos garantidos em textos legislativos por parte de organizações locais se fortalecia pelas tentativas inaugurais do Estado de colocar em funcionamento políticas públicas voltadas para direitos sociais. As tensões antes provocadas pelos confrontos por meio de “ações diretas” passaram a ressurgir com formatos diferentes no emaranhado de negociações e parcerias das organizações locais com o Estado.

A diferenciação entre os modos de atuação, experiências e aprendizados pelos quais passaram essas gerações pôde ser percebida de maneira emblemática em vários momentos de debate no Fórum da ZEIS e em reuniões do Conselho da ZEIS nas quais estive presente. Esse embate emblemático no universo da ZEIS do Lagamar acontece por esse ser um espaço onde antigas lideranças e lideranças jovens atuam juntas. Dentre os Conselheiros da ZEIS representantes do Lagamar, que são seis titulares e seis suplentes, alguns deles são jovens e outros são antigas lideranças, como Dona Rosarinha e Dona Raimunda Chaves, que participaram ativamente da CEB do Lagamar nos anos 80. Em uma reunião somente entre os conselheiros onde a pauta de discussão era a mudança de alguns artigos do Regimento Interno do Conselho da ZEIS do Lagamar, Dona Rosarinha fez o seguinte comentário:

É muito difícil entender essas coisas aqui [artigos do Regimento] eu

num tenho cabeça pra isso. Antigamente a gente aprendia tudo na luta. Os *homi* queriam tomar as terra e as mulheres pegaram as chinela e deram foi uma pisa neles.

Em resposta ao comentário de Dona Rosarinha, Jaqueline, uma das jovens conselheiras, respondeu: “mas é isso mesmo, a gente tem é que ler, estudar, pra poder entender”. Em outro momento, no decorrer de um dos encontros do Fórum da ZEIS realizado na rua em Frente à FMB, no qual, como de costume, quem fez as explicações e tomou a frente foram os conselheiros mais jovens – Jaqueline, Raimundo e Emanuel – uma antiga moradora que estava presente pediu a palavra e afirmou: “Esse conselho são pessoas que não tem experiência, mas o sofrimento da luta é aprendido. O dia-a-dia é uma escola de luta”.

A afirmação da antiga moradora revela a valorização do aprendizado “na luta” vivido pelas antigas lideranças, e que não se apresentou como elemento primordial nas experiências e aprendizados entre os jovens interlocutores de nossa pesquisa. Para chegar à compreensão desses novos *habitus* (BOURDIEU, 1998; BOURDIEU, 2005)⁴¹, referentes às disposições incorporadas por esses jovens na atuação “no social”, é preciso trazer para primeiro plano suas trajetórias, experiências e aprendizados.

No capítulo a seguir iremos focar as trajetórias desses jovens, seus aprendizados e redes de relações, colocando em questão o entendimento do que é “ser jovem”. A partir deste momento buscaremos apreender os significados associados à juventude voltada para “o social”, “pensante”, “politizada”, “consciente”, “de atitude”, que na tentativa de (re)significar sua atuação e demarcar identidades, aciona os mais diversos signos, como veremos a seguir.

⁴¹ A partir da análise de Bourdieu o *habitus* é identificado como um conjunto de conhecimentos e disposições adquirido pelos indivíduos através dos processos de socialização. Para o teórico: “Produto da incorporação de uma estrutura social sob a forma de uma disposição quase natural, muitas vezes dotada de todas as aparências do inato, o *habitus* é a *vis insita*, a energia potencial, a força adormecida, donde a violência simbólica, e em particular a que se exerce através dos performativos, extrai a sua misteriosa eficácia (BOURDIEU, 1998: 149-150).

3 JUVENTUDES

Ao longo das incursões a campo no Lagamar a categoria juventude ganhou espaço não só a partir de uma leitura analítica, mas principalmente a partir de uma perspectiva nativa, tendo em vista as formas de “entrada” e as relações com os interlocutores já explicitadas no primeiro capítulo. Outras questões suscitadas a partir dessa categoria, como a noção de direitos e de identidade, se mostraram interessantes chaves analíticas para se compreender as razões e concepções que sustentam e fundamentam a atuação “social” empreendida por jovens do Lagamar.

Neste capítulo veremos que as noções de direitos e de cidadania expressadas pelos jovens pesquisados possuem raízes também em outras categorias como *criança* e *adolescente*, tendo em vista as trajetórias vivenciadas por eles e as referências encontradas nas leis aos direitos e garantias fundamentais de crianças e adolescentes. A vivência nos “projetos” sociais existentes no Lagamar em diversos momentos da vida, desde a infância, nos direciona para a compreensão das fortes referências trazidas por eles em seus discursos e práticas.

Para além das referências biológicas, encontraremos entre os interlocutores referências às condições de vida, aos riscos, às noções de direitos e aos projetos de vida como forma de delimitar as vivências da juventude.

Ao colocarmos em pauta uma base teórica sobre o entendimento da categoria juventude iremos estabelecer perspectivas a partir das quais será possível ampliar horizontes em direção à juventude como categoria nativa. Em seguida iremos nos deter na reflexão sobre essa categoria num diálogo com os nossos interlocutores, a partir dos entendimentos sobre o que é “ser jovem”, em busca das interrelações entre as trajetórias, os aprendizados vividos e os entendimentos e discursos produzidos e reproduzidos.

3.1 Sobre *juventudes*

Pesquisas anteriores que tomaram os jovens como tema já demonstraram que as manifestações relativas a essa categoria no universo urbano revelam uma diversidade de estilos e gostos. Por diversas vias os jovens marcam seus territórios e imprimem suas marcas na cidade, como acontece, por exemplo, na estética do corpo das gangues e galeras ou na difusão de ideologias e modos de vida

característicos de movimentos como o Hip Hop (DIÓGENES, 1998; FREITAS, 2003; MAGNANI, 2005).

Encontramos nos jovens uma expressão da pluralidade que movimenta o universo urbano, retrato da sociedade contemporânea, notadamente urbana e globalizada. Como bem afirma Irllys Barreira sobre a categoria *juventude*, “é possível dizer que os sentidos de uma “cultura emergente”, expressivos de uma sociedade diversificada e plural, têm nessa categoria social um marco importante de referência” (BARREIRA&BARREIRA, 2009, p.11).

Ao nos aproximarmos da juventude do Lagamar trazemos a tona um universo que em certa medida expressa esse urbano plural, e ao mesmo tempo coloca em questão o papel do jovem nesse cenário. Adentrando nesse emaranhado de relações, onde se situa a atuação do jovem no “social”, tendo em vista os projetos pessoais e necessidades da “comunidade”, lançamos o desafio de compreender de que formas se constituem identidades, se demarcam diferenças e se constroem os discursos sobre si, sobre a realidade local e sobre a Cidade.

Na busca de compreender o alcance dessa atuação juvenil, não só o senso comum como também estatísticas sobre juventude são colocadas à prova. A falta de interesse do jovem pela política, por exemplo, é uma opinião facilmente reproduzida pelo senso comum. Dirigem-se nesse mesmo sentido as conclusões de uma pesquisa de abrangência nacional intitulada “Perfil da Juventude Brasileira”, realizada no ano de 2003 em 24 estados e no Distrito Federal⁴², onde foi apontado que somente 2% dos jovens entrevistados *fazem algum trabalho social ou negócio no bairro, bom para a comunidade*. A mesma pesquisa identificou a forte presença de ideais de mudança. Quando questionados, 84% dos jovens entrevistados afirmaram acreditar que o jovem pode, com mais ou menos intensidade, mudar o mundo.

Esse ideal de mudança tem sido identificado ao longo da história por estudiosos da juventude. Para Edgar Morin (1997, p.147) os jovens seriam os responsáveis por impulsos de “aceleração da história”. O jovem emerge, nessa interpretação de Morin, como a representação do novo, da criação e da

⁴² A pesquisa intitulada “Perfil da Juventude Brasileira” realizada pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, resultou um conjunto de estudos que compõem o livro *Retratos da Juventude Brasileira – Análises de uma pesquisa nacional*, Organizado por Helena Wendel Abramo e Pedro Paulo Martoni Branco. Na pesquisa foram contemplados distrito federal e todos os estados brasileiros, exceto Amapá e Roraima.

transformação. Mas esse entendimento não é unânime, sendo possível identificar movimentos de resgate e de conservadorismo entre jovens.

Ao jovem também é atribuída a imagem do indivíduo que possui uma indefinição do seu papel social. Como afirma José Machado Pais (2009, p.373), não há em nossa sociedade um rito de passagem que demarque precisamente a transição do jovem para a vida adulta, por isso haveria uma fluidez e uma descontinuidade nas fronteiras entre as fases da vida. Segundo o autor:

Um dos traços que mais caracteriza a actual condição juvenil é a situação de impasse vivida por muitos jovens em relação ao seu futuro. Eles até poderão galgar as fronteiras que, supostamente, permitem a passagem simbólica da juventude para a idade adulta; contudo – porque a precariedade pauta as suas trajetórias de vida – muitos deles não conseguem reunir condições de independência econômica estável. (Ibidem, p. 374)

As situações de impasse que impedem os jovens de ascender à vida adulta, assim como as fronteiras simbólicas entre essas fases da vida, devem, no entanto, ser percebidas de forma a impedir a naturalização do que reconhecemos como criança, jovem e adulto.

Ao nos perguntarmos quem são os indivíduos identificados ora pela indefinição do seu papel social (PAIS, 2009), ora pelos impulsos de aceleração da história (MORIN, 1997), ora pelo desinteresse pela política (ABRAMO & BRANCO, 2008) e ora por serem marcos de referência de uma sociedade diversificada e plural (BARREIRA & BARREIRA, 2009), certamente não será possível alcançar uma resposta clara a partir de dados objetivados e definições etárias baseadas no desenvolvimento biológico dos indivíduos.

Como bem afirma Bourdieu (2003) ao ser questionado sobre uma definição de juventude, as divisões de gerações entre idades são arbitrárias, assim como tantos outros atos de nomeação e de classificação. Para o autor ao se produzir uma ordem onde cada geração assume seus papéis determinados, estamos diante de uma questão de poder. Portanto os recortes arbitrários das gerações nada mais seriam do que um resultado complexo de manipulações fundadas em relações de poder. Sobre isso Bourdieu afirma que:

a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de se falar dos jovens como de uma unidade social, de

um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e de se referir esses interesses a uma idade definida biologicamente, constitui já uma evidente manipulação. (2003-A, p.153)

As manipulações operadas no contexto das relações sociais seriam, portanto, a razão para que um dado biológico seja tomado como referencial absoluto para as definições de gerações. Por isso, sobre a conceituação de *juventude*, no singular, Bourdieu afirma que “é por um formidável abuso de linguagem que se pode subsumir no mesmo conceito a universos sociais que praticamente não possuem nada de comum” (2003, p.153). Partindo deste entendimento, não haveria que se falar em um conceito único de juventude, mas sim em expressões que nos propiciariam compreender uma infinidade de *juventudes*.

O que ocorre, no entanto, quando se fala em juventude é a utilização de códigos e símbolos que remetem a uma construção social de uma juventude “consensual”. Os referenciais de saúde, vestimenta, gostos e tantos outros elementos parecem ser tomados *a priori*, referenciados em um padrão, quando acionamos a imagem de juventude.

Mas o dilema da definição precisa de fases da vida tem se manifestado ao longo da história através de reiteradas tentativas de regulamentar e regular até onde vai a infância e onde começa e termina a adolescência e a juventude, a fim de delimitar direitos, deveres, permissões, proibições da conduta dos indivíduos. Já no século XVIII a medicina social passa a empreender um esforço de “medicalização da família”(DANZIATO, 1998, p.16),apontando para a necessidade da existência de uma *ética privada*, onde a sexualidade das crianças e jovens passa a ser controlada. Já nesse período, no contexto europeu, instituições como a escola e a família “vêm exercer uma vigilância através da perseguição dos corpos, do controle da sexualidade” (Ibidem, p.17).

A objetivação das delimitações de fronteiras entre fases da vida como a adolescência e a vida adulta pode ser observada de forma evidente em discussões que giram em torno da diminuição ou não da idade de *responsabilização penal* de adolescentes. Nesse sentido tem-se desenvolvido no Brasil na última década uma forte discussão em torno da redução da maioridade penal (CAMPOS & SOUZA, 2007), tendo em vista o debate sobre a definição do momento da vida, da idade precisa, em que as leis devem garantir a tutela de crianças e adolescentes por suas peculiaridades de indivíduos em desenvolvimento e quando o indivíduo deve passar

as responsabilizado penalmente por seus atos.

Na tentativa de delimitar as fronteiras entre a juventude e a vida adulta algumas leituras teóricas foram propostas no campo da sociologia. Segundo Machado Pais (1993) essas teorias podem ser englobadas em duas grandes correntes: a geracional e a classista.

Para a *corrente geracional* a juventude é percebida a partir de uma entidade homogênea, “sendo a idade olhada como uma variável tão ou mais influente que as variáveis socioeconômicas e fazendo-se uma correspondência desajustada entre uma faixa de idades e um universo de interesses culturais comuns” (PAIS, 1993, p.43). De acordo com a corrente geracional as “*descontinuidades* intergeracionais estariam na base da formação da juventude como uma *geração social*” (Ibidem, p.38). Portanto para essa corrente a juventude estaria em situação de oposição em relação às outras gerações, ora fazendo parte de uma *socialização contínua*, “a partir de normas e valores predominantes entre as gerações mais velhas” (Ibidem, p.39), ora propondo *rupturas, conflitos e crises intergeracionais*, “quando as descontinuidades entre as gerações se traduzem numa clara tensão ou confrontação” (Ibidem, p.39). Tendo como ponto central a preocupação com a reprodução social, na questão das continuidades ou descontinuidades residiria a importância da noção de juventude para essa corrente.

Para a *corrente classista*, a questão da reprodução estaria centrada na noção de classes sociais, pois segundo seus adeptos “as culturas juvenis são sempre culturas de classe, isto é, são sempre entendidas como produto de relações antagônicas de classe” (Ibidem, p.48) e por essa razão se confundem com culturas de resistência. Para Machado Pais a prova disso reside no fato de que “as culturas juvenis que não se manifestam como culturas de resistência classista ficam à margem do interesse dessa corrente” (Ibidem, p.48). Desta forma a *cultura juvenil* sob essa ótica surge como contraponto das *classes dominantes*, com forte conteúdo político. Como críticas a essa corrente o autor aponta principalmente: a falta de argumentos para a explicação à adesão “de jovens de diferentes condições sociais a valores relativamente semelhantes” (Ibidem, p.50); a suposição de matriz determinista segundo a qual a condição social dos jovens determinaria a “homogeneidade cultural ou de modos de vida” (Ibidem, p.50).

Como síntese da análise crítica feita às duas correntes, Machado Pais (1993)

propõe que a juventude, ou as *culturas juvenis*, passem a ser analisadas em seu sentido antropológico, tendo como elemento central “os modos de vida específicos e as práticas quotidianas dos jovens” (Ibidem, p.55), e não as representações sociais consideradas como dominantes (seja a geração adulta seja a classe social dominante). A síntese elaborada por Pais nos remete para o direcionamento metodológico tomado por ele no curso da investigação etnográfica que resultou no livro *Culturas Juvenis*: observar a realidade através dos cotidianos dos jovens, seus contextos sociais, trajetórias e suas dimensões performativas. Indo ao encontro da síntese de Machado Pais, podemos afirmar que a realidade dinâmica e diversa não nos possibilita perspectiva substantivada, estática, pré-definida, arbitrária das divisões geracionais referenciadas unicamente no elemento biológico das idades ou por meio da noção de classes sociais.

Segundo Pais (2005), é possível identificar entre os jovens uma postura de “atrevimento” e “imprudência” diante dos padrões estabelecidos, diante do “poder careta que procura enquadrá-los” (PAIS, 2005, P.54), por isso:

os jovens sugerem ser por estes [que desejam enquadrá-los] vistos como ‘desenquadrados’, ‘desalinhados’, ‘marginais’, termos que apontam para uma *exclusão*⁴³ que muitos jovens transformam em oportunidade para reafirmarem, exacerbadamente, suas identidades (PAIS, 2005, P.54).

Na busca da afirmação suas identidades os jovens recorrem a uma dimensão performativa⁴⁴ que se manifesta nas vestimentas, na linguagem, nas formas de comunicação e de intervenção nos espaços, idéias e instituições postas. Desta forma, as identidades são “socialmente ritualizadas” e as intervenções, sejam elas corporais, sociais ou políticas, se apresentam “como marcas individuais, sem deixarem de ser grupais” (Ibidem, p.55).

Portanto, voltando nosso foco para o objeto em questão na presente pesquisa, para identificarmos quem é esse jovem atuante “no social”, devemos antes compreender os significados associados a “ser jovem” entre os moradores do Lagamar. As identidades juvenis afirmadas nos percursos de atuação e nas trajetórias desses jovens devem ser percebidas de maneira situada, como veremos

⁴³ Grifo do autor.

⁴⁴ Sobre a noção de performance, Goffman identifica nas ações dos indivíduos uma teatralidade a partir da qual procura-se mobilizar elementos expressivos do comportamento que permitam dar mais ênfase às práticas de onde derivam a reputação (GOFFMAN, 2009, p. 39).

a seguir.

3.2 Sobre “ser” jovem

Na experiência de campo, principalmente por meio das entrevistas, tive a oportunidade de questionar a respeito do entendimento dos meus interlocutores sobre o que é ser jovem, o que se entende por juventude. As noções de juventude antes percebidas de maneira dispersa foram aos poucos sendo compreendidas a partir das vivências dos jovens que as enunciavam, permeando ainda mais de sentidos aquilo que eles passaram a nomear de *juventude* diante das minhas interpelações. Desta forma passei a perceber essa construção do entendimento de juventude situada a partir do *lugar* daquele que a constituía. Kathryn Woodward nos lembra que podemos nos posicionar diferentemente tendo em vista que “diferentes contextos sociais fazem com que nos envolvamos em diferentes significados sociais” (WOODWARD, 2009, p.30). A partir desta perspectiva ampliam-se as possibilidades de compreensão das identidades que tomam como referência o entendimento de juventude.

De acordo com Woodward, “as identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas” (2009, p.08). Além disso, Woodward afirma que a própria noção de identidade é “relacional”, pois para existir depende sempre “de algo fora dela”, tal qual na concepção de juventude que encontramos em campo, no universo juvenil do Lagamar, como podemos observar na fala abaixo formulada diante do meu questionamento durante uma entrevista sobre o que é ser jovem:

Eu acho que assim, ser jovem tá mais também, claro, numa transição, da infância pra fase adulta, né. Então ser jovem é aproveitar um pouco de cada, um pouco da infância que lhe resta e já pegando as responsabilidades, e tentando viver o mundo dos adultos, né. É isso, eu acho, ser jovem. (...) Se aqui é um grupo predominantemente de jovens, os adultos entram na maior; as crianças entram na maior. Todos participam como se fosse um grupo de adultos, como se fosse um grupo infantil e como um grupo jovem adolescente. Porque é uma linguagem única, uma linguagem que todo mundo entende. (...) Um grupo predominantemente jovem chama todas as idades, chama todas as classes sociais e opções sexuais que sejam pra se estar em um lugar onde a linguagem é a mesma, que todo mundo se entende. E isso é legal, por isso eu acho

que influencia muito ser um grupo predominantemente jovem.
(Renan, 20 anos)

Ao descrever o dilema da indefinição apontado por Machado Pais (2009), assim como a peculiaridade do lugar do jovem na sociedade, Renan nos aponta uma perspectiva positiva, agregadora, a ser utilizada pelo jovem para ampliar seus espaços de atuação e assim ocupar um espaço de reconhecimento. Por outro lado identidade de “jovem” surge na fala de Renan, em referência ao não jovem, ao adulto, à criança, àquilo que o jovem não é. Ser jovem é ser uma “não-criança”, um “não-adulto”, por isso se faz pertinente a afirmação de que “a identidade é marcada pela diferença” (WOODWARD, 2009, p.09) e neste processo outras várias oposições se mostram possíveis, como veremos ao longo deste trabalho.

Renan é um jovem de família pobre que assim como tantos outros terminou o Ensino Médio e busca qualificação profissional na tentativa de se inserir no mercado de trabalho. Ele mora em uma casa simples, de um quarto, sala e cozinha, com a mãe, três irmãos e uma sobrinha. Na hora de dormir ele divide uma cama que fica na sala e o único quarto da casa é usado pela mãe e a sobrinha. Os irmãos trabalham, um “de carteira assinada” e os outros como vendedores ambulantes no semáforo. O envolvimento dele com a Associação Comunitária do Lagamar – ACL aconteceu pela vontade de “fazer algo”: “quando me convidaram eu pensei, nossa aquelas pessoas estão lá tentando fazer algo, fazendo algo, e eu to em casa fazendo nada. Eu não to trabalhando né, (...) e pensei, porque não tentar?”. Renan em sua fala se refere ao momento em que um grupo de jovens uniu forças e, como eles gostam de dizer, “colocaram a mão na massa” e reabriram a Associação que estava desativada. As fotografias organizadas em painéis logo na entrada da Associação registraram os momentos em que os jovens pintaram paredes, consertaram portas, telhados e rede elétrica e ornamentaram com cartazes, “dando vida ao lugar”, como Manoel, jovem e educador, também da ACL, costuma dizer.

A vontade de “fazer algo” expressada por Renan, surgiu em outros momentos, como podemos ver na fala a seguir, como característica peculiar do que se entende por “juventude”.

Antes eu não tinha espírito de juventude (...) minha vida era focada só em trabalhar e eu acredito que quando você vive só de trabalho você não vive. Eu num via sentido na vida, e eu vim ver o sentido da

vida a partir do momento em que eu entrei no grupo e que a minha vida mudou, sabe? Porque eu me senti jovem, me senti útil quando eu passei a tirar um tempo do meu dia, da minha vida pra me dedicar ao outro, e isso me fez ser jovem, por isso que eu tenho um espírito de jovem. (Jaqueline, 29 anos)

Aqui se vê a perspectiva apontada por Bourdieu da juventude como construção social, tendo em vista que Jaqueline, mesmo sendo jovem em termos biológicos, declara somente ter “se sentido jovem” quando “se sentiu útil”, “entrou no grupo”. A juventude toma corpo aqui a partir de uma vivência subjetivamente introjetada em suas dimensões simbólicas e relacionais.

Jaqueline atribui à sua entrada no “Grupo” um momento de mudança de vida. O grupo que ela se refere é o Jovens em Busca de Deus – JBD, grupo com sede no Lagamar, ligado à Igreja Católica, vinculado à Paróquia do São João do Tauape. Para conceituar juventude e se definir enquanto jovem Jaqueline demonstra reconhecer na atitude de “se dedicar ao outro” e na sensação de “ser útil” o “espírito de juventude”.

Além de trabalhar na Fundação Marcos de Bruin (FMB), que atua no Lagamar com projetos culturais e profissionalizantes, Jaqueline é também conselheira do Conselho Gestor da ZEIS do Lagamar, e participa do JBD. A jovem moradora do Lagamar comentou em uma de nossas conversas que convive com um problema não raro nas famílias do lugar, que é a dependência de drogas, problema que tem mobilizado toda a família em razão do envolvimento de um parente próximo com o que ela definiu como “drogas pesadas”.

A definição de juventude surgiu em alguns momentos entre os interlocutores como uma referência a um tempo passado, em que havia a tentativa de se afirmar através do visual, dos lugares freqüentados e das companhias, como podemos ver na fala a seguir.

No meu tempo de jovem eu era, isso desde a adolescência, eu era meio que rebelde né, roqueiro e tal só queria andar de preto, e ai ia pros cantos né, tomava uns goró, ficava lá no meio da turma, as vezes falava muita coisa, porque não tinha nada o que dizer, mas sempre tinha aquela atenção, a negrada me chamava de ‘senta que lá vem a história’, porque eu sempre gostava de contar história né, e ali eu me sentia, ali era o meu ambiente. (Narcélio, 29 anos)

Narcélio, apesar de ter a mesma idade de muitos que se reconheciam como

jovens durante a pesquisa, fala da juventude como uma fase que passou, um tempo em que “a turma” era reconhecida por ele como o “ambiente” dele, o lugar onde ele era aceito e escutado. A “juventude” se apresenta para ele na dimensão performativa de que nos fala Machado Pais (2005), quando ele fala da atitude de rebeldia, do uso do preto como marca de distinção simbólica no universo dos jovens e das suas contações de histórias que o fazem “se sentir” no domínio do ambiente. Essa narrativa aparece como um momento da vida de afirmação, de inserção e de busca de uma identidade. Assim como os dois outros jovens apresentados acima, Narcélio é de família pobre e sofreu muita pressão em casa por dedicar seu tempo ao “trabalho social” e com isso “não levar dinheiro pra casa”. Depois de trabalhar por três anos como porteiro ele decidiu que iria voltar a fazer o “trabalho social”. Hoje ele é integrante da CUFA Lagamar e diariamente dedica seu tempo aos projetos da instituição voltados para a juventude moradora do Lagamar. Segundo ele, “lá eu me identifico, lá é minha casa, lá é meu mundo”. Assim como no “tempo de jovem” em que a turma era um lugar de identificação, o trabalho “social” é reconhecido por ele como o lugar que ele se “identifica”.

A juventude ganha outro sentido na fala de Narcélio quando aparece como um foco do seu trabalho. Segundo ele:

A juventude é onde está mais acessível pro tráfico, é a hora que os traficantes estão começando a recrutar seus novos soldados, porque se a gente não começar a se ligar e querer cuidar da juventude, tentar tirar os que estão envolvidos, os que não estão pra que não vá pra esse mundo, a gente vai perder, mais e mais pro tráfico, porque ele tá aí, tá organizado, se a gente não começar a se organizar, não terá mais jovens. (Narcélio, 29 anos)

Sobre a juventude que, segundo ele, corre riscos pelo aliciamento do crime ele completa: “eu acho que falta mais oportunidade, acho não, eu tenho certeza, até mesmo porque em muito do que a gente acompanha, dos que estão ali dentro do crime, o que a gente vê é que se tiver uma oportunidade ele sai dessa vida”. A juventude se apresenta na fala de Narcélio como uma preocupação central do “trabalho social”, por ser considerada alvo fácil do recrutamento dos traficantes.

Assim como na fala de Narcélio, as falas anteriores de alguma maneira associam a juventude a noções de mobilização, iniciativa, sentimento de utilidade, necessidade de oportunidades, e todas essas noções se direcionam para uma *vontade de mudanças*. Seja uma ação feita *por* jovens seja uma ação dirigida *para*

jovens, as falas apontam para a juventude com um dinamismo que reflete a vivência desses jovens atuantes no “social”.

A emergência do jovem como protagonista em ações tendo em vista a melhoria de vida e as transformações para o lugar certamente deve ser vista a partir de uma leitura ampla do momento histórico de consolidação e ampliação de direitos e também das trajetórias desses jovens com os quais nos deparamos em campo nos três espaços de atuação – CUFA Lagamar, Associação Comunitária do Lagamar e Fórum da ZEIS do Lagamar.

Para compreendermos a origem e os percursos da formação onde se alicerçam os discursos e ações desses jovens, iremos nos voltar para os aprendizados pelos quais eles passaram. Os educadores inspiradores e motivadores, as instituições marcantes nessa formação e os reflexos nas trajetórias individuais surgem aqui como elementos cruciais nos entendimentos desses jovens sobre a experiência de *ser jovem* e de atuar *com* jovens e *para* jovens.

3.3 O percurso dos direitos

Como vimos no capítulo anterior, o final da década de 1980 e o início da década de 1990 representaram uma forte mudança na postura das lideranças e suas lutas no Lagamar. A diminuição das ações diretas de confronto com o Estado, o surgimento das Organizações Não Governamentais, o aumento do número de Projetos Sociais e o crescimento das parcerias entre instituições locais e poder público nos revelam uma mudança de foco na atuação das organizações locais do Lagamar. Após uma década marcada por conflitos e ameaças de remoção, o Lagamar parecia chegar à década de 1990 com sua permanência consolidada e novos projetos e protagonistas ganham espaço. A trégua dada pelas organizações locais era na verdade um reflexo de um momento diferenciado pelo qual passa também o Estado e a sociedade civil organizada.

As políticas e iniciativas de organizações locais voltadas para jovens, crianças e adolescentes que emergem na década de 1990 refletem um longo período de debates em torno da defesa e promoção de direitos da infância e da juventude.

No âmbito internacional, as questões relativas aos direitos da infância e da juventude ganharam destaque em meados do século XX. No ano de 1946 acontece

a criação do Fundo das Nações Unidas Para a Infância (UNICEF), que passa a atuar no Brasil no ano de 1948 (DANZIATO, 1998, p.46). Em 1959 a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas - ONU proclama a Declaração dos Direitos das Crianças fundada em 10 princípios norteadores de direitos como “proteção, alimentação, atendimento prioritário, educação e igualdade” (Ibidem, p.47). Em 1965 a Assembléia Geral da ONU aprova o “Manifesto da Juventude”, “composto de seis princípios que marcam o papel da juventude na história” (Ibidem, p.49). Alguns anos depois, em 1969, foi realizada a Convenção Americana dos Direitos Humanos, na qual a criança era considerada como indivíduo a ser protegido, e em 1989 é aprovada a Convenção Internacional dos Direitos das Crianças (ENOUT, 2005, p.02).

Apesar das mobilizações no cenário internacional, as políticas e legislações relativas à infância e à juventude no Brasil limitaram-se, até a penúltima década do século XX, às questões ligadas ao trabalho e à segurança, tendo como referencial a doutrina da situação irregular, voltada para a regulação da situação de crianças e adolescentes com um perfil específico de pobreza, abandono e delinquência.

Seguindo a doutrina da situação irregular, foi instituído no Brasil, em 1927, a primeira lei sobre o tema, conhecida como o primeiro “Código de Menores”⁴⁵, dirigido à regulação de um segmento específico: o menor de 18 anos, abandonado ou delinquente. A preocupação do legislador da década de 1920 era ordenar o espaço urbano em expansão, desta forma se apresentavam como objetivos primordiais a regulação do trabalho infantil e a gestão dos problemas causados pelo “menor perigoso”. A partir desse código de 1927 há uma institucionalização do termo “menor” como um conceito discriminatório de crianças e adolescentes pobres e marginalizados. A natureza discriminatória e segregadora instituída por essa lei refletia-se no próprio funcionamento da justiça, pois delegava ao juizado de “menores” as questões relativas às crianças e adolescentes pobres (infratores e delinquentes) menores de 18 anos, e as varas da família solucionavam os conflitos relativos a crianças e adolescentes que não se encontravam em situação irregular.

Em 1941 foi criado o Serviço de Assistência ao Menor – SAM, órgão do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores que tinha como pressuposto de sua atuação o entendimento de que “a criança pobre, ‘o menor’, é uma ameaça social e,

⁴⁵ Decreto nº 17.943-a de 12 de outubro de 1927, que consolidou as leis de assistência e proteção ao menor.

portanto, é necessário corrigi-lo, regenerá-lo” (DANZIATO, 1998, p. 44).

Sem muitos avanços em relação à atuação do Serviço de Assistência ao Menor, já no início do governo militar, em 1964, foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM⁴⁶, que veio substituir o Serviço de Assistência ao Menor – SAM da década de 1940. A FUNABEM, no ano posterior à sua criação, passou a ter órgãos estaduais denominados FEBEM's, os quais introduziram fortemente a noção de privação, somando práticas assistencialistas e punitivas.

O problema do “menor” que no início do século se constituía em caso de polícia, passa a se configurar como um problema de segurança nacional, comprovando que a noção de periculosidade ainda permanecia associada à questão. (DANZIATO, 1998, p. 48)

Ao final da década de 1970, ainda sob o governo militar, apesar dos avanços no âmbito dos acordos e mobilizações internacionais relativos à matéria da infância e da juventude, foi promulgado no Brasil em 1979 um novo “Código de Menores”⁴⁷, que tinha como objetivo a “assistência, proteção e vigilância”, de menores de dezoito anos que se encontrassem em “situação irregular”. Sem avançar em relação ao Código anterior, o Código de 1979 considerava crianças e adolescentes como objeto de controle, identificando o “menor” como uma espécie de patologia social a ser administrada.

Somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 novas diretrizes surgiram e as crianças, adolescentes e jovens passaram a figurar como sujeitos de direitos, abrindo espaço para a substituição da doutrina da “situação irregular” para a doutrina da “proteção integral”, enunciada no Art. 227 da Constituição:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem⁴⁸, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Em 1990 os preceitos previstos na Constituição Federal foram consolidados

⁴⁶ A FUNABEM foi criada através da Lei n° 4.513, de 1º de dezembro de 1964.

⁴⁷ A lei n° 6.697, de 10 de outubro de 1979, instituiu o novo *Código de Menores*.

⁴⁸ A denominação “jovem” foi acrescentada no texto constitucional pela Emenda Constitucional n° 65, de 2010.

no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (criado pela lei federal nº 8.069/1990). Na perspectiva adotada no Estatuto, a criança e o adolescente são considerados a partir de sua condição peculiar de “pessoa em desenvolvimento” (art. 6º/ECA), por isso é dever “da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público” (art. 4º/ECA) possibilitar a efetivação de direitos e o pleno desenvolvimento da infância e da adolescência.

A conquista do lugar *de sujeito de direitos* e a consolidação da doutrina da *proteção integral* se deram, no entanto, como resultado da articulação e pressão de organizações e movimentos sociais.

3.4 Os direitos no papel e os movimentos organizados

Como vimos anteriormente, no Capítulo 2, a década de 1980 na cidade de Fortaleza, assim como em outros centros urbanos, foi marcada pela emergência e fortalecimento de Movimentos Sociais que somavam pautas desde questões como a moradia, até a redemocratização. No Lagamar o cenário de lutas foi marcado pela resistência dos moradores aos projetos do poder público de remoção.

Nacionalmente, algumas instituições e organizações desenvolveram, ao longo da década de 1980, debates em torno das questões da infância e da juventude, que se fortaleciam a partir das diretrizes, convenções, manifestos e declarações feitas no Plano Internacional (predominantemente pela Organização das Nações Unidas – ONU), como vimos anteriormente.

Articulações no cenário nacional durante a década de 1980 resultaram na criação de um amplo movimento que passou a ser conhecido pela denominação de Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR, cuja coordenação Nacional foi constituída em 1985 (MACÊDO & BRITO, 1998, p.03). O MNMMR, é o mesmo que na década de 1990 passaria a atuar no Lagamar com o nome de MNMMR/Comissão Periferia, por iniciativa de jovens moradores. Em pesquisa sobre a *prática social com adolescentes*, Danziato (1998) identificou o MNMMR⁴⁹ e a Pastoral do Menor, criada na década de 1970 em São Paulo, como as duas entidades de maior força no “movimento nacional de defesa dos direitos da criança,

⁴⁹Segundo relatos colhidos por Danziato (1998, p.65), o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR não tinha vinculações religiosas e estava pautado na ação política.

que originou o Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente” (ibidem, p.64).

Além da Pastoral e do MNMMR, “Organizações Não Governamentais, entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil e outras ligadas aos movimentos sociais formaram a Frente Nacional de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes” (ibidem, p.66). Das articulações entre essas diversas entidades foram propostas emendas de iniciativa popular encaminhadas à Assembléia Nacional Constituinte, as quais “vieram a constituir o artigo 227 da Constituição Federal de 1988” (ibidem, p.66). Após a promulgação da Constituição de 1988, ainda no mesmo ano, foi criado o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA⁵⁰)

visando a criação de uma lei ordinária que regulamentasse o artigo constitucional e revogasse de vez o Código de Menores e a Política Nacional do Bem-Estar do Menor [FEBEM’s]: o Estatuto da Criança e do Adolescente. (ibidem, p.67)

Foi, portanto, como resultado de um longo processo de articulação, debates e pressões que passaram a existir leis no ordenamento jurídico brasileiro assegurando a *proteção integral* de crianças e adolescentes, com o reconhecimento desses indivíduos como sujeitos de direitos e deveres.

No livro *Criança e adolescente no Brasil: porque o abismo entre a lei e a realidade*, Ângela Pinheiro (2006) desenvolve uma reflexão sobre a emergência da representação social da criança e do adolescente como “sujeitos de direitos”, em decorrência das lutas sociais e dos avanços na legislação. Para a autora a conquista da Cidadania pelas crianças e jovens ainda não se deu de forma plena, em razão do tratamento de proteção, controle e disciplinamento arraigado na cultura brasileira.

Para Danziato (1998) os avanços alcançados na década de 1990 foram resultado das mobilizações da sociedade civil:

Pode-se verificar que a sociedade civil vai tomando parte cada vez maior do que seria atribuição do Estado. Muito do que foi determinado do estatuto não teria sido posto em prática se não fosse a articulação e reivindicação do movimento da sociedade civil. (Ibidem, p.72)

No estado do Ceará, no processo pós-Estatuto, Danziato (1998, p.71)

⁵⁰ O Fórum DCA existe até hoje e mesmo após a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA permaneceu atuante, como um importante espaço de articulação, denúncias e reivindicações. Para mais informações acessar o site: www.forumdca.org.br

identificou como instâncias de forte atuação da sociedade civil articulada o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, a Pastoral do Menor, o Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre Criança – NUCEPEC da Universidade Federal do Ceará, além de dezenas de Organizações Não Governamentais – ONG's⁵¹ que também tiveram importante papel de divulgação do conteúdo do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

3.5 Jovens “de projeto”

O processo de divulgação do ECA se deu acompanhado do esforço por parte de organizações da sociedade civil para a efetivação dos direitos e deveres nele previstos. No contexto do Lagamar foram inúmeros os registros sobre vivências, cursos e projetos dirigidos ao aprendizado de direitos específicos da infância e da juventude, a partir da década de 1990 até os dias de hoje.

Cabe aqui ressaltar que a categoria “projetos” foi reiteradas vezes utilizada pelos interlocutores como uma maneira genérica de denominar atividades e iniciativas das mais diversas naturezas (cursos, palestras, debates, encontros etc.) voltadas para os jovens, idealizados por jovens ou executados por jovens. Portanto, a categoria nativa “projeto”, que designa genericamente as atividades (pontuais ou continuadas) de organizações locais, será utilizada aqui sempre com aspas (“”) a fim de diferenciar-se da idéia de projeto definida no vernáculo como “plano, programa ou propósito”⁵².

Os jovens participantes dos três espaços de atuação aqui investigados, assim como os educadores e gerenciadores desses espaços, passaram por diversos momentos de formação voltados para a apreensão e conhecimento de direitos e deveres. A partir dessas vivências, discursos próprios fundados em noções de direitos, politizados, baseados no *exercício da cidadania*, se mostraram recorrentes, como veremos a seguir.

Com o crescimento dos “projetos” voltados para jovens uma nova geração passou a ser formada, a partir de métodos e pressupostos de direitos diferenciados da geração que esteve à frente das ações diretas de confronto com o Estado na

⁵¹ Danziato (1998) lista em seu livro, nas páginas 217 a 220, as ONG's que são citadas ao longo da pesquisa sobre prática social com adolescentes.

⁵²Fonte: <http://michaelis.uol.com.br>

década de 1980 (como vimos no CAPÍTULO 2). Os “projetos”, cursos e vivências que aos poucos foram se consolidando tendo como foco o público jovem passam a ter como cenário primordial as aulas, as dinâmicas, os debates e oficinas realizadas nos espaços das instituições ou em espaços públicos.

Nesse novo momento o “aprendizado na luta”, pelo qual passaram os participantes da Comunidade Eclesial de Base – CEB do Lagamar na década de 1980, passa a dar espaço ao aprendizado “nos projeto”⁵³ oferecidos para crianças e adolescentes, por iniciativas governamentais e não-governamentais. Os projetos passam a figurar como mais um elemento de inclusão que compõe a trajetória desses jovens, os “jovens de projeto” (NOVAES, 2006).

As vivências em grupos, projetos e cursos com atividades focadas primordialmente em direitos e garantias fundamentais do indivíduo, direitos humanos, e mais especificamente em direitos das crianças e adolescentes, em arte-educação, e também formação profissional passam a atender grande número de jovens do Lagamar a partir da década de 1990. Essas vivências passam a ser momentos de apreensão dos discursos de direitos e do exercício da cidadania. A trajetória pelos “projetos” passa a ser comum na vida de muitos jovens moradores do Lagamar. A formação de lideranças que antes acontecia na “luta”, na geração formada a partir dos anos 1990 passa a se constituir predominantemente por meio desses “projetos”.

Ao analisar as dinâmicas de inclusão e exclusão nas quais se inserem jovens brasileiros, Regina Novaes (2006) enumera uma série de elementos como renda, gênero, raça e local de moradia, que estariam presentes na composição dessas dinâmicas, mas outro elemento é também apontado por ela como responsável por modalidades de inclusão: a existência de projetos sociais. Os jovens alcançados por esses projetos sociais de áreas marcadas pela pobreza e violência são denominados pela autora de “jovens de projeto”. Segundo ela “os jovens que fazem parte do ‘público-alvo’ dos projetos se (re)apropriam de idéias, palavras e expedientes, incluindo-os em suas estratégias de sobrevivência social” (NOVAES, 2006, p.113). Através dos projetos “uma parcela dos jovens pode inventar novas

⁵³ É interessante observar que a expressão nativa “os projeto” é utilizada de forma recorrente, principalmente entre os integrantes da CUFA. Essa aparente simples falta de concordância gramatical na verdade ocorre em razão de um entendimento de sentido, pois a expressão é usada quando se referem de forma crítica aos Projetos Governamentais, com afirmações como: “esses projeto do governo são todos iguais”.

maneiras de sociabilidade e integração societária que resultem em determinadas modalidades de inclusão” (NOVAES, 2006, p.114).

Portanto, os “projetos” oferecidos para jovens, por iniciativa de organizações locais – as quais algumas vezes com participação ativa de jovens na idealização e execução de suas atividades – teriam se tornado grandes instrumentos de inclusão e de aprendizados.

Desta forma, um retorno às trajetórias destes jovens a partir dos “projetos” nos trará elementos para compreendermos os discursos fundados em direitos e garantias expressados por jovens nos três espaços de atuação (Fórum da ZEIS, Associação Comunitária do Lagamar e CUFA Lagamar).

3.6 Trajetórias e aprendizados

A noção de trajetória é utilizada aqui a partir da perspectiva de Bourdieu, o qual se opõe à construção linear, coerente e ordenada da noção de “história de vida”, considerada pelo autor como uma “criação artificial de sentido” (2003, p.185). Para ele não é possível compreender uma trajetória

sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis (2003, p.190).

A partir desta perspectiva os acontecimentos biográficos devem ser compreendidos nas interações com o espaço social. Sobre a noção de biografia, Gilberto Velho (2003) afirma que se constitui como noção fundamental “nas sociedades onde predominam as ideologias individualistas” (VELHO, 2003, P.100). Segundo Velho “a trajetória do indivíduo passa a ter um significado crucial como elemento não mais contido mas constituidor da sociedade” (Ibidem, p.100), e afirma ainda que “a memória desse indivíduo se torna socialmente mais relevante” (Ibidem). Ainda de acordo com Gilberto Velho, noções como biografia e trajetória “fazem sentido a partir da eleição lenta e progressiva que transforma o indivíduo biológico em valor básico da sociedade ocidental moderna” (Ibidem). No percurso de transformação do indivíduo em valor uma série de compreensões foram ampliadas e conquistadas e algumas noções de direitos foram utilizadas como diretrizes. Velho

aponta a idéia de *projeto* como “noção indissolivelmente imbricada à idéia de indivíduo-sujeito” (Ibidem, p.101). Segundo o autor:

A consciência e valorização de uma individualidade singular, baseada em uma *memória* que dá consistência à biografia, é o que possibilita a formulação e condução de *projetos*. Portanto, se a *memória* permite uma visão retrospectiva mais ou menos organizada de uma trajetória e biografia, o *projeto* é a antecipação no futuro dessa trajetória e biografia, na medida em que busca, através do estabelecimento de objetivos e fins, a organização dos meios através dos quais esses poderão ser atingidos. A consistência do *projeto* depende, fundamentalmente, da *memória* que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar projetos. (VELHO, 2003, p.101)

A noção de *projeto* passa então a ser compreendida a partir dos elementos fornecidos pela *memória*. Portanto, para compreendermos os sentidos dos “projetos” do presente que constituem a atuação “no social” aqui analisada, nos voltaremos para as trajetórias dos interlocutores da pesquisa a fim de alcançarmos, como afirma Gilberto Velho, “os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente”.

Tendo como contraponto o conceito de trajetória de Bourdieu (2003) referido anteriormente é possível afirmar que esses “indicadores do passado” a que Velho se referiu acima certamente não pretendem constituir um passado linear, mas feito de escolhas e possibilidades, de idas e vindas dentro das redes de relações sociais nas quais se inserem os indivíduos.

A fim de compreendermos com maior clareza as trajetórias empreendidas pelos jovens que culminaram no momento presente de atuação nos universos das três organizações, iremos regressar em experiências e aprendizados anteriores, os quais são elementos constitutivos dos entendimentos de direitos, cidadania e política expressados pelos jovens nas práticas de atuação “no social”.

Como vimos anteriormente, os três espaços de atuação elegidos nesta pesquisa – Fórum da ZEIS, Associação Comunitária do Lagamar e CUFA Lagamar – são espaços recentes, tendo sido criados nos últimos 3 anos. Todos eles, porém, possuem a presença de jovens que em suas trajetórias tiveram um aprendizado anterior em “projetos”, lutas, grupos e instituições. As vivências anteriores compõem a atuação desses jovens e em certa medida os direcionam nos *Projetos de juventude* diferenciados e defendidos por eles, como veremos no Capítulo seguinte.

As trajetórias de lideranças, educadores e participantes desses espaços de atuação “social” nos remetem, porém a uma rede de relações mais ampla onde se situam os aprendizados e vivências, que vão desde as relações familiares e de vizinhança até atividades escolares e de disputas territoriais motivadas pela violência. A noção de “rede” parece nos ser útil para empreender reflexões sobre essa sobreposição de relações nas quais se envolvem esses jovens.

Partimos aqui do entendimento de que cada um desses jovens deve ser compreendido como um indivíduo situado em um universo de relações próprias. Ao longo da pesquisa de campo o cruzamento das trajetórias de alguns jovens atuantes em espaços diferentes surgiu como um dado interessante analiticamente, dado o distanciamento entre os três espaços, relatado no Capítulo 1, que me exigiu uma habilidade de negociação com meus interlocutores a fim de convencê-los da necessidade de visitar “outros” espaços de atuação tão relevantes quanto o deles.

No diagrama a seguir elegi alguns jovens para que fosse possível compreender as vinculações institucionais, do presente e do passado. Essa eleição dos sujeitos não se deu de forma aleatória. Optei por escolher para a composição desse quadro aqueles que demonstravam maior envolvimento com as atividades e que possuíam maior preocupação em enfatizar o diferencial da própria atuação. As setas que remetem ao envolvimento dos jovens em organizações locais indicam uma trajetória de aprendizados, o acesso a determinados signos adquiridos em experiências que de alguma maneira reverberam no tempo presente.

Bondía (2002) faz uma reflexão sobre o conceito de experiência. Para o autor o “sujeito da experiência se define não por sua atividade, mas por sua receptividade, por sua disponibilidade, por sua abertura” (BONDÍA, 2002, p.19). Nesse sentido a experiência se confunde com um ato de “expor-se”, com uma dimensão “de travessia e perigo” (Ibidem, p.23). Assim, a capacidade de transformação pode ser identificada como componente da experiência, já que ao passar por nós “a experiência nos forma e nos transforma” (Ibidem, p.26).

O entendimento das práticas dos jovens atuantes na Associação Comunitária do Lagamar – ACL, no Fórum da Zona Especial de Interesse Social – ZEIS e na Central única das Favelas – CUFA/Lagamar, ganha uma ampliação de sentidos a partir do momento que observamos as interrelações desses jovens com outras experiências, vividas no passado, algumas das quais permanecem até o presente.

As relações exemplificadas no diagrama abaixo apontam para espaços de aprendizado, desde a infância até o presente, que remetem a entendimentos de cidadania, posturas e estratégias que se fazem presentes na atuação dos jovens.

A rede de relações representada, apesar de ser resultado de uma abstração realizada tendo com filtro um tipo específico de relações (indivíduos e organizações locais), nos confere subsídios para identificar os aprendizados derivados das vivências em “projetos” de organizações locais voltados para a atuação “no social”, para problemáticas a serem superadas por moradores do Lagamar.

Como personagens principais do emaranhado de experiência e vivências em “projetos” que descreveremos a seguir estão: Manoel e Glailson, da Associação Comunitária do Lagamar; Raimundo e Jaqueline, Conselheiros da ZEIS; Del e Rozinaldo, da CUFA Lagamar.

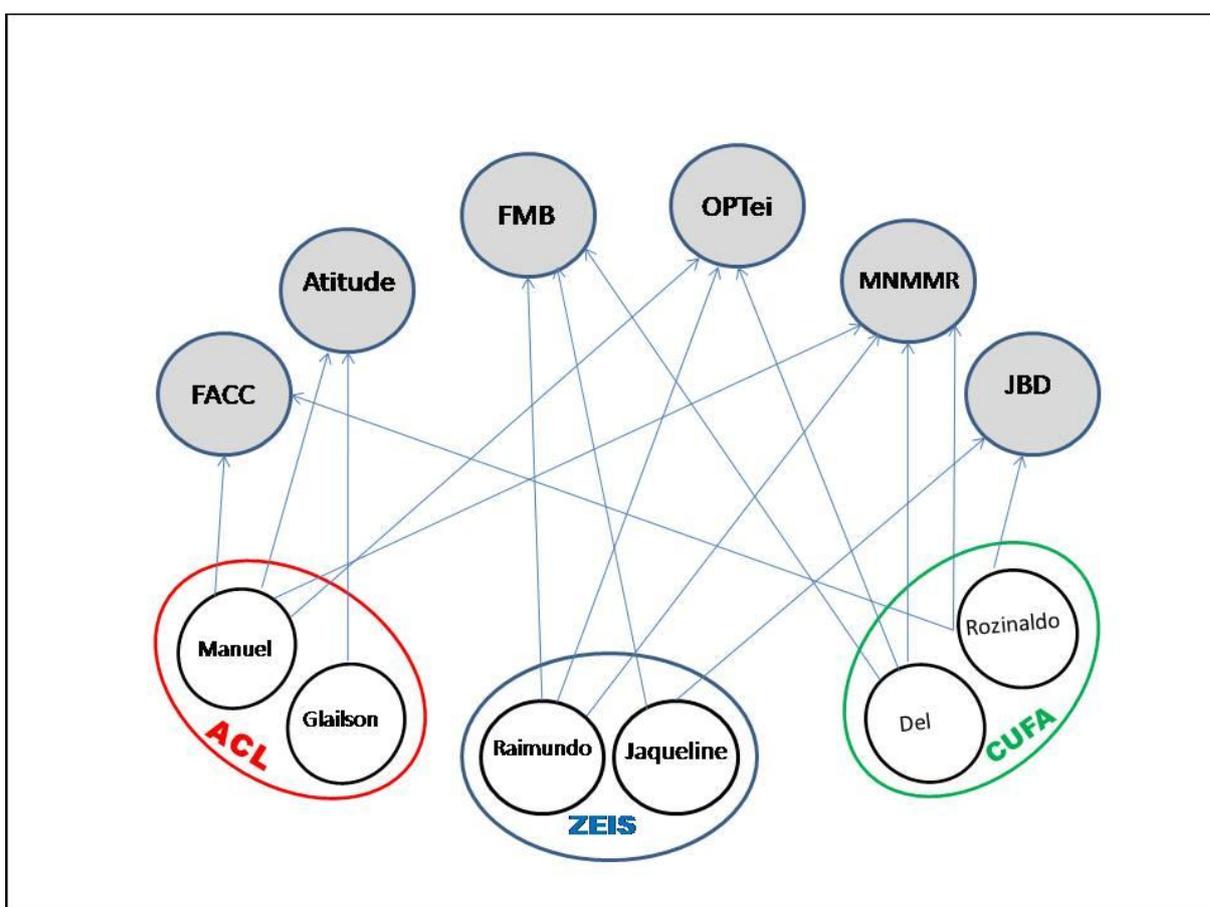


Figura 7: Diagrama da teia de relações. Siglas: FACC (Frente de Apoio à Criança Carente), JBD (Jovens em Busca de Deus), FMB (Fundação Marcos de Bruin), MNMMR (Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua), Atitude (Grupo de Juventude Atitude), OPTei (Grupo de Formação Política OPTei).

Observando o diagrama é possível perceber que além das organizações a que estão atualmente vinculados (ZEIS, CUFA e ACL) os jovens possuem ligações anteriores (ou presentes) com pelo menos seis organizações, algumas delas em comum com outros jovens. Cada seta remete a uma experiência em “projetos” vinculados à profissionalização, à arte, à formação para a cidadania, à formação política e à formação religiosa.

Na primeira metade da década de 1990 já existiam no Lagamar atividades de projetos sociais voltados para um público de crianças e adolescentes. Segundo os relatos dos jovens existia “dos dois lados do canal” espaços financiados pelo Fundo Cristão para Crianças que marcaram a infância. Nos relatos de Narcélio, Rozinaldo e Manoel o nome dos espaços não foi lembrado da mesma maneira: Narcélio e Rozinaldo recordam do nome Espaço de Convivência e Apoio à Criança Carente e Manoel da Frente Beneficente de Apoio à Criança Carente, mas todos em algum momento se referiram ao lugar como FACC, por isso optei por utilizar a sigla (representada no primeiro balão a esquerda do diagrama).

Narcélio e Rozinaldo, da CUFA, participaram na infância da FACC, onde aconteciam atividades de recreação, capoeira e oficina lúdicas. Durante uma entrevista eles citaram vários nomes de educadores (Del, Aninha, Márcia, Cleilson, Erivaldo, Jorge, Adriano, Dona Maria, Cleiviane). Para Narcélio esses educadores foram “as pessoas que começaram a canalizar a nossa energia que tava ainda numa fase de transformação e dar um caminho pro lado positivo”. Um dos educadores, o Del, segundo Narcélio “na época o Del com dezesseis, dezessete anos”, estava à frente também de um núcleo do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (representado pela sigla MNMMR no diagrama) há pouco tempo em atividade no Lagamar como MNMMR/Comissão Periferia. Foi nesse período que Narcélio e Rozinaldo começaram a se integrar em atividades do “Movimento”. Segundo Neidinha, também integrante do MNMMR/Comissão Periferia e da CUFA Lagamar, “mais ou menos em 1994 o Del iniciou os grupos, que a gente chamava de Nucleação. Eram Núcleos de Base”. Em uma conversa com Neidinha, Narcélio e Rozinaldo eles explicaram que cada Núcleo de Base ficava geralmente sob a responsabilidade de duplas de educadores, os quais tinham autonomia para desenvolver as atividades e se responsabilizavam por mobilizar jovens e conseguir espaços para as atividades. As atividades variavam entre teatro, dança, recreação

com jogos como futebol, dinâmicas; tudo dependia das habilidades do educador, dos gostos dos jovens participantes e das parcerias para a realização dos encontros. Durante a década de 1990 o “Movimento” não tinha sede própria, por isso as reuniões eram feitas em vários espaços (ruas do Lagamar, Parque do Cocó, Escolas). Segundo eles, as temáticas tratadas nos encontros estavam geralmente relacionadas à auto-estima, drogas, violência, sexualidade, comportamento escolar.

Manoel, hoje da Associação Comunitária do Lagamar – ACL, também conta que, assim como Narcélio e Rozinaldo, na década de 1990 participou de um projeto da Frente Beneficente de Apoio à Criança Carente – FACC (ver ligação no diagrama da página 82), onde aconteciam encontros de um Grupo de Jovens com atividades sobre temas variados. Segundo ele a idéia do projeto era “formar como cidadão”, pois as temáticas giravam em torno de temas como sexualidade, drogas e futuro. Manoel conta que um educador de formação circense, conhecido como Pipoco, marcou muito esse período de sua vida: “esse cara ele conseguia gerar na gente esse desejo de jovem transformador, sabe? Ele conseguia fazer com que a gente criasse esse empenho dentro da gente”.

Nota-se nessa fala que a construção de uma identidade de “jovem transformador” teve como marco referencial um educador que acendeu dentro daqueles meninos e meninas o “empenho”, que podemos interpretar como, a “potência”, nos termos de Deleuze e Guattari, originada das relações: “Tanto que o eu é apenas um limiar, uma porta, um devir entre duas multiplicidades” (DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 33)⁵⁴.

Nas atividades desse “projeto” que tinham à frente o Pipoco também participavam outros jovens como Raimundo, hoje conselheiro da ZEIS, que trabalhou por muitos anos na Fundação Marcos de Bruin – FMB(ver ligação no diagrama da página 82). Segundo Manoel, o Pipoco se desligou do “projeto”, mas continuou a realizar encontros com os jovens na sua própria casa. Por algum tempo a casa do Pipoco também abrigou atividades do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua-MNMMR/Comissão Periferia encabeçado pelo Del, do qual Manoel também chegou a participar.

⁵⁴ “Vê-se que o Anômalo, o Outsider, tem muitas funções: ele não só bordeja cada multiplicidade cuja estabilidade temporária ou local ele determina, com a dimensão máxima provisória; ele não só é condição da aliança necessária ao devir; como conduz as transformações de devir ou as passagens de multiplicidades cada vez mais longe na linha de fuga”(DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 33).

Manoel relatou também sobre a existência de um grupo de formação política denominado OPTei (uma referência ao Partido dos Trabalhadores – PT) do qual participaram vários jovens dentre os quais ele, Del e Raimundo. Em inúmeros relatos registrados no diário de campo existem referências a vários políticos, deputados e vereadores, do PT. Ilário Marques, hoje Deputado Federal do PT, surge em relatos como uma das referências na época dos encontros do OPTei. Guimarães, também Deputado Federal pelo PT, é apontado como um dos apoios do MNMMR, tendo patrocinado aluguéis da sede do “Movimento”. Raquel Marques, Deputada Estadual do PT, também possui relações com a Fundação Marcos de Bruin – FMB, tendo como assessores pessoas ligadas à instituição. Além disso, Henrique Pais (ex-diretor da Fundação Marcos de Bruin – FMB, que esteve à frente do cargo por vários anos) também lançou candidatura a vereador pelo PT no ano de 2008 e no ano de 2012. A presença do Partido dos Trabalhadores no Lagamar foi registrada já na década de 1980, tendo à frente principalmente lideranças comunitárias. Dona Ana, uma das lideranças atuantes nesse período, adotou o sobrenome Lagamar nas eleições para vereador em 1988: era a Ana do Lagamar, candidata pelo PT.⁵⁵

No final da década de 1990 um grupo de jovens, conhecido como Jovens em Busca de Deus, ou simplesmente JBD, iniciou suas atividades de grupo religioso, que continuam até hoje. Eles realizam atividades que envolvem todas as idades e estão ligados à paróquia do São João do Tauape, localizada nas proximidades do Lagamar. Os próprios jovens que estão à frente do grupo JBD organizam os encontros e aulas das turmas anuais de Crisma (sacramento da Igreja) com outros jovens, fazem atividades lúdicas e recreativas com crianças, organizam festas e outras ações mobilizadoras. Uma das ações que orgulha os integrantes do JBD e que recorrentemente é lembrada por eles é a transformação feita na Praça do Santuário de São Francisco. Os jovens do JBD mobilizaram moradores do entorno da praça e junto com eles fizeram a limpeza e passaram a cultivar jardins ao redor da praça. Nas diversas vezes em que visitei o lugar sempre havia moradores cuidando das plantas, fazendo podas e aguando. Sobre a praça, Rozinaldo (da CUFA e também integrante do JBD) comentou que “antes aqui era só mato e lixo,

⁵⁵Em análise feita por Irllys Barreira (1994) a candidata *Ana do Lagamar* surge como um dos exemplos de candidaturas populares que acionava atributos de um “currículo de lutas” (BARREIRA, 1994, P.153) como ponto forte de sua campanha. Entre as candidaturas populares analisadas pela autora, além dos aprendizados “na luta”, a origem comum de periferia permitia que estes candidatos assumissem uma “condição de porta-vozes” (Ibidem, p.155) dos movimentos populares.

mas depois que a gente resolveu mobilizar os moradores todo mundo cuida”. O grupo mantém contato direto com senhoras moradoras da comunidade também ligadas à Igreja Católica, são elas grande parte do público das celebrações religiosas feitas na praça pelo JBD nos dias de sábado. Jaqueline (conselheira da ZEIS e funcionária da FMB) afirma: “a gente trabalha com um grupo de senhoras e elas são inspiradoras, assim a gente chama elas de as super-heroínas, porque a gente sabe que muitas delas tem uma história de vida triste”.

Interessante observar aqui a importância dos “adultos” na formação de jovens como Jaqueline. As senhoras “heroínas” às quais se refere Jaqueline são contemporâneas das lutas no período de atuação da Comunidade Eclesial de Base – CEB do Lagamar, na década de 1980. A “inspiração” a que Jaqueline se refere está tanto nos depoimentos e memórias das “lutas” do passado, como nos exemplos de participação que muitas delas ainda demonstram nos dias de hoje. Dona Rita, uma das senhoras sempre presentes nas celebrações religiosas feitas pelo JBD na praça e também presente nas reuniões do Fórum da ZEIS afirmou em um dos encontros do Fórum: “tem uma hora que a gente cansa, são muitos anos de luta, mas a gente não pode deixar eles [se referindo à Prefeitura e Governo do Estado] fazerem o que quiserem”.

As celebrações na praça assim como as atividades desenvolvidas na sede do JBD são sempre animadas pela banda, na qual vários jovens se revezam no vocal, bateria e violão. Além do Rozinaldo e da Jaqueline, outros dois jovens integrantes dos espaços de atuação aqui estudados participam do JBD: Narcélio (da CUFA) participa dos encontros de crismandos e o Emanuel (conselheiro da ZEIS) é um dos coordenadores do JBD. A crisma, por ser uma atividade anual que envolve a mobilização de muitos jovens é a atividade que mais movimenta o JBD. Durante entrevista, Jaqueline afirmou que o “propósito da crisma não é fazer simplesmente porque a igreja quer que a pessoa faça a crisma e depois vá simhora, não é, o propósito é fazer com que ela faça a crisma e desperte nela o compromisso com a comunidade”. Sobre a formação feita nos grupos de crisma ela explicou: “a gente inicia com as coisas do mundo mesmo, então a gente fala do namoro, a gente fala de droga, tudo aberto. A gente fala da gravidez, da gravidez precoce”, e continua dizendo, “então tem tudo isso, pra depois que a gente passar dessa formação humana todinha, que eu acho que é uns três meses de formação humana, aí é que

a gente entra na Igreja”. Esse despertar do “compromisso com a comunidade” e “formação humana” feita no grupo Juventude em Busca de Deus – JBD, foi também experiência de aprendizado para ela. Jaqueline, que participa do JBD desde 2007, afirma: “lá foi o local que me despertou pra tudo que eu faço hoje, porque antes de eu chegar aqui na Fundação (FMB) eu já fazia trabalho voluntário dentro da comunidade, entendeu? Quando eu cheguei aqui na Fundação eu já tava formada nesse negócio”.

No início dos anos 2000, Manoel – que hoje está à frente das ações voltadas para juventude na Associação Comunitária do Lagamar – ACL – enquanto transitava por “projetos” em diversos espaços do Lagamar, como vimos anteriormente (Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, OPTei e Frente de Assistência à Criança Carente – FACC), começou a dar aulas de reforço escolar no Centro de Desenvolvimento Infantil – CDI, organização financiada pelo Fundo Cristão para Crianças que oferece aulas de reforço escolar e atividades recreativas para crianças e adolescentes do Lagamar. Além das matérias cobradas nas escolas, Manoel costumava conversar com seus alunos sobre temáticas como sexualidade, drogas, direitos da criança e do adolescente, formação profissional, entre outras questões. Da vontade do Manoel somada ao interesse encontrado por ele nos seus alunos surgiu no ano de 2008 o Grupo de Juventude Atitude. O “Atitude”, como é chamado entre eles, tendo à frente o educador Manoel, fazia encontros regulares nos sábados com dinâmicas, debates, gincanas e jogos, utilizando espaços cedidos pelo CDI. Glailson, também representado no diagrama (Figura 7), foi um dos jovens que além de ser aluno das aulas de reforço de Manoel participou das atividades do “Atitude” desde o início e hoje é um dos jovens mais atuantes da Associação Comunitária do Lagamar. Em 2010 os jovens do “Atitude” realizaram a Semana de Juventude da Comunidade do Lagamar, que contou com a participação de cerca de 100 jovens. Foi sob a iniciativa do “Atitude” que a Associação Comunitária do Lagamar – ACL foi reaberta no ano de 2011 e as atividades dos jovens passaram aos poucos, acompanhando os novos interesses deles, a se voltar também para a formação profissional, além da formação humana “para a cidadania” proposta nos anos iniciais do “Atitude”. Manoel, idealizador do Grupo Atitude, e uma espécie de referência entre os jovens do grupo, tomou a frente nesses momentos de formação humana. As experiências dele provenientes da

participação em “projetos sociais” e a formação em pedagogia iniciada em 2010 serviram como os referenciais dele nessas propostas formativas. Desde a criação do Grupo Atitude Manoel também recorreu a parcerias para desenvolver o trabalho de formação: “desde a Semana da Juventude que a gente fez em 2008 a gente sempre procura parcerias. O pessoal da saúde, assistentes sociais, professores, diretores de escola, cada um pra falar das suas temáticas”. Eu mesma me tornei uma das “parceiras” e participei junto com Manoel de encontros e debates com temáticas sugeridas pelos jovens da Associação, como sexualidade, saúde, educação e mercado de trabalho.

Além das iniciativas não governamentais (de fundações, movimentos, grupos e “projetos”) que vimos nas experiências acima, nas décadas de 1990 e 2000 o Lagamar teve grande fluxo de projetos governamentais voltados para juventude, se comparado às décadas anteriores. Em meados da década de 1990 iniciaram atividades de arte-educação do Projeto Semear, da Prefeitura de Fortaleza, voltado para adolescentes, com sede ao lado do viaduto da Via Expressa que corta a Av. Raul Barbosa. Ao longo do tempo esse projeto teve suas atividades remodeladas por várias coordenações e mudou de nome. Hoje tem o nome de Projeto Crescer com Arte Pio XII, é vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de Fortaleza e é coordenado pelo Del, da CUFA Lagamar.

Além do Crescer com Arte Pio XII outros projetos de iniciativa governamental como *Agente Jovem*, *Adolescente Cidadão*, *Projovem Adolescente*, *Primeiro Passo* e *Ponto de Cultura*, marcaram presença na trajetória desses jovens do Lagamar, alguns por meio das políticas de editais e outros a partir de parcerias com instituições locais.

É interessante observar que nesse período das décadas de 1990 e 2000, os embates e as ações diretas de confronto com o Estado já não existiam com a intensidade que aconteceram na década de 1980, período da proposta de prolongamento da Avenida Borges de Melo e do conjunto habitacional “Novo Lagamar”, relatado no CAPÍTULO 2. As novas expressões do confronto com o poder público passaram a se manifestar mais fortemente no final do ano de 2008, no processo de concretização da ZEIS do Lagamar, e logo após, no ano de 2010, com a concretização das propostas das duas obras de grande impacto (construção do viaduto da Av. Raul Barbosa e construção da estação do Veículo Leve sobre Trilhos

– VLT, respectivamente pela Prefeitura de Fortaleza e pelo Governo do Estado do Ceará) que colocaram novamente em pauta a remoção de moradores mediante indenização ou assentamento em conjunto habitacional.

Portanto, a partir dessa retrospectiva, é possível afirmar que a atuação das organizações, movimentos e “projetos” nos quais os jovens interlocutores dessa pesquisa vivenciaram experiências de aprendizado propiciaram a afirmação de novos interesses em relação às bandeiras de lutas dos anos 1980 – como o acesso à informação, à arte, às leis e direitos do cidadão; à qualificação para o trabalho e à geração de renda – o que se somou ao fato de crianças, adolescentes e jovens passarem a figurar como prioritários em grande parte dos projetos desenvolvidos na comunidade.

No capítulo a seguir veremos que dos aprendizados vivenciados nas trajetórias emergem expressões da política e da cidadania que se manifestam no cotidiano, colocando em cena discursos emblemáticos da atuação “no social”.

4 EXPRESSÕES DA POLÍTICA

A atuação “no social”, como se tem visto ao longo deste trabalho, apresenta entre os jovens do Lagamar uma multiplicidade de manifestações. No cotidiano dessas práticas, uma infinidade de estratégias são utilizadas para a concretização dos “projetos” propostos. Desde questões práticas como a parceria com outra instituição para a realização de atividades e o levantamento de fundos para o pagamento de contas de água e energia, até questões que envolvam decisões do poder público quanto ao planejamento urbano, são necessárias estratégias próprias. Nesse sentido, as parcerias constituídas, as propostas defendidas e os meios utilizados para concretização de objetivos são fatores que devem ser levados em consideração diante da proposta de compreender como eles entendem as formas de atuação política que se expressam, entre outros modos, por meio da categoria nativa “trabalhar no social”.

Para compreender a relação desses jovens com a política e a cidadania foi necessário me voltar para suas expressões produzidas no cotidiano, nas experiências enquanto morador do Lagamar e “jovem atuante”. O foco no entendimento de política e cidadania formulado por esses jovens a partir de suas experiências, nos dará acesso a sentidos “nativos” dessas categorias, os quais serão ao longo das reflexões confrontados com os sentidos analíticos referenciados no campo da antropologia da política.

Buscamos aqui empreender uma “abordagem positiva” das relações políticas (GOLDMAN & PALMEIRA, 1996, p.07) com as quais nos deparamos em campo. A postura analítica negativa estaria em taxar as relações políticas por suas “faltas ou carências” (Ibidem, p.08), como, por exemplo, a falta de informação, falta de honestidade, a falta de formação técnica, a carência material e etc.

Com a abordagem positiva proposta na leitura da *antropologia da política*, iremos focar o que há de peculiar nessas relações, indo ao encontro das dimensões simbólicas que compõem a referida “atuação no social”, partindo do entendimento de que os fenômenos estudados não possuem explicações e significados a priori. Como afirma Karina Kuschnir:

A antropologia da política tem por objetivo entender como os atores sociais compreendem e experimentam a política, isto é, como interagem e atribuem significado aos objetos e às práticas

relacionadas ao universo da política. (KUSCHNIR, 2007, p.09)

O universo da política ao qual nos referimos aqui compreende um alcance bem mais ampliado que as três organizações estudadas, como veremos a seguir. Uma série de alianças, negociações, embates e disputas fundadas em discursos próprios surgem como pano de fundo para a ampliação desse cenário. Por essa razão fez-se necessário um olhar analítico sobre gestos, falas e práticas, que se evidenciam nas estratégias cotidianas.

A partir desse entendimento, delinea-se o objetivo de propiciar um diálogo entre os discursos e as práticas dos sujeitos, e destes com as categorias analíticas que se fizerem presentes.

4.1 Significados da política

Durante as entrevistas, ao serem indagados sobre a relação com política nas atividades que desenvolvem e participam, os jovens expressaram seus entendimentos sobre essa categoria. Na fala abaixo, de um educador integrante da Associação Comunitária do Lagamar, alguns elementos postos em questão permitem a problematização do que se entende por política.

Aqui a gente trabalha política, vivencia política. De que forma a gente trabalha isso? Por exemplo, a política da gente é uma política formadora, então nós trabalhamos com eles a formação de opiniões porque eles são, alguns deles, eleitores. Então a gente traz pra eles um conhecimento que é dormido pra eles, que é esse conhecimento da leitura, do artigo, da pessoa, 'quem é fulano?', da pesquisa e que eles não tem acesso a essas fontes de conhecimento. (Manoel, 28 anos)

A vivência política é aqui identificada ao processo de formação de opinião, que se dá pelo acesso ao conhecimento, à leitura, às informações sobre pessoas e políticos. Segundo o educador, é nessa vivência da política que o jovem passa a ter acesso a um conhecimento "que é dormido pra ele". A expressão utilizada utiliza a metáfora do sono para se referir ao conhecimento que não está em atividade, que está "dormido", inativo, portanto esse seria um conhecimento para o qual não tem se dado a devida importância, ao qual o jovem não tem sido motivado a potencializar.

Na fala acima a formação política aparece também diretamente relacionada à

formação do eleitor. Dessa forma vincula-se, na compreensão de Manoel, a idéia de política à eleição, estando o exercício da política justificado de alguma forma no acontecimento das eleições: “nós *trabalhamos a formação de opiniões porque eles são, alguns deles, eleitores*”. A formação e o acesso ao conhecimento, ainda que aconteçam em períodos não eleitorais, teriam também o intuito de preparar o indivíduo para a chegada do período eleitoral.

Além da vinculação da política a uma temporalidade do período eleitoral – de maneira similar àquela encontrada por Palmeira (1996; 2002) e Heredia (1997) em pesquisas etnográficas – e do entendimento da política como vivência, formação e acesso à informação antes desconhecida pelos jovens, foi possível observar também o entendimento da política como um meio específico, isolado. Nessa última compreensão, da política como um meio isolado, os políticos são reconhecidos como a encarnação da própria política, como na fala a seguir:

Pra mim política é sujo sabe, que eu não quero me envolver nisso não, assim eu tenho minha opinião eu quero ficar com ela, mas assim lógico que política é importante pra gente, é importante né, importante pro país, mas da forma que é feito a política aqui eu sou muito contra sabe, assim. Odeio ano político, porque é a hora que aparece gente de tudo que é canto, que nunca nem apareceu aqui, ai cai tudo de paraquedas, que você fica assim, entendeu, ai eu, mas que política é importante é. (Jaqueline, 29 anos)

Jaqueline identifica a política como um *meio* “sujo”, com o qual ela prefere “não se envolver”. Para ela a política tem um *tempo* próprio, “o ano político”, quando políticos “caem de paraquedas” depois da ausência no tempo *não político*. Ao mesmo tempo em que deixa claro que discorda da forma como “se faz política” ela reafirma a importância da política para as pessoas e para o país. No entendimento dela há uma separação entre política como “tempo de eleições” da política genérica identificada à “atuação no social”.

Outro jovem, ao ser indagado se o trabalho da Associação tinha alguma relação com política respondeu da seguinte forma:

Claro que tá envolvido um pouco de política também porque, por exemplo, o Manoel daria um ótimo político. De público que ele tem, não é pouco. A Aerolândia toda, do começo ao fim, e olhe lá no Areal pra banda de acolá se não conhecer o nome dele, porque ele é muito conhecido. E ele é conhecido pelo que ele faz, e não só de nome ou

só porque ele tá engajado em alguma outra coisa, mas pelo que ele faz, pelo que ele já fez. (...) eu acho que ele daria um ótimo candidato. (Renan, 20 anos)

Da indagação feita sobre a relação do trabalho da Associação com a política o jovem remete em sua resposta, de maneira imediata, a referência a alguém que para ele “*daria um ótimo político*”, “*um ótimo candidato*”, em quem ele identifica atributos de um “ótimo candidato”. Ou seja, a política é imediatamente reconhecida como o mundo das eleições, de candidatos e eleitores.

Na mesma linha de compreensão dos políticos como expressão da política, foi possível encontrar o entendimento da política como espaço de oportunidades e possibilidades de apoio para “projetos” e captação de recursos. O envolvimento com a *política dos políticos* é identificado como uma estratégia para fortalecer e ampliar ações locais, como podemos perceber na fala a seguir.

Hoje em dia tudo envolve política, porque se não envolve a política não tem como você crescer, você sozinho. Tem que tá envolvido em algum meio político porque é onde gera bastante dinheiro e eles [políticos] conseguem, assim, se a gente elaborar um projeto, entregar pra eles e eles podem aprovar e conseguir aquele dinheiro. (Fábio, 18 anos)

A política é identificada como uma via pela qual é possível “*crescer*”, conseguir financiamento para projetos locais. Na visão do jovem, recorrer à política, ou aos políticos, é uma ação possível e necessária. Pela fala acima é possível identificar a política, “*o meio político*”, como algo externo, tal como nas formulações encontradas nas pesquisas de Palmeira e Heredia (1996).

Esse mesmo entendimento da *política* como um meio do qual podem ser extraídos benefícios para projetos locais foi verificado em outros momentos. A relação com os políticos é muitas vezes encarada como uma estratégia determinante, como é possível perceber na fala de Del da CUFA: “se não se apoiar em político nenhum é muito difícil conseguir alguma coisa”.

A possibilidade de “consequir algo” por meio da influência dos políticos é confirmada em um relato de Manoel, da Associação Comunitária do Lagamar:

“Teve um módulo do Primeiro Passo⁵⁶ que precisava de laboratório de

⁵⁶ Projeto do Governo do Estado do Ceará, desenvolvido através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, voltado para a formação profissional e inserção no mercado de trabalho por meio de estágios (fonte: <http://www.stds.ce.gov.br>). O Projeto atende jovens entre 16 e

informática pra acontecer e eu procurei a diretora do Yolanda Queiroz. Ela negou. Aí eu entrei em contato com o Acrísio [Vereador Acrísio Sena, atual presidente da Câmara dos Vereadores de Fortaleza] e ele fez o contato com a diretora e ela liberou. Se num fosse a influência dele a gente não tinha conseguido”.

No relato de Manoel, somente diante da tentativa de parceria sem sucesso ele recorreu ao vereador Acrísio Sena, que além de ser do Partido dos Trabalhadores, da base de apoio à prefeita de Fortaleza, é também presidente da Câmara Municipal, portanto dotado de suposta influência. Ao utilizar a estratégia de realizar o pedido por meio do vereador, Manoel fez uso, propositalmente, da “influência” de uma figura pública para garantir a parceria com a escola Yolanda Queiroz.

Considerando os relatos acima, é possível perceber que as referências à política chegam, em alguns momentos, a se confundir com as referências aos políticos e aos momentos eleitorais. A figura do “político” surge como elemento chave para os entendimentos de *política* enquanto categoria nativa.

No entanto, muitos conflitos, embates e disputas foram observados nas relações constituídas na atuação dos jovens aqui estudados. De alguma maneira negociações políticas compõem tanto as ações da CUFA, como as ações da Associação e do Fórum da ZEIS. Essas negociações se manifestaram como resultado de embates e disputas tanto de ordem externa, quanto de ordem interna. As disputas de ordem interna serão tratadas no próximo capítulo. Sobre as disputas de ordem externa, motivadas por fatores tidos como “de fora”, trataremos a seguir.

4.2 Disputas de fora

Em vários momentos presenciados em campo, foi possível observar a postura e os discursos diante de representantes do poder público. É interessante observar que o contato com secretários do Estado, do Município, vereadores e deputados é de certa maneira buscado pelos integrantes das organizações locais como forma de propiciar espaços de negociação. Registros feitos no diário de campo evidenciam uma série de questões que podem ser apontadas para reflexão a fim de compreendermos os embates políticos.

22 anos e possui várias linhas de formação, no caso da turma formada na Associação Comunitária do Lagamar a Formação profissional oferecida foi de ‘Assistente em Administração’.

Em um debate realizado pela CUFA Lagamar, em abril de 2011, sobre a Copa do Mundo de 2014, esteve presente o Secretário Ferrúcio Petri (da Secretaria Especial das Obras da Copa do Governo do Estado do Ceará). Após a apresentação pelo secretário das obras voltadas para a melhora do trânsito da cidade – as quais segundo ele “serão bons legados que o evento trará para a Cidade” – alguns moradores se manifestaram indagando ao secretário sobre quais as melhorias que os moradores do Lagamar teriam com essas obras. Uma das pessoas presentes comentou, em tom de indignação, o fato de o secretário ter ignorado na fala dele uma série de problemas que algumas dessas obras de melhoria do trânsito vão levar para o Lagamar, como a remoção de muitas famílias. Outros dois dos presentes comentaram sobre a falta de lazer para o jovem do Lagamar, um deles chegou a relatar sobre a época em que os jovens tinham vários campinhos para jogar bola e as obras de construção da Av. Raul Barbosa e da Via Expressa foram destruindo todos esses espaços. Diante da falta de resposta do secretário sobre as indagações dos moradores, um clima de insatisfação entre muitas pessoas presentes permaneceu até que o debate fosse finalizado. O secretário se despediu afirmando que “a comunidade podia contar com ele como parceiro”. Na saída, quando conversávamos no portão, depois da saída do secretário, Del, um dos integrantes da CUFA Lagamar disse: “por isso que eu num vou mais pra audiência pública, porque sei que essas coisas não dão em nada”. Para Del, a decepção com a falta de propostas do secretário para o Lagamar parecia ser esperada. O momento de debate propiciado pela CUFA, apesar de não ter apresentado resultados concretos, ficou registrado como mais uma das atividades do projeto “Fazendo Pontes”, que tem como “objetivo construir espaços e pontes de diálogos entre os moradores das comunidades de atuação da CUFA e personalidades ligadas às mais diversas áreas”⁵⁷.

Em outro momento, na ocasião da primeira visita do Vereador Acrísio Sena (já mencionado) à Associação Comunitária do Lagamar, em setembro de 2011, o vereador, após falar de seu histórico no movimento sindical e como professor, falou do esforço que tem empreendido para visitar e apoiar comunidades e associações. Após a fala do vereador, Manoel, educador e liderança entre os jovens da Associação, falou sobre as mobilizações que resultaram na reabertura da entidade

⁵⁷ Trecho citado na postagem de 26 de abril de 2011, no blog www.cufalagamarce.blogspot.com.br.

no início do ano de 2011 e indagou: “Quais seriam as contribuições que o Sr. poderia fazer pros nossos jovens? Nosso principal objetivo aqui é inserir o jovem no mercado de trabalho, a gente precisa trazer pra esses jovens programas como o ‘Primeiro Passo’ e parcerias com instituições que oferecem vagas de estágio”.

A indagação de Manoel feita diante da afirmação do vereador de “compromisso com as comunidades” fez com que Acrísio Sena ao fim do encontro se compromettesse em “fazer o possível para conseguir a abertura de uma turma do Primeiro Passo na Associação Comunitária do Lagamar”. Em menos de um mês após a visita do vereador, uma das assessoras entrou em contato com a Associação informando que estava confirmada a abertura de uma turma do Projeto Primeiro Passo no Lagamar, que funcionaria na Associação. Segundo Manoel, o vereador teria conseguido a abertura da turma depois de ter feito contato com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Governo do Estado do Ceará.

Nas discussões que pude presenciar entre os conselheiros que representam a comunidade⁵⁸ no Conselho Gestor da ZEIS do Lagamar, assim como no Fórum da ZEIS do Lagamar são pautas constantes as negociações com a Prefeitura e o Governo do Estado em relação às obras do Veículo Leve sobre Trilhos – VLT, e obras do viaduto da Avenida Raul Barbosa. As tentativas de negociação e a elaboração de estratégias para os debates travados com o poder público, tendo em vista os impactos positivos e negativos para os moradores, são constitutivos da atuação no Conselho Gestor da ZEIS, como podemos ver na fala a seguir da conselheira Jaqueline:

Na reunião do Conselho essa semana nós conselheiros da comunidade temos que chegar lá com uma proposta nossa, porque se não o pessoal da prefeitura vai passar por cima, vão pegar a gente de surpresa e aprovar o que eles querem. Eu acho que a gente tem que lutar pro viaduto passar mais pelo lado de lá do Yolanda, já que assim vão afetar menos casas e mexer menos com o lado de cá”. (Jaqueline, 29 anos)

Na fala acima a moradora expressa a necessidade de uma proposta própria, com a qual se possa negociar diante das propostas a serem colocadas pelos representantes da Prefeitura. A inexistência da proposta própria indicaria um despreparo por parte dos conselheiros representantes da comunidade. Interessante

⁵⁸ O Conselho Gestor da ZEIS do Lagamar é composto por seis integrantes da prefeitura de Fortaleza e seis integrantes da comunidade escolhidos por meio de processo eleitoral.

observar que a proposta de mudança do projeto, “mexendo menos com o lado de cá” e mais “pelo lado de lá do Yolanda”, indica um território que se propõe a preservar, o território delimitado como ZEIS. Jaqueline se refere à Escola Municipal Yolanda Queiroz, localizada na Rua Capitão Aragão. Segundo a proposta dela, discutida nessa reunião, seria menos impactante para a “comunidade” se o viaduto da Av. Raul Barbosa fosse deslocado em direção à Escola, evitando a remoção de mais famílias. Raimundo, também conselheiro, complementou a idéia de Jaqueline: “com a demolição do Yolanda a prefeitura poderia comprar o prédio daquela Escola particular que fechou resolvendo o problema da falta de Escola”.

Quando Jaqueline expressa a preocupação em “mexer menos com o lado de cá” ela se refere a área delimitada como ZEIS, pois a Rua Capitão Aragão representa um dos limites do mapa da ZEIS do Lagamar criada pela lei complementar nº 0076 de 18 de março de 2010.



Figura 8: apresentação teatral na praça em frente à Escola Yolanda Queiroz (Fonte: arquivo pessoal da Manoel)

De acordo com o mapa definido na lei municipal, tudo que está na margem da Rua Capitão Aragão onde avistamos a Escola na fotografia acima, não é

considerado parte integrante da ZEIS⁵⁹, não estando protegido pelas prerrogativas asseguradas aos moradores de ZEIS quanto ao impacto de obras públicas e à regularização fundiária. Desta forma, a preocupação da conselheira Jaqueline em levar uma proposta para os representantes da prefeitura tencionava, ao mesmo tempo, a necessidade de se proteger diante das manobras políticas da prefeitura e afirmar o compromisso dos Conselheiros com a diminuição de prejuízos para a “comunidade”, “mexendo menos” com os moradores da ZEIS. A “comunidade” aqui é identificada como aqueles incluídos na área da ZEIS.

Em outros momentos foi possível observar os Conselheiros da ZEIS atuando, de maneira mais explícita, de forma a se resguardar diante das ações do poder público. Em uma reunião do Fórum da ZEIS, realizada na rua Hermínio Barroso, em frente à Fundação Marcos de Bruin, na noite de 20 de janeiro de 2012, os conselheiros da ZEIS expuseram para os moradores as indefinições no projeto apresentado pela Prefeitura de Fortaleza do viaduto da Av. Raul Barbosa. A orientação dada pelos conselheiros (representantes da comunidade) era que não seria interessante que os moradores abrissem as portas de suas casas para os assistentes sociais da prefeitura antes do Conselho da ZEIS receber alguma garantia sobre como seria o reassentamento e as indenizações das famílias que teriam suas casas demolidas para a passagem do viaduto. A conselheira Jaqueline então falou: “abre suas portas quem quer, a gente num pode obrigar ninguém aqui a fazer o que não quer”. Na mesma oportunidade outros conselheiros como a Liduína e o Emanuel tomaram a palavra e reforçaram as palavras de Jaqueline a fim de se resguardarem de futuras críticas dos moradores em relação à atuação dos conselheiros, diante do início do cadastramento por parte da prefeitura das famílias a serem removidas, mesmo sem a apresentação do projeto de reassentamento e indenizações.

Como foi possível perceber nas passagens acima, as pressões, embates e negociações com representantes do poder público são vivências constitutivas dos espaços onde atuam nossos jovens interlocutores.

⁵⁹ A Rua do Piloto, a Rua Alecrim e a Rua Djalma Petit, que ficam nas imediações da Escola Yolanda Queiroz, apesar de fazerem parte da região conhecida como *Lagamar*, ou *Grande Lagamar* como falam alguns moradores, não foram incluídas no mapa da ZEIS do Lagamar. Na época das mobilizações que resultaram na delimitação da ZEIS, a proposta aprovada pela prefeitura, e aceita pelos participantes do processo (grande parte ligados à Fundação Marcos de Bruin) foi criticada por muitos moradores por excluir essas ruas.

É interessante analisar como nestes embates e reivindicações junto aos “políticos” e representantes do poder público, os jovens líderes vão construindo suas “reputações” na “pequena política do cotidiano” vivida em “comunidade”, como encontrou, em outro contexto de pesquisa, o antropólogo inglês Bailey (1971), segundo o qual a política pode ser objeto de reflexão no campo da antropologia como um elemento constitutivo das relações entre indivíduos e grupos, tanto nas “grandes” quanto nas “pequenas” questões da vida social. As reputações, as expressões de poder, os pactos de aliança, as fofocas, surgem como elementos a serem considerados. Dessa perspectiva a política passa a ser entendida em termos da constituição das relações sociais, de motivações aparentemente “não políticas”, o que surge de maneira expressa em Bailey (1971), o qual dirige o debate da política igualmente para situações do cotidiano.

“os mesmos princípios são aplicáveis para competição política e aliança política, igualmente em grandes e pequenas questões. Certamente o conteúdo das regras é diferente de um nível a outro de poder, tanto quanto acontece de uma cultura para outra. Governos, câmaras municipais e comitês de clube de tênis certamente tratam de diferentes problemas, mas, de modo geral, eles tratam desses problemas da mesma forma. O repertório de conduta política é limitado, então se nosso objeto é explorar padrões regulares no comportamento social, as atividades de pessoas comuns nos dão evidências não menos proveitosas que as ações dos governantes.”⁶⁰
(BAILEY, 1971, p.03)

A elucidação feita por Bailey sobre o entendimento da política como elemento constitutivo das relações sociais, se torna peça chave para que se delineie neste trabalho essa categoria analítica. Dessa forma se faz necessário permanecermos atentos às manifestações desse “repertório de conduta política” em todos os espaços: nas relações de vizinhança, nas negociações dos moradores com o poder público, nas alianças realizadas e nas disputas e debates travados.

No mesmo sentido, Barnes (2010) ao sugerir a existência de uma “matéria prima da política” afirma:

⁶⁰ Tradução livre da autora. Transcrição do trecho original: “the same principles serve for political competition and political alliance alike in great issues and small. Certainly the content of the rules may differ from one level of power to another, just as they do from one culture to another. Cabinets and town councils and the committees of tennis clubs clearly deal with different matters: but, by and large, they deal with these matters in the same way. The repertoire of political management is limited, so that is our object is to explore regular patterns in social behaviour, the activities of small people provide evidence no less useful than the actions of statesman.” (BAILEY, 1971, p.03).

“É fácil perceber que processos similares aos encontrados no nível político nacional – como os de aliança, desafio, e compromisso, testes de força e distribuição de recompensas – operam dentro da região, do distrito e da aldeia, bem como dentro de clãs, companhias, igrejas e outros grupos não territoriais; mesmo dentro da família ocorrem processos um tanto similares”. (BARNES, 2010, p.171-172)

Assim como Bailey, Barnes aponta a existência de processos que operam em dimensões maiores como uma região e em dimensões menores como a família. Segundo o autor “processos políticos de nível mais baixo, ou de nível local ocorrem dentro de instituições que preenchem muitas funções que não são políticas” (Ibidem, p.171) e por esta razão comportamentos políticos podem ocorrer de maneira vinculada a “ações dirigidas a outros objetivos não políticos” (Ibidem). A partir desse entendimento Barnes sugere que a política deve ser percebida não por suas manifestações explícitas, mas diluída nos “processos por meio dos quais os indivíduos e grupos tentam mobilizar apoio para seus vários objetivos e, nesse sentido, influenciar as atitudes e ações de seus seguidores” (Ibidem). Nos processos de negociação que cercam as relações dos jovens pesquisados, portando, deve centrar-se nossa observação, ainda que a priori, eles sejam definidos como espaços com objetivos “não políticos”, voltados para o “social”.

O foco nas interações sociais nos permite retornar a Bailey, o qual afirma que a pequena política (*the small politics*) vivida nas relações sociais, no dia-a-dia das pessoas, na verdade trata de reputações, “trata das regras de como jogar ‘o jogo social’ e como ganhá-lo”⁶¹. Para o autor:

“A reputação de um homem não é uma qualidade que ele possui, mas opiniões que outras pessoas têm dele. Importa quem essas outras pessoas são. Minha reputação é um dos fatores que controla a maneira como eu interajo com outras pessoas e as manipulo para ter sucesso nos objetivos que tenho em vista. Portanto, somente as opiniões daqueles com os quais eu costumo interagir são importantes para mim.”⁶²

⁶¹ Tradução livre da autora. Trecho original: “The small politics of everones’s day life is about reputations (...) about the rules of how to play ‘the social game’ and how to win it.” (BAILEY, 1971, pp.2-3)

⁶² Tradução livre da autora. Trecho original: “A man’s reputation is not a quality that he possesses, but rather the opinions wich other people have about him. It matters Who these other people are. My reputation is one of the factors which control the ways I can Interact with other people and manipulate them to gain whatever ends I have in view. Therefore, only the opinions of those with whom I am likely to Interact are important to me.” (BAILEY, 1971, p.4)

A reputação surge aqui como elemento mediador das relações sociais, elemento a partir do qual as relações procuram ser controladas. As opiniões emitidas sobre “outros” e as que os indivíduos e grupos emitem “sobre si” passam a ser constitutivas das relações construídas, sejam essas relações de parceria ou de disputa.

Portanto, negociações e disputas de *ordem interna* na comunidade, das quais trataremos mais adiante no Capítulo 5, irão coexistir com aquelas derivadas de elementos de *ordem externa*, que não necessariamente possuem representantes do poder público no pólo opositor. Para tratar dos embates e disputas de *ordem externa* com forte recorrência entre os jovens pesquisados, iremos a seguir focar uma dimensão simbólica, diretamente ligada à construção de reputações, tendo como ponto central o estigma de lugar violento produzido no imaginário da Cidade e as implicações desse estigma no fato de “ser do Lagamar”.

4.2.1 Estigmas e lutas simbólicas

Para compreendermos melhor as tentativas de construção de uma reputação positiva do Lagamar e seus moradores, precisamos antes ter clareza das origens da reputação negativa a ser refutada nas vivências dos jovens interlocutores.

Conforme já expusemos, o Lagamar pode ser identificado como um lugar onde poucos desconhecidos se aventuram a transitar sem conhecer moradores, dado seu histórico de estigma violento, reforçado pelo imaginário social e pelos programas e páginas policiais de noticiários televisivos e impressos. Estes programas e noticiários, meios de comunicação que constituem o “campo dos *mídia*”, podem ser considerados como responsáveis por construir um imaginário sobre a violência (RONDELLI, 2000).

No caso do Lagamar, diversos casos explorados pela mídia, como o assassinato de um estudante universitário durante um assalto ocorrido no local no ano de 2004⁶³, além de outros casos⁶⁴, contribuíram para a construção desse

⁶³ Diversas matérias foram veiculadas em programas de TV e jornais impressos fazendo referência ao caso, como na seguinte manchete: “CRIME NO SEMÁFORO: Universitário baleado tem morte cerebral” (Diário do Nordeste, edição de 15/10/2004).

⁶⁴ Algumas manchetes jornalísticas: “Tiroteio causa pânico na Avenida Raul Barbosa” (O Povo, edição de 28/03/08); “Delegado sofre tentativa de assalto na Aerolândia” (O Povo, edição de 14/11/06); “Medo no asfalto: Perigo em cruzamento na Aerolândia (Diário do Nordeste, edição de 9/10/2005);

imaginário sobre o lugar.

Ao identificarmos o Lagamar no contexto da Cidade é possível reconhecer a violência e a criminalidade como mediadores e qualificadores de impressões produzidas sobre o lugar. As particularidades das pessoas que pude conhecer nas minhas vivências com o Lagamar se anulavam quando o estigma de lugar violento se tornava elemento “imediatamente evidente” (GOFFMAN, 1988, p.14) em falas que se referiam ao lugar.

Em uma discussão que dialoga diretamente com o conceito de estigma de Goffman, Luiz Eduardo Soares afirma que “uma das formas mais eficientes de tornar alguém invisível é projetar sobre ele ou ela um estigma, um preconceito” (SOARES, 2004, p.132). Dessa forma, partimos então do pressuposto de que essa invisibilidade surge aqui como um elemento arbitrário que anula o indivíduo tendo em vista o significado auferido ao lugar no contexto da Cidade.

Ao buscar as representações feitas pelos moradores do Lagamar sobre o lugar – as manifestações de pertencimento, os processos identitários e as rupturas com as simbólicas estigmatizantes – se faz necessário considerar os efeitos que a generalização e o julgamento prévio causam na formação de um discurso.

Como afirma Regina Novaes (2006) o local de moradia é considerado um dos critérios de diferenciação no cenário desigual da juventude brasileira, é o que ela define como “discriminação por endereço” (NOVAES, 2006, p. 106). Segundo a autora o “endereço faz diferença: abona ou desabona, amplia ou restringe acessos” (Ibidem). Por essa razão “no acesso ao mercado de trabalho, o ‘endereço’ torna-se mais um critério de seleção” (Ibidem), como veremos a seguir.

Nas falas abaixo é possível identificar que a compreensão do estigma sofrido pelo morador do Lagamar muitas vezes se concretiza em experiências vividas na própria pele pelos jovens, como em entrevistas de emprego. Nessas experiências a simples referência ao lugar se torna uma espécie de qualificação negativa do indivíduo.

“Quando eu ia pras entrevistas e perguntavam “tu mora onde?”, eu num falava Lagamar não, falava que morava no Alto da Balança. “Alto da Balança? Fica próximo da onde?”, e eu dizia, próximo ali da Base Aérea. (Adriano, 20 anos)

“CETV flagra assaltante no Lagamar” (matéria veiculara pela TV Verdes Mares em 24/03/2009); “Juiz federal atacado por assaltantes no Lagamar” (diariodonordeste.globo.com, em 01/03/2012).

Na passagem acima Adriano prefere não assumir-se enquanto morador do Lagamar, a fim de evitar que se projete sobre ele o estigma. A omissão é utilizada como estratégia para que no ato da seleção de emprego não se imponha outro critério de seleção baseado no lugar de moradia. Em outro relato sobre entrevista de emprego é possível perceber a reação do entrevistador após a associação do entrevistado ao lugar:

“Eu fui participar de uma entrevista e me perguntaram: “onde você mora?”, e eu disse que morava na Aerolândia, “é perto do Lagamar?”, aí eu: é vizinho ao Lagamar, aí ele: “ah tá”, e ficou em silêncio anotando alguma coisa. Então eu perguntei: mas porque?, “não por nada, é que eu ouvi falar que lá tem muita morte, muita violência né, o Lagamar”, aí eu falei: ah, mas num é só lá não, todo canto é perigoso (...) aí ele falou assim pra mim: “eu vou lhe passar na primeira fase, mas na segunda fase só depende de você”. Nessa hora deu vontade de dizer: e na primeira fase dependeu de quem?” (Ramonis, 20 anos).

Ramonis, ao invés de omitir o vínculo com o lugar, como fez Adriano, opta por afirmar que mora em um bairro “vizinho ao Lagamar”. A associação imediata feita pelo entrevistador ao Lagamar como lugar que tem “muita morte, muita violência” coloca Ramonis, na visão do entrevistador, em situação de desvantagem e por isso “ele passa” Ramonis para a próxima fase da seleção. O posicionamento do entrevistador se torna ofensivo, pois pressupõe a falta de méritos de Ramonis. Ainda que o jovem tenha interpretado diferentemente do que quis dizer o entrevistador, é relevante que este tenha em mente a suposição do preconceito como sendo algo introjetado, já pressuposto pelo outro.

Tal situação de pressuposição do estigma nos coloca em diálogo direto com Goffman quando este afirma que “quando um indivíduo se apresenta diante dos outros terá muitos motivos para procurar controlar a impressão que estes recebem da situação” (2009, p.23). A fala de uma jovem moradora a seguir nos direciona para o entendimento de que a relação com o lugar, mesmo quando repleta de afetividade, deve ser relativizada e adequada ao contexto a fim de evitar uma prévia desvalorização do indivíduo:

“Eu adoro o meu lugar, mas quando eu estava estudando em outro colégio, longe, eu descia em outra parada. Eu não queria descer aqui para os outros colegas não saberem que eu moro no Lagamar”

(Aline, 14 anos).⁶⁵

Na passagem acima a jovem, apesar de afirmar que “adora seu lugar”, prefere não assumir-se enquanto moradora do Lagamar, a fim de evitar que se projete sobre ela o estigma, e que os colegas tenham dela uma impressão equivocada e a associem à *má fama* do lugar.

Para Goffman os indivíduos, perante outros indivíduos, seriam atores representando papéis, por isso toda a realidade social estaria embebida em uma teatralidade onde os atores mobilizam o comportamento de forma a dar mais ênfase às práticas de onde derivam sua reputação (2009, p. 39). Nesse sentido o autor afirma que:

Quando um indivíduo se apresenta diante dos outros, seu desempenho tenderá a incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade e até realmente mais do que o comportamento do indivíduo como um todo (GOFFMAN, 2009, p.41).

Dessa forma, a jovem da fala anterior preferiu esconder o lugar onde morava a fim de que os colegas não associassem a ela a imagem depreciativa previamente construída sobre o Lagamar. Tanto no relato de Aline como nos dois anteriores, é possível encontrar uma identificação igualmente com Goffman (2009) e Bailey (1971), por se tratarem de situações onde os indivíduos tentam controlar por meio de omissões ou manipulações as impressões produzidas sobre eles.

Mesmo no convívio interno na comunidade é possível perceber a existência dessas mediações em torno do significado de ser “do Lagamar”. O dilema vivido pelos moradores diante dos laços afetivos com o lugar e o reconhecimento da existência da violência pôde ser observado algumas vezes. Em uma discussão travada em um dos encontros do Fórum da ZEIS, sobre as possibilidades de remoção de moradores por conta das obras do viaduto da Av. Raul Barbosa, um dos moradores comentou comigo: “É minha filha, tem gente que quer é sair mesmo daqui, o mais rápido possível. Eu sou um. A violência aqui tá muito grande. Essa semana mesmo morreu outro.” Outra senhora que estava ao nosso lado retrucou: “pois eu quero é ficar aqui, eu adoro minha rua e meus vizinhos”. Outra senhora levantou a voz falando do desejo de sair do Lagamar: “num é porque mataram meu

⁶⁵ Falas extraídas de entrevistas realizadas em 2007 com jovens moradores do Lagamar em pesquisa de Monografia.

filho não, mas eu mesmo num quero continuar morando aqui não”. Várias vozes surgiram em apoio à saída do lugar, algumas falando das condições em que viviam, “a prefeita num tá nem aí pra nós aqui dentro da lama”, e outras reiterando a violência. Em contraponto, outras vozes defendiam a permanência: “nós estamos sendo expulsos do nosso lugar”. Entre aqueles que defendiam a permanência havia uma forte referência às relações de vizinhança, aos vínculos com o lugar, ao sentimento de pertença⁶⁶. A referência ao tempo de convívio com o lugar ganhava forte significado nas falas: “foi aqui que eu nasci e me criei”; “eu cheguei aqui em 1957, na minha rua só tinha três casas de taipa, eu vi o Lagamar crescer”. As relações de vizinhança também exprimiam vínculos: “na minha rua a gente é unido, todo mundo ajuda os outros”. Jaqueline, uma das conselheiras da ZEIS, chegou a afirmar: “tá em jogo a história de vida das pessoas, porque dinheiro nenhum vai comprar os 40, 50 anos de história de vida das pessoas aqui”.

Naqueles poucos momentos de discussão a reunião no meio da rua ficou um pouco dispersa e muitas falas atropelaram umas às outras. Ficava claro que não havia um consenso quanto à saída ou permanência. Entre os que defendiam a permanência, que me pareceram ser a maioria dos presentes, havia, no entanto, uma clara relação de suas memórias e afetos com o Lagamar e entre os que preferiam a saída, a violência aparecia como o forte argumento.

4.2.2 “Sou do Lagamar”

Entre os jovens que atuam “no social”, seus discursos explicitam, de diferentes formas, a tentativa de superar esse estigma. A luta simbólica para estabelecer uma reputação positiva sobre o morador do Lagamar acontece por diversas vias entre os jovens pesquisados.

Entre os participantes do Fórum da ZEIS, o Lagamar passou a ser reconhecido como uma força política diferenciada por ter se tornado pioneiro na regulamentação do Conselho Gestor da ZEIS, sendo a primeira Zona Especial de Interesse Social demarcada no Plano Diretor de Fortaleza a iniciar sua atuação

⁶⁶ O sentimento de pertença de moradores em relação ao lugar de moradia foi identificado por alguns autores em estudos de sociologia e antropologia urbana. Alves & Freitas (2008), em pesquisa no Bairro Bom Jardim em Fortaleza, identificaram esse sentimento de pertença expressado em “laços e vínculos afetivos” com o espaço, a partir das sociabilidades nele vivenciadas. No mesmo sentido Mattos (2004), em pesquisa realizada no Conjunto Palmeiras, identificou a existência de um “mapeamento afetivo” do lugar por parte de seus moradores.

formalizada, com conselheiros eleitos e empossados via decreto municipal.

Em uma das reuniões com participantes do Fórum da ZEIS, uma jovem participante ao narrar a trajetória da constituição da ZEIS do Lagamar afirmou com certa satisfação e com um sorriso no rosto: “pra quem não sabe o Lagamar foi a única ZEIS que conseguiu até agora formar um Conselho Gestor e começar a funcionar, então a gente tá muito na frente das outras”.

Em seminários⁶⁷ e encontros⁶⁸ com a presença de representantes de outras ZEIS e de movimentos sociais da Fortaleza o Lagamar passou a ser apontado como referência de luta pela sua trajetória de mobilização. Esse pioneirismo e a capacidade de mobilização têm sido apontados como fortes qualificadores do Lagamar pelos jovens participantes do Fórum da ZEIS, como pude presenciar em alguns momentos. Em outra ocasião, em uma reunião do Fórum da ZEIS, uma das jovens ao comentar a repercussão do Grito dos Excluídos ocorrido no Lagamar neste ano, comentou que “até que enfim o Lagamar entrou na mídia com uma coisa boa, né”. Para ela o fato de o Lagamar ter sido estampado nos jornais de grande circulação e na mídia televisiva com uma manifestação popular de rua de tamanha proporção teria evidenciado elementos positivos dos moradores e do lugar: “agora todo mundo sabe que no Lagamar tem gente de luta e o povo unido é mais forte”.

Entre os jovens da Associação de Moradores, algumas expressões utilizadas na realização de atividades evidenciam a ênfase dada a certos elementos característicos da juventude local. Ao expor os objetivos de um debate que estava sendo organizado, onde seriam convidados diretores de escola, gestores do Posto de Saúde do bairro e integrantes de instituições locais, um dos jovens esclareceu que eles queriam mostrar com a iniciativa que “existe uma juventude pensante, consciente e crítica aqui no Lagamar”.

Em outra ocasião, na Associação de Moradores, em uma dinâmica realizada em um grupo de 25 jovens, os presentes definiram, em uma “tempestade de ideias”, aquilo que se vê na juventude de hoje (falta de expectativas, falta de oportunidade, o

⁶⁷ No Seminário “Direito à Cidade: os impactos das obras da Copa de 2014”, realizado na UFC em maio de 2011, a experiência da ZEIS do Lagamar foi relatada como um caso excepcional na Cidade.

⁶⁸ Em maio de 2010 participei do “Encontro das comunidades pela efetivação das ZEIS em Fortaleza” realizado no CEARAH Periferia onde houve uma formação sobre o Plano Diretor de Fortaleza e o processo de regulamentação das ZEIS. Na ocasião a experiência do Lagamar foi mostrada através de imagens de mobilização na comunidade e manifestações de reivindicação para a inclusão do Lagamar como ZEIS na época da aprovação do Plano Diretor. Todos os presentes no encontro (representantes da ZEIS do Pirambu, do Bom Jardim, do Serviluz entre outros) foram unânimes ao apontar o Lagamar como referência de mobilização.

mundo das drogas, a alienação) e resumiram aquilo que vêem na juventude que eles representam (esperança, iniciativa, oportunidade, diversidade, respeito). As categorias postas em questão na dinâmica são elucidativas para pensarmos a positividade que o grupo procura atribuir à juventude local, principalmente à juventude ligada ao grupo atuante na Associação.

Na CUFA também foi possível observar o esforço para colocar em evidência as ações relativas a uma reputação positiva do morador do Lagamar. A realização de debates com a presença de personalidades e autoridades, os cursos, as ações como o plantio de mudas e a visita de artistas costumavam ser lembrados como conquistas dos moradores.

Interessante observar que, no caso da CUFA, a imprensa e a internet, principalmente por meio de uma página própria (www.cufalagamarce.blogspot.com.br) e de redes sociais como o Facebook, são meios de comunicação muito utilizados para propagar as ações positivas realizadas no Lagamar. Narcélio, Rozinaldo, Del e Neidinha, os integrantes da CUFA Lagamar mais atuantes durante o período em que estive em campo, costumavam alimentar essas mídias com divulgações, registros de atividades e campanhas, utilizando diariamente os perfis pessoais no Facebook para propagar essas informações. Frases como “hoje foi dia de mobilização na favela” ou “amanhã teremos ação social no Lagamar”, acompanhadas de imagens de atividades realizadas ou informações de divulgação, movimentam os perfis no Facebook.

A positividade que remete aos jovens protagonistas dessas ações costuma ser de alguma forma generalizada, através dos discursos, para o Lagamar como um todo. É importante salientar que, ao apontar esses elementos considerados positivos, esses jovens o fazem, em geral, contrapondo-os aos aspectos que constituem o estigma da violência e do perigo projetado sobre o lugar. Com esta contraposição feita nos discursos, torna-se mais valorizada a idéia de que ali existe uma “juventude pensante, consciente e crítica”. É como superação do preconceito e de todas as condições adversas que a auto-valorização destes jovens ganha uma força maior, quando comparável, por exemplo, aos jovens de classe média e alta, os quais não tiveram que se defrontar com as dificuldades dos que vivem em bairros de periferia. Nestes contextos de resignificação do seu lugar no mundo, eles se colocam em condições de inverter as relações de poder hegemônicas – eles são

mais por conquistarem tanto com menos.

Em alguns momentos eles simplesmente reivindicam o reconhecimento de que o Lagamar não se constitui somente por essas problemáticas, mas sim por uma pluralidade de ações e de agentes.

Diante do meu questionamento sobre o que mais gerava o interesse do jovem do Lagamar, Fábio, da Associação, respondeu da seguinte forma:

Uma atividade que reúne muito jovem aqui é o grupo de juventude [da Associação de Moradores do Lagamar], mas assim, muitas vezes você não vê a mesma quantidade de pessoas que tem no grupo que você vê numa esquina usando droga. É contraditório, mas é muito presente. (Fábio, 18 anos)

Ao reconhecer o grande quantitativo de jovens que se reúnem para usar droga concomitante à existência do grupo de juventude, o jovem nos coloca um ponto de vista que, antes de simplesmente reivindicar uma positividade para a atuação do jovem local (através de adjetivações que muitas vezes encontramos nas falas deles como *crítico, de atitude, politizado, consciente*) reivindica uma leitura plural, que considere a diversidade dos perfis jovens existentes naquela realidade. Renan, que também estava presente quando fiz a pergunta, completou:

“Eu acho que, além disso, eu acho também que dança, qualquer tipo de dança, movimento corporal, reúne também muita gente, de muitos estilos. Até muitas vezes mesmo o usuário de droga, tem o forró ou funk, o Rap, num sei, qualquer música que eles gostem. Eles também gostam muito da dança, da música, da festa.” (Renan, 20 anos)

Renan reconhece uma pluralidade de jovens moradores do Lagamar. Mesmo aqueles identificados como usuários são reconhecidos por outros gostos, pelos interesses musicais, não estando rotulados apenas pelo uso da droga.

Por outro lado, o reconhecimento da existência do estigma da violência e do perigo projetado sobre o lugar, é muitas vezes utilizado pelos jovens para inverter relações de poder. O uso do nome “Lagamar” ou do termo “favela” surge de forma resignificada, a partir da ênfase dada às positivities, à vida que pulsa na “favela”, às iniciativas inovadoras e criativas, mas mesmo o fato de “ser do Lagamar” e “ser da Favela” é utilizado para inverter as relações de poder estabelecidas.

Del, ao se referir à “falta de disposição” dos funcionários da prefeitura do

CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) em fazer visitas domiciliares afirmou: “eles num fazem visitas nas casas porque tem medo, aí num fazem o trabalho deles. Alguns até conhecem algumas pessoas aqui, mas pra fazer isso aqui⁶⁹ num é só ser conhecido, tem que ser considerado, respeitado, entendeu?”. A situação de desvantagem dos funcionários do CRAS parece se tornar evidente diante de um morador do lugar “conhecido, considerado e respeitado”. A credencial para transitar no lugar está no fato de “ser do Lagamar”.

A noção do medo para os *de fora* inverte as relações de poder. O *de fora* passa a precisar do *de dentro* para estar protegido, como afirma Narcélio: “Quando alguém de fora vem aqui de carro a gente diz logo pra deixar os vidros abertos, que é pra verem a gente, porque aí quando vêem que a gente tá dentro do carro num tem perigo não.”

Para Leonardo Sá (2010), que tem como principais interlocutores de sua pesquisa jovens de um bairro de periferia praiano de Fortaleza, o Serviluz, “o ‘apelido’ favela quando usado de modo pejorativo pelos poderosos funciona como uma arma contra a forma comunidade da favela que é ignorada e desconhecida pela cidade” (SÁ, 2010, p.178) Segundo Sá “a forma comunidade da favela” acaba aprendendo a “usar a favela como arma defensiva contra quem usa a favela como modo de ataque à favela”. Essa noção de inversão da posição em desvantagem se coloca de forma ainda mais clara quando Leonardo Sá, ao identificar a coexistência das duas ordens, a “ordem da cidade” e a “ordem da favela”, percebe que o morador da favela consegue se “infiltrar na ordem da cidade” (Ibidem), e por outro lado o indivíduo de fora não acessa facilmente a favela.

Sobre essa inserção “na ordem da cidade”, Manoel, integrante da Associação Comunitária do Lagamar, estudante do segundo ano de pedagogia da Faculdade Cearense, comentou que um professor pediu que todos se apresentassem dizendo onde moravam, quando chegou a vez dele ele disse “sou Manoel e moro no Lagamar” e um dos colegas gritou, “segurem as bolsas pessoal”. Depois desse episódio ele disse que sempre faz questão de dizer onde mora e afirmou: “na primeira oportunidade que eu tiver naquela faculdade pra falar num microfone num auditório lotado, tipo na apresentação da minha monografia, num sei, eu vou fazer

⁶⁹Essa conversa com Del aconteceu por volta das 19h, quando eu, ele, Narcélio e Rozinaldo nos dirigíamos para visitar moradores na *Cidade de Deus*, área do Lagamar com ocupações mais recentes e barracos mais precários.

questão de dizer que eu sou do Lagamar, que eu moro é na *Peste*⁷⁰. Nesse sentido Sá (2010) afirma:

As categorizações da cidade para nomear a favela como favela enquanto lugar não desejável para o habitante da cidade, como os sentimentos negativos de medo, raiva e desprezo pelos moradores da favela, do qual a polícia é o braço armado, pode ser usada contra a própria cidade pela comunidade que se veste com a força do medo, raiva e desprezo de que é objeto para revidar como sujeito indesejável e “perigoso”. (SÁ, 2010, pp.178-179)

A referência ao lugar de moradia, omitida por alguns, tendo em vista as reações de julgamento pré-concebido de favela como lugar negativo, passa então a ser vista como um recurso para impor respeito, e o indivíduo “se veste com a força do medo”.

No amplo debate que se abre a partir destas constatações e reflexões, é possível afirmar que as representações a respeito do morador do Lagamar, constitutivas de suas reputações, são compreendidas como resultados das lutas simbólicas empreendidas para o controle das classificações, para o monopólio das representações legítimas (BOURDIEU, 2005; 1988).

Para Bourdieu essas lutas simbólicas são permanentes e se constituem enquanto *campos de lutas*. Ainda segundo o autor haveria um contínuo “trabalho de representação” por meio do qual os agentes impõem “sua visão de mundo ou a visão da sua própria posição nesse mundo, a visão da sua identidade social” (2005, p.139). As lutas simbólicas pelo controle das classificações projetadas sobre o morador do Lagamar se apresentam aqui como elementos inerentes à atuação dos jovens interlocutores.

As inversões de força nas relações de poder com a “ordem da cidade” e a positividade propagada por meio das ações no campo “do social” manifestaram a forte presença de outra categoria: a *cidadania*. A referência à cidadania entre os jovens apresentou interessantes variações, direcionando a outros valores buscados como “respeito” e “dignidade”.

As estratégias e as perspectivas diferenciadas, elegidas para alcançar esses valores, para conquistar e exercer a cidadania levaram ao seguinte questionamento: estariam os jovens participantes do Fórum da ZEIS, do Grupo de Juventude da

⁷⁰*Peste* é uma nomeação feita pelos moradores para se referir a uma área do Lagamar, nas proximidades com o início da Av. Borges de Melo, onde fica uma das “dobradas” conhecidas pela grande ocorrência de assaltos.

Associação de Moradores e os da CUFA Lagamar falando da mesma *cidadania*? O que há de peculiar na atuação de cada uma dessas organizações? Haveria uma regularidade a ser identificada em suas práticas? Que disputas se apresentam nesse cenário de “trabalho no social”? No capítulo a seguir, iremos em busca das respostas e reflexões acerca destes questionamentos.

5 DISPUTAS DE DENTRO

A convivência com a realidade dos moradores do Lagamar foi aos poucos me revelando que aquele era sim um lugar onde as diferenças, as desigualdades e disputas tinham vez. Isso podia ser percebido à primeira vista pela diversidade de padrões das casas, algumas de paredes pintadas e piso de cerâmica, com mais de um banheiro e outras, no outro extremo, com teto baixo, paredes de madeira, piso de areia e nenhum banheiro.

Além das disputas resultantes do tráfico de drogas, os conflitos identificados entre os jovens “marcados” (AVELAR, 2007) pareciam esboçar o mapa daquela população definindo os territórios “permitidos” e “proibidos”, deixando claro que ali existiam disputas latentes no cotidiano daqueles jovens que compartilhavam o mesmo mau cheiro do canal, as mesmas enchentes e os mesmos constrangimentos com as abordagens policiais.

Somado a tudo isso, as muitas instituições que atuam com projetos sociais na comunidade me pareciam situadas em cidades diversas, de tão distanciadas que eram umas das outras. Ainda no tempo em que era educadora no Lagamar (nos anos de 2005 a 2007) percebia que as instituições não costumavam divulgar as atividades que aconteciam nas outras e na maioria das vezes nem sabiam das atividades realizadas nos outros espaços. Esta mesma situação de distanciamento não apresentou mudanças perceptíveis durante a pesquisa de campo entre 2011 e 2012.

A permanência da falta de comunicação e de integração entre as instituições locais me pareceu no mínimo intrigante, tendo em vista os esforços que vivenciei por parte de muitos gestores e educadores na construção do “Plano Estratégico do Lagamar – PEL” em 2006. O PEL, encabeçado pela Fundação Marcos de Bruin, foi uma iniciativa que tentou organizar instituições locais⁷¹ “para incitar a comunidade a pensar seus problemas de forma mais organizada, definindo o futuro desejável e possível para a comunidade” (CARTILHA DO PEL, 2006). Outra passagem do texto da cartilha do PEL diz: “através da união as dificuldades se amenizam e um sonho distante se torna mais próximo”.

A tentativa da união de forças, do trabalho cooperativo, em rede, explicitado

⁷¹ Participaram dessa iniciativa 14 ONG's e 11 OG's.

no texto da publicação do PEL e na vontade de muitos dos que participaram das reuniões, rodas de conversa e debates que acompanhei na época do lançamento do Plano Estratégico em 2006, me pareceram completamente distantes não só no tempo, mas nas práticas dos educadores e lideranças jovens quando retornei ao campo em 2011 para a presente pesquisa. Assim como na experiência da monografia, foi a vivência no campo que mais uma vez me fez aos poucos ir definindo o direcionamento da pesquisa.

O distanciamento entre as instituições pesquisadas se evidenciou desde o início no meu retorno a campo, em todos os momentos em que eu estando em uma delas buscava informações sobre outra. Essa falta de informação, interação ou mesmo interesse pelas atividades que aconteciam em “outros” espaços ao mesmo tempo em que dificultou meu transito em campo me ajudou a definir os rumos da pesquisa, como relatado no Capítulo 1. Percebi que não havia disposição ou interesse dos jovens de uma instituição em me colocar em contato com as outras, o que me exigiu um esforço e uma exposição bem maior do que imaginaria em se tratando de um campo de certa forma “familiar”.

O distanciamento entre os três espaços de atuação aqui estudados evidenciou, no entanto, a reprodução de uma série de disputas aparentemente externas ao campo *do social*, como veremos a seguir.

5.1 As travessias

Ao transitar no circuito de jovens participantes da CUFA Lagamar, da ZEIS do Lagamar e da Associação Comunitária do Lagamar foi possível perceber algumas tendências e limitações que permearam de sentidos o distanciamento percebido entre essas organizações locais. O distanciamento, não somente de comunicação entre as entidades, se manifestou de forma materializada no espaço.

Como vimos no Capítulo 2, o canal que caracteriza o mapa do Lagamar é componente vivo na história do lugar em razão das memórias de ocupações, remoções, alagamentos e tantos outros acontecimentos recorrentes nas narrativas de antigos moradores.

Adentrando o Lagamar, visitantes “de fora” poderiam supor que a travessia do canal significa um risco se levados em conta, além das tábuas quebradas, as bicicletas e principalmente as motos de entregadores (como os que transportam

botijões de gás) que quando passam, geralmente sem diminuir a velocidade, obrigam os pedestres a encostar nas correntes para dar passagem às bicicletas e motocicletas carregadas, as vezes com dois botijões, tomando quase todo o espaço da ponte. Apesar de perigosa por conta da estrutura já deteriorada da ponte de madeira, a passagem de motoqueiros é corriqueira, muitos fazem a travessia para diminuir a rota e fugir do trânsito, mesmo correndo risco de assaltos.

Pessoas “de fora” não são aconselhadas a fazer a travessia sozinhas. Em todas as vezes que fiz a travessia durante o período desta pesquisa, a fiz acompanhada por recomendação dos próprios jovens, os quais se ofereciam para me buscar no ponto do ônibus. Em uma das vezes que fui fazer uma visita à CUFA, em razão de um imprevisto com o estagiário da Fundação Marcos de Bruin que costumava me acompanhar, fiquei esperando o Rozinaldo (da CUFA) na Fundação, que fica na margem oposta. Na ocasião pensei em ir sozinha, mas esse era um daqueles dias em que as viaturas da Polícia estavam circulando muito pela rua do canal e fiquei receosa, além disso alguns funcionários da Fundação me aconselharam a ligar para a CUFA e pedir que alguém fosse me buscar. Assim o fiz. No fim desse mesmo dia comentei a situação com o Del e ele disse “você num é doida”, querendo dizer que eu tinha feito bem em não ir sozinha.

Os riscos da travessia para alguém como eu acontecia por não ser moradora, por não ser um rosto muito familiar em todos os lugares, e por essa razão estar sujeita a algum tipo de violência como os assaltos. Para o jovem morador local o risco em fazer a travessia estava por ser associado a conhecidos, familiares ou vizinhos envolvidos em rixas locais.

Para muitos jovens do lugar, a travessia do canal representa mais do que alguns metros de caminhada sobre as precárias pontes de madeira com tábuas quebradas. No cotidiano, alguns impedimentos da travessia parecem ter sido naturalizados. Projetos sociais voltados para jovens desenvolvidos em instituições de uma margem do canal nem chegam a divulgar suas atividades do “outro lado” com a justificativa de que o “pessoal de lá não passa pra cá”. Até mesmo projetos governamentais como Adolescente Cidadão e Projovem Adolescente possuem a prática de ofertar duas turmas na região do Lagamar, uma em cada margem do canal. Observa-se, portanto, uma institucionalização dos territórios inimigos. Como bem afirma Geertz, para que as idéias produzam efeitos sociais poderosos

“alguém deve reverenciá-las, celebrá-las, impô-las. Elas têm que ser institucionalizadas para poderem ter não apenas uma existência intelectual na sociedade, mas também, por assim dizer, uma existência material” (GEERTZ, 2008, p.137)

O entendimento das limitações dos jovens em transitar pelo lugar é generalizado, compreendido como constitutivo da realidade social local. No período da pesquisa monográfica em 2007, o reconhecimento de diversos territórios do Lagamar – Favelinha, Barreirinha, Peste e Piloto – parecia delimitar os conflitos existentes entre os jovens “marcados”.

“Os conflitos se evidenciam na impossibilidade de trânsito de jovens em território 'inimigo'. Vários fatores, porém, podem fazer do jovem um 'inimigo'. Os conflitos atuais, que justificam a impossibilidade da passagem das fronteiras entre esses territórios, são resultados de um acúmulo de antigos conflitos, os quais teriam deixado na memória mortes a serem vingadas.” (AVELAR, 2007, p.39)

Na volta ao campo em 2011, apesar de não ter como foco os conflitos entre os jovens dos diversos territórios reconhecidos, procurei perceber as possíveis mudanças, mas logo identifiquei que a atuação do *trabalho social* continuava de certa forma limitada pelos territórios da violência.

Algumas afirmações sobre as disputas entre *Barreirinha* e *Favelinha*, por exemplo, como “coisa de antigamente”, não me pareciam coerentes com as afirmações de que “nem todo mundo passa pra lá”, por isso passei a questionar alguns jovens sobre a permanência das rixas entre jovens de territórios opostos. As mudanças das manifestações das rixas surgiram em algumas narrativas como expressões do agravamento da violência, como na fala a seguir:

Antigamente tinha muito os negócio de gangue, o pessoal do lado de lá do Lagamar com o lado de cá, e quase todo dia também ficavam trocando tiro. Era 50, 60 tiros em um minuto, o pessoal trocando tiro de lá pra cá, só que as vezes nem matava muita gente, mata uns dois. Era mais parte de gangue, de tiro, pra se amostrar, isso e aquilo outro, facada, muita gente de enxame. E hoje, hoje não, o cara sai daqui da casa dele, vai la no final da Aerolândia e mata, aí o cara que ta lá vem aqui, entra lá e mata um, dois, três e assim vai. Por isso que falam que hoje ta mais perigoso. Ta mesmo, antigamente era mais o enxame. Hoje eles tão matando, invade sua casa, pronto e acabou-se, esse que é o conhecido Lagamar. (Adriano, 20 anos)

Em conversas informais coloquei as rixas em questão algumas vezes. Diante do meu questionamento, Manoel afirmou que “tem morte que é por conta do

tráfico⁷², mas tem muita morte de rixa antiga” e Narcélio depois de afirmar certa vez que “acalmou as rixas entre os dois lados” disse: “tem muita gente que ainda não passa, a gente, eu e Rozinaldo, por exemplo, nós não temos esse problema, a gente anda em todo canto aqui”.

Portanto, foi possível observar que a travessia continua a ser elemento de risco e de provocação de conflitos, por isso ela é evitada mesmo por aqueles que não possuem ligação direta com as ameaças e ciclos de mortes. Interessante ressaltar que educadores e jovens reconhecidos como “lideranças”, atuantes *no social* possuem credenciais para fazer a travessia sem causar problemas. Pessoas como Narcélio, Rozinaldo, Del, Manoel, Vinicius, Neidinha, Jaqueline, possuem trânsito livre nas duas margens da ponte, são rostos conhecidos dos dois lados e em breves caminhadas em qualquer uma das duas margens passam cumprimentando as pessoas que os conhecem pelo nome, perguntam pelos projetos e pedem informações e orientações sobre problemas pessoais.

5.1.1 Desafiando as “marcas”

A existência de territórios inimigos no Lagamar é reconhecida de tal forma que se apresenta diante de muitos moradores como uma imposição. Marcas da violência nas trajetórias de vida delineiam os espaços demarcados. Adriano, integrante da Associação, chegou a afirmar suas restrições em transitar na região do *Piloto*, nas proximidades da Associação:

“eu sou amigo de todo mundo, só que agora eu já não tenho muita relação como antigamente. A gente sempre ia pra pizzaria, ia comer o pastelzinho lá no Piloto, mas tá muito perigoso. Tô evitando de andar né, (...)Pra evitar justamente andar por aqui [nas proximidades do piloto]. Eu não queria isso não, mas infelizmente eu não vou arriscar, que eu conheço todo mundo daqui todo mundo dali, mas vai que eu sou confundido, que nem um amigo meu que foi confundido, não mexia nem com uma mosca, foi passando de bicicleta e levou três tiros no pulmão e morreu confundido com outra pessoa, ai a

⁷²A influência dos traficantes nos ciclos de vingança, reconhecimento de territórios e rixas locais se mostrou nessa segunda experiência de campo como um elemento mais evidente. Além das cobranças por dívidas e disputas entre as bocas de fumo, alguns traficantes foram mencionados em narrativas como espécies de gerenciadores da violência local. Em uma das vezes que fui a campo de carro perguntei como estavam os assaltos e um dos jovens comentou: “essa curva que tu passou agora sempre costuma ter assalto, mas num vai ter mais não, porque *fulano* foi solto hoje e ele num deixa o pessoal ficar assaltando aí não”, outro jovem que estava presente completou, “O *fulano* é traficante, mas é gente boa”.

gente procura , eu e meus amigos de lá procura evitar de estar saindo pra cá” (Adriano, 20 anos)

A noção de perigo e o medo de ser vítima da violência que alimenta os ciclos de vingança locais impeliram Adriano a abdicar de ciclos de amizade e de momentos de lazer na região considerada “de risco”.

O receio e o reconhecimento dos perigos de aventurar-se nas travessias dos territórios proibidos surgiram de forma emblemática em uma narrativa em particular, como veremos a seguir.

Como protagonistas da travessia estão os jovens da turma do Projeto Projovem Adolescente em funcionamento na Associação Comunitária do Lagamar no ano de 2011 até o início de 2012. Grande parte dos jovens dessa turma eram moradores da região do Lagamar conhecida como “Piloto”, que fica nas imediações da Rua do Piloto, a qual por sua vez situa-se próxima à Associação. Segundo eles, por conta das “rixas antigas”, os jovens moradores do “Piloto” são marcados pra morrer pelos jovens do “outro lado”, da “Favelinha”. A Favelinha fica na margem oposta do Canal, do bairro São João do Tauape e na vizinhança dos seus becos fica de um lado a CUFA e do outro um prédio da Prefeitura onde funcionava o antigo Centro Comunitário, que passou a ser chamado de Centro Social Urbano Julio Ventura e hoje abriga o CRAS – Centro de Referência em Assistência Social da Prefeitura de Fortaleza, o qual coordena o funcionamento do Projeto Projovem Adolescente. Manoel, da Associação, foi por alguns meses educador da turma de 25 jovens do Projovem Adolescente que funcionou na Associação, e dele registrei a seguinte narrativa:

“todo mundo sabe aqui que existem essas divisões de territórios no Lagamar e nós aqui já enfrentamos isso também. Em uma das atividades eu levei os meninos pro outro lado. Fomos quase todo mundo. Atravessamos a ponte morrendo de medo né, mas fomos. Claro que no dia eu conversei com eles, disse pra eles irem mais arrumados, de calça, nada de bermuda ou boné pra não chamar atenção. E a gente foi. Quando eu passei pela *Favelinha* foram logo chegando perto, perguntando o que é que o pessoal do outro lado tava fazendo lá e eu tentei responder com tranquilidade e disse que era uma atividade do CRAS, que era um pessoal de um projeto. Todo mundo se comportou bem, não falaram nada, só eu falei. Nós passamos e voltamos com tranquilidade, mas foi muito tenso. Também foi só essa vez”. (Manoel, 29 anos).

A representação empreendida pelo grupo para obter êxito na ariscada travessia envolveu uma série de elementos. A vestimenta “arrumada” utilizada

excepcionalmente naquele dia por eles, o comportamento “com tranquilidade”, para “não chamar atenção”, a orientação de “não falar nada”, tudo constituiu a composição da atuação cênica voltada para evitar o confronto com os moradores da *Favelinha*.

Sobre a necessidade dos indivíduos em regular a impressão que os outros formulam sobre ele, Goffman empreende uma análise da “representação”, no sentido teatral do termo, considerando o indivíduo como um “ator” diante das outras pessoas. Para ele “quando o indivíduo se apresenta diante dos outros, seu desempenho tenderá a incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade” (GOFFMAN, 2009, p.41). Para possuir sucesso em seu desempenho, o indivíduo acessa um repertório de sinais e dele é exigida uma “coerência expressiva” (Ibidem, p.58), já que “a impressão de realidade criada por uma representação é uma coisa delicada, frágil, que pode ser quebrada por minúsculos contratemplos” (Ibidem, p.58).

A preocupação em evitar um comportamento de confronto na ocasião da travessia acima narrada se baseava no reconhecimento dos riscos de desencadear uma represália sem precedentes pela invasão do “território proibido”. Desta forma o comprometimento de todos, a disciplina e coerência diante da postura adotada com o fim de evitar conflitos, certamente resultou em uma representação convincente, nos termos de Goffman.

O episódio da travessia tornou evidente a forte limitação das ações do *trabalho social* diante das imposições da violência e do reconhecimento de territórios proibidos. Além da limitação territorial em transitar pelos equipamentos e instituições existentes no Lagamar, outras incompatibilidades, no entanto, se mostraram como elementos distanciadores dos três espaços de atuação “social” pesquisados.

Como veremos a seguir, as avaliações feitas pelos interlocutores da pesquisa em relação ao trabalho desenvolvido por eles e pelos “outros” apontou interessantes chaves de compreensão para a razão da inexistência de um trabalho conjunto entre as instituições voltado para os jovens do Lagamar.

5.2 Entre fofocas elogiosas e depreciativas

A minha experiência de campo relatada anteriormente, no primeiro capítulo deste trabalho, revelaria mais adiante as razões desta falta de disposição de

muitos jovens “do social” em me colocar em contato com outros espaços de atuação de jovens também ligados “ao social”.

Algumas narrativas registradas no diário de campo e nas entrevistas foram aos poucos desenhando um cenário daquilo que os jovens compreendiam como resultados de sucesso no “trabalho social”. Interessante observar que as experiências de sucesso constantemente eram relatadas como elemento gratificante do próprio trabalho e envolvimento. Por outro lado as experiências dos “outros” surgiam frequentemente como não eficazes ou não impactantes. Parecia se desenhar uma disputa em torno das diversas atuações observadas.

A partir da compreensão da valoração feita pelos jovens, do trabalho desenvolvido por eles mesmos e pelos “outros” das outras instituições, foi possível compreender novos sentidos para as críticas aos “outros” formuladas por eles. Por esta razão, a interpretação de uma informação como “lá não tem nada” ou “eles não tem atividades” deveria ser ampliada. O que em grande parte dos casos acontecia era a existência de atividades sim, mas estas não eram reconhecidas como eficazes, por isso eram desconsideradas como atividades.

O que se operava no momento em que definiam a atividade do outro como “nada” era propriamente a *classificação* da ação do outro como algo inepto. A classificação operada sobre as ações dos “outros” está relacionada àquilo que Bourdieu nomeou de “luta pelo monopólio da representação legítima” (BOURDIEU, 1988; BOURDIEU, 2005). Ao reconhecer o que deve e o que não deve ser considerado como um “trabalho social” os indivíduos estão na verdade empreendendo “atos de classificação” (BOURDIEU, 2005, p.111). São as “lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima” (Ibidem, p.113). Essas “lutas das classificações” produzem seus efeitos no momento em que os indivíduos expressam seus próprios entendimentos. Aqui residiria a resposta para a incoerência observada entre pontos de vistas diferentes, que classificam uma mesma atividade com um fracasso e um sucesso. Alguns exemplos dessas contradições e disputas serão detalhados a seguir.

Os jovens de cada pólo destas disputas, principalmente aqueles que se encontravam à frente das atividades (lideranças e educadores) ao mesmo tempo em que buscavam demonstrar as *virtudes* das atividades que estavam envolvidos,

demonstravam também perceber uma *falta de virtude* nas atividades dos outros espaços de atuação, tal qual na relação “estabelecidos e outsiders” analisada por Elias e Scotson (2000) em Winston Parva. Cada um a sua maneira procurava justificar suas práticas com aquilo que Elias nomeou de “fofoca elogiosa” (p.20, 2000), contando experiências pessoais e casos de jovens que melhoraram de vida com a ajuda e o impulso das atividades.

Tinha um cara que era envolvido com a parada né, quando eu o avistei eu sempre tive aquele meu receio, não eu num vou querer conversar com aquele cara não, que ele é envolvido com a parada e tudo, pode ele querer né, aí não, só que eu vi que era uma coisa totalmente diferente, ele chegou: “ei, tô precisando tirar meu documento assim, assim, e assim”, marque o dia aí meu chapa que a gente vai. “É, vamos amanhã?”. Eu: “vamo”. Aí no decorrer do caminho eu fui conversando com o cara, eu fui pegando amizade com o cara e fui conscientizando a pessoa, hoje o cara ele tá trabalhando na Casa Pio, saiu da parada né, começou a trabalhar na Casa Pio, hoje o cara tá bem de vida, não tá usando nada, já é pai. É isso assim, é gratificação que eu vejo. (Rozinaldo/CUFA Lagamar)

No depoimento, Rozinaldo identifica na mudança de vida do jovem um resultado do seu esforço de “conscientização”. A expressão nativa “envolvido com a parada”, indica o envolvimento com o tráfico, o mundo do crime, situação que provocou receio de Rozinaldo em se aproximar do jovem, o que se modificou a partir do momento em que ele procurou ajuda para “tirar documentos”. O envolvimento com o trabalho formal em uma loja de calçados, o fato de não usar mais drogas e a experiência da paternidade indicam os sinais de uma mudança de comportamento auxiliada pelo trabalho de Rozinaldo, o qual reconhece o sentimento de gratificação diante da mudança do outro.

Em outra situação, Jaqueline, conselheira da ZEIS do Lagamar e funcionária da Fundação Marcos de Bruin, apontou os bons resultados alcançados pelo trabalho na comunidade.

Hoje a gente tem um trabalho com psicólogo e ele fala muito pra gente que a gente atua a prática da psicologia comunitária que eles estudam (...) eles não conseguem atingir o que a gente atinge. A gente faz as coisas mesmo sem saber que a gente tá atuando na psicologia comunitária. Então assim, quando a gente foi na UFC, no Fórum lá de Psicologia, pra nós foi até estranho porque as palavras que eles falavam que estudavam era o que a gente exercia, e a gente nem sabia de nada disso. (Jaqueline/ZEIS/FMB)

Para Jaqueline, o saber compartilhado nas ações que ela participa possui um alcance e uma importância maior do que ela esperava. A surpresa dela ao se deparar com o saber universitário que afirmava estar estudando o que ela “já exercia”, faz com que ela

chegue à conclusão da forte importância do que se produz no trabalho social na comunidade, já que segundo ela “eles não conseguem atingir o que a gente atinge”. Portanto há na fala de Jaqueline uma afirmação do saber perante o conhecimento universitário e um reconhecimento do alcance e dos resultados das ações que ela participa.

No caso da fala a seguir, o envolvimento com o grupo de jovens da Associação é apontado como um caminho de prosperidade, de virtudes:

Quem escolheu o Atitude⁷³, assim, vamos dizer assim quem escolheu o Atitude para seguir os passos, quem ensinou os ensinamentos dele, pra realmente florescer nossa mente, foi quem escolheu o caminho certo, quem não quis, tem gente que já participou, já saiu, foi pro caminho da marginalidade, ou está nas drogas, ou tá preso (Adriano, 20 anos).

Para Adriano, a vivência no grupo Atitude é identificada a partir de uma relação de causalidade, como uma oportunidade de crescimento pessoal, de “florecimento da mente” e o distanciamento com esse espaço, no caso daqueles que “saíram”, tem como resultado o envolvimento com a “marginalidade”. A prosperidade pessoal, portanto, estaria diretamente ligada às experiências propiciadas a partir do grupo.

Em cada um desses espaços os jovens, à sua maneira, utilizavam a “fofoca elogiosa” para descrever suas experiências, como forma de demonstrar a importância daqueles espaços para a vida deles e da coletividade. Ao mesmo tempo em que se percebia a noção valorativa atribuída às atividades e instituições das quais participavam, foi possível perceber também que as atividades “dos outros” eram desqualificadas em seus discursos, como na fala abaixo de um dos integrantes da CUFA:

Eles aí só querem discutir ZEIS, e a gente sabe que essa ZEIS num vai dar em nada, quando a prefeitura quiser fazer alguma coisa ela vai fazer e tem muita gente que quer é sair mesmo daqui. Aí a gente chama eles pra discutir estratégias pra violência e a criminalidade e eles dizem que é muito complicado discutir essas coisas.

Na perspectiva dos integrantes da CUFA, ao se referir aos conselheiros da ZEIS e à Fundação Marcos de Bruin, demonstra o entendimento de que o trabalho que esses indivíduos fazem e as lutas que empreendem não são capazes de produzir resultados, já que “quando a prefeitura quiser fazer alguma coisa ela vai

⁷³ “Atitude” é o nome do grupo de Jovens que reativou as atividades da Associação Comunitária do Lagamar.

fazer”, nesse momento se referindo às remoções de casas propostas nas obras da Prefeitura de Fortaleza e do Governo do Estado. Para ele o foco das lutas deve ser as estratégias contra à criminalidade e à violência, o que, no entanto, segundo ele, é considerado “muito complicado” de discutir por parte daqueles que estão à frente das discussões da ZEIS.

Entre os conselheiros da ZEIS, havia principalmente nas reuniões internas onde eram discutidas as estratégias para o funcionamento do Fórum da ZEIS e das reuniões com a prefeitura, uma constante reflexão sobre a “força” das instituições do Lagamar: “Aqui no Lagamar a instituição que tem força mesmo é a Fundação, porque se a gente for prestar atenção a Associação Comunitária, por exemplo, é nada, só tem nós mesmos”.

Os conselheiros da ZEIS se referiam à “força” para mobilizar os moradores e para discutir estratégias com a Prefeitura em relação à obra do viaduto da Avenida Raul Barbosa. Para ele somente a Fundação Marcos de Bruin estaria preparada para essa mobilização e essa negociação. Essa compreensão sobre a “força” da Fundação em relação aos embates da ZEIS acontece por ser ela uma instituição que durante sua história tem defendido a proposta de urbanização do Lagamar, o que a levou em 2009 a mobilizar moradores e realizar uma marcha com cerca de quinhentas pessoas a fim de pressionar a regulamentação da ZEIS do Lagamar no Plano Diretor de Fortaleza. Ao mesmo tempo em que reverencia a “força” da Fundação, se deprecia a força de atuação da Associação Comunitária que leva o nome do lugar, a qual é considerada “nada” do ponto de vista de Raimundo.

Na fala a seguir a expressão “nada” mais uma vez surgiu como forma de qualificar a atuação do “outro”. Em razão da minha insistência em visitar a CUFA e outras instituições na “margem oposta” do canal, como relatei anteriormente no primeiro capítulo, um dos jovens da Associação Comunitária do Lagamar sugeriu certo dia me acompanhar em uma visita à outra margem: “Agora que eu tô com mais tempo posso ir contigo fazer um tour no Lagamar, a gente pode ir lá do outro lado e tu vai ver como lá num tem nada”. Para ele meu interesse em visitar a CUFA era sem sentido, mas a fim de deixar claro que não perdi nada em não ter ido antes, já que para ele não há “nada” sendo feito “do lado de lá”, ele poderia me acompanhar. Logo após a sugestão dele comentei que tinha tido a oportunidade de visitar a CUFA poucas semanas antes e soube que eles estavam realizando cursos de informática e

de eletricista predial, ambos ligados à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Ceará – STDS, voltados para um público jovem, ele então afirmou que esses cursos “qualquer um consegue”. Portanto, mesmo diante da informação de que existia alguma atividade em funcionamento permaneceu uma desqualificação da atuação da outra instituição.

Assim como os relatos acima, foram inúmeros os momentos em que falas surgiram a fim de desqualificar a atuação do “outro” e qualificar a si mesmo ou uma coletividade de referência. Como afirma Elias (2000, p.121) “a fofoca depreciativa [blame gossip] é inseparável da elogiosa [pride gossip], que costuma restringir-se ao próprio indivíduo ou aos grupos com que ele se identifica”. A afirmação de Elias além de reiterar os elementos elogiosos e depreciativos que observamos anteriormente, nos aponta um importante elemento, a identificação a um grupo.

A idéia de grupo, apesar de levar à compreensão de isolamento desse coletivo, nos possibilita compreender melhor a noção de identidade construída por cada um desses interlocutores com seus espaços de atuação. Segundo Woodward (2009) a identidade é um elemento relacional, por isso depende de “algo fora dela” para existir e está sempre marcada pela diferença. Para a autora:

“A conceituação da identidade envolve o exame dos *sistemas classificatórios* que mostram como as relações sociais são organizadas e divididas; por exemplo, ela é dividida em ao menos dois grupos em oposição – ‘nós e eles’” (WOODWARD, 2009, p.14)

Segundo Woodwad, a identidade é relacional e “depende, para existir, de algo fora dela” (Ibidem, p.09). Desta forma, para reconhecer-se como um jovem de atuação diferenciada nossos interlocutores precisavam apontar aqueles que para ele não possuíam *diferencial*, *força* ou *ousadia* em suas propostas de atuação. A sua identidade passa a se construir em referência ao “outro” diferente.

Ao considerar o próprio mérito ou demérito da outra instituição em promover certas atividades, os indivíduos nos revelam seu entendimento sobre o que considera relevante ou não quando se trata de atividades voltadas para jovens. Nas falas anteriores, onde foi possível identificar a fofoca “elogiosa” sobre si e a “depreciativa” sobre o outro, ao apresentar o entendimento de quais atividades são relevantes, importantes ou cruciais para a realidade social do jovem do Lagamar, cada um desses indivíduos parte de um sistema classificatório, a partir do qual elege

problemáticas e públicos próprios que merecem atenção diferenciada.

As representações construídas pelos jovens de cada um desses espaços de atuação específicos partem, portanto, de classificações próprias, por isso se torna evidente a “disputa simbólica” em torno dos *Projetos de Juventude* defendidos pelas instituições.

A fim de afirmar quem é esse jovem que irá protagonizar grandes transformações, sejam elas individuais ou para a coletividade, se empreende uma “luta das representações” (BOURDIEU, 2005). Para Bourdieu haveriam constantes “lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima” (Ibidem, p.113). Portanto o que está em jogo no momento em que cada uma das instituições acredita no próprio trabalho e desqualifica os “outros” é uma representação sobre o que ela classifica como uma “atuação legítima”, sobre quem ela identifica como “público jovem”.

Ao transitar no cotidiano das atividades dos jovens integrantes dessas instituições não foi difícil perceber que cada uma delas agregava um público em particular e possuía estratégias diferenciadas de mobilização e atuação. Uma breve passagem por cada uma trará ao leitor essa dimensão da peculiaridade de cada público e as implicações que essas particularidades trazem no sentido de tornar mais evidente a lógica de funcionamento das classificações operadas por eles ao qualificar sua própria atuação e desqualificar a atuação do “outro”.

Vale ressaltar que as representações sobre “juventude” e sobre “as necessidades dessa juventude” passam a operar com uma influência direta sobre as formas de atuação. Em cada uma das experiências encontraremos um modo de atuação característico, estratégias de mobilização e públicos próprios, os quais irão figurar como marcos diferenciais e elementos demarcadores de disputas.

5.3 Estratégias de atuação

Desde minhas primeiras Visitas na Associação Comunitária do Lagamar percebi que um dos temas bastante presente entre os jovens era a sexualidade. Logo em minha primeira visita participei de uma breve reunião do grupo (sete jovens

estavam presentes) e antes de iniciar a reunião me apresentei e todos se apresentaram. Já durante a apresentação, Manoel – estudante de pedagogia, educador e liderança do Grupo de Juventude Atitude, reconhecido como uma grande referência pelos outros – me situou dizendo: “aqui no nosso grupo muitos tem uma opção sexual diferente e os que não têm respeitam muito”. Os cartazes nas paredes de campanhas contra homofobia sinalizavam a opinião de defesa de uma diversidade sexual por parte daqueles jovens. Percebi que nos espaços da Associação não havia censura a um abraço, às mãos dadas e ao carinho entre os meninos. A afetividade e o respeito ao outro surgiam como palavras de ordem. Várias vezes escutei entre eles a frase “aqui acima de tudo nós somos amigos”. Percebi que a afetividade era uma marca nas relações dos jovens componentes daquele espaço de atuação. Manoel, certa vez se referindo ao esvaziamento de turmas de projetos sociais que acontecem em vários espaços do Lagamar chegou a afirmar: “eu acho que os outros projetos por aí não conseguem segurar os meninos porque falta essa coisa da afetividade, da amizade”. Grande parte do “público” – expressão com a qual os jovens gostam de referir aos participantes dos “projetos” – eram jovens entre 15 e 20 anos. Alguns já com Ensino Médio concluído e outros a caminho. Muitos deles além de estudarem na mesma escola (grande parte é ou foi estudante da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Estado do Pará) demonstraram possuir ciclos de amizade em comum. Nas atividades maiores que participei, debates e reuniões com cerca de 30 jovens na sala, grande parte estava bem vestida, algumas meninas com maquiagem no rosto, alguns meninos de camisa pólo e gel no cabelo.

Os meios de comunicação e instrumentos de mobilização para as atividades mais utilizados pelos jovens da Associação são as redes sociais da internet (Facebook e twitter), correio eletrônico e o celular. Para realizar esse tipo de comunicação via celular e internet existe entre os jovens da Associação a prática de criar, durante o planejamento das atividades, equipes de comunicação e marketing responsáveis por alimentar as redes sociais da internet e enviar torpedos por celular. Os torpedos são muito utilizados para enviar lembretes de atividades, agradecimento e lembranças de datas comemorativas (natal, páscoa, dia do amigo, aniversário e etc). Para alimentar esses meios de comunicação, nas atividades realizadas as listas de presença que circulavam possuem espaço para diversos contatos (celular, e-mail,

facebook e etc).

A divulgação de ações coletivas e de fotos de eventos realizados acontece semanalmente nas redes sociais. Por meio da internet e dos torpedos os jovens da Associação buscam dar visibilidade às suas atividades, mantendo o contato. A estratégia de mobilização e divulgação das atividades da Associação facilitou minha aproximação e mesmo nas semanas em que não pude realizar visitas pude me manter informada por meio das redes sociais, e-mail, torpedos e ligações telefônicas. Pude comprovar a eficiência das mobilizações quando participei de uma reunião mobilizada no mesmo dia, onde quase 40 jovens estiveram presentes.



Figura 9: Cartazes de divulgação. (Fonte: Página da Associação Comunitária do Lagamar no Facebook)

Entre os participantes do Fórum da ZEIS foi interessante constatar que apesar de estarem à frente de todo o processo, de assumirem grandes responsabilidades e de sempre tomarem a palavra nas reuniões, os jovens são sempre minoria. Dentre os três espaços pesquisados, somente nas discussões da ZEIS prevalece a atuação de lideranças antigas lado a lado das jovens lideranças. A temática que funciona como eixo de todas as ações relativas à ZEIS é a moradia, a mesma questão que mobilizou lideranças há cerca de 30 anos para garantir a permanência e a melhoria das condições de vida da população do Lagamar. Por essa razão antigas lideranças, com experiência viva na referida temática, como Dona Rosarinha e Dona Raimunda Chaves, que vivenciaram as lutas que marcaram os anos 1980, marcam presença nesses espaços atuando junto com Jaqueline, Emanuel e Raimundo que nasceram nos anos 1980, sem contar o Vinícius que é da década de 1990. O respeito e a admiração dos jovens pelas senhoras é recíproco. As

senhoras admiram a capacidade de comunicação e de articulação, principalmente da Jaqueline, que é a Conselheira da ZEIS mais atuante, o que é reconhecido por todos os outros conselheiros. A importância da liderança da jovem Jaqueline reflete em muitos momentos uma dependência da presença e iniciativa dela para que as reuniões aconteçam. Ela é a única com infalível presença em todos os encontros. A organização das mobilizações e encaminhamentos na grande maioria das vezes fica a cargo dela. Nas mobilizações para as reuniões do Fórum, as estratégias utilizadas são distribuição de “mosquitinhos” (pequenos folhetos com local, data, hora e assunto da reunião), visitas domiciliares (feitas por duplas ou grupos divididos por quarteirões) e nos casos de reuniões que precisam atingir maior número de pessoas o carro de som. As reuniões do Fórum da ZEIS se caracterizam por uma forte presença de mulheres, muitas delas antigas moradoras. Interessante observar que muitas reuniões costumavam acontecerem espaços de Igrejas (Católica e Evangélica), e nas vezes em que participei de reuniões nesses espaços religiosos ao final da reunião, independente da religião, todos de mãos dadas faziam uma oração. Apesar da presença dos jovens à frente das ações do Fórum e do Conselho da ZEIS, em geral foi possível perceber um esvaziamento do público jovem no decorrer dos encontros com a temática da ZEIS, o que foi explicado por Jaqueline da seguinte forma:

Existe uma dificuldade da juventude se engajar na ZEIS, de ver a importância, (...) por exemplo, eu entrei aqui na ZEIS como mobilizadora social e em nenhum momento eu vim pra ficar. Desde quando eu entrei eu vim logo dizendo isso. Devido o passar do tempo eu fui descobrindo a importância disso, sabe, e não a importância disso pra mim, mas a importância disso pra comunidade. Mas isso eu peguei pra mim e isso o Vinicius pegou pra ele porque a gente já faz um trabalho social voltado pra comunidade. Uma coisa que não aconteceu com alguns dos meninos da juventude que entrou junto comigo, e saíram, porque eles não conseguiram sentir isso, entendeu, porque em nenhum momento se teve aquele momento trabalhado com a juventude, assim, teve no começo trabalhado a importância e tal, mas é diferente de você trabalhar já com uma pessoa formada, que já é voltada pra um trabalho pra dentro da comunidade, num é verdade?

A explicação formulada por Jaqueline para justificar o distanciamento dos jovens do Lagamar com a temática da ZEIS se reforça quando identificamos nas trajetórias dela, de Vinicius, Emanuel e Raimundo o envolvimento com “trabalho social”, voltado “para a comunidade”, como foi possível analisar detidamente no

Capítulo 3. A ZEIS, por ser determinação de uma lei do município, e desta forma possuir resultados demorados que dependem de uma infinidade de negociações políticas, teria desestimulado os participantes que não observaram resultados concretos imediatos. Para participantes como Jaqueline, o investimento em participar das atividades da ZEIS aconteceu por perceberem a “importância disso pra comunidade”.

No caso da CUFA Lagamar o foco das atividades são aqueles que “têm artigo”, ou então os que eles costumam nomear de “invisíveis”. Jovens que “tem artigo” são os que já foram presos (enquadrados em algum artigo do Código Penal) ou submetidos a medidas sócio-educativas (enquadrados em algum artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente). O termo “invisíveis” é utilizado entre eles para se referir a jovens envolvidos na criminalidade e com o uso e o tráfico de drogas, os quais as políticas públicas não enxergam. Segundo Del: “O Lagamar tá cheio de programas governamentais mas esses programas tem critérios que excluem esses jovens”. A faixa etária dos “jovens” nas atividades da CUFA é a mais diversa dentre os três espaços de atuação e é nesse público que percebemos uma maior *expansão* da juventude, se considerada enquanto fase da vida. Como o foco primordial são os jovens que de alguma maneira estão envolvidos com o mundo das drogas e do crime, encontramos entre o público alcançado nas atividades da CUFA Lagamar desde “crianças” de 11 anos até “adultos” de 29 anos. São indivíduos que se analisados biologicamente seriam considerados crianças e adultos, mas que vivenciam problemáticas “jovens”, o que nos remete à compreensão dessas categorias de “criança”, “jovem” e “adulto” como uma construção (BOURDIEU, 2003-A; PAIS, 1993; PAIS, 2009). O trabalho de mobilização é, segundo os educadores, também um trabalho de convencimento. As portas do espaço estão sempre abertas, na porta da entrada há sempre avisos sobre as atividades com inscrições em andamento, mas os jovens não costumam chegar espontaneamente no lugar, com frequência são convencidos e levados pelos educadores até lá. O espaço onde é sediada a CUFA Lagamar é o prédio do Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Lagamar –CDDHL que estava em desuso há alguns anos e foi cedido para as atividades da CUFA. De acordo com Rozinaldo e Narcélio, além de haver, por parte dos jovens em geral, um desestímulo quanto à participação em projetos, já que segundo Rozinaldo “muitos vão só pela bolsa”, há também a desconfiança em

relação ao espaço institucional, e a esse espaço em específico, em razão de um episódio de denúncia ocorrido há cerca de uma década por parte de um integrante do CDDHL⁷⁴. O hábito de fazer caminhadas pelos becos do Lagamar é também característico entre eles nos momentos de mobilizações para as atividades, as quais acontecem basicamente por meio do “boca a boca”: “a gente dá uma volta, faz visitas nas casas e vai convidando o pessoal”, explica Narcélio. Em um passeio pelos becos e pela margem do canal junto com os educadores e lideranças da CUFA Lagamar compreendemos o porquê do vazio no espaço institucional não ser considerado falta de reconhecimento e de importância das pessoas em relação àquele “trabalho social”. Em todas as vezes que andei no Lagamar acompanhada dos educadores da CUFA Lagamar, e principalmente acompanhada do Del, a liderança mais conhecida nesse espaço de atuação, fomos cumprimentados e abordados pelas pessoas durante a caminhada. Enquanto passávamos muitas pessoas, algumas delas mães de jovens, perguntavam ao Del, Rozinaldo, Narcélio ou Neidinha sobre documentos, pediam ajuda sobre algum problema pessoal. São problemas de saúde, pedidos de internamento para usuários de drogas, mães à procura de um “projeto” que ocupe o dia de seus filhos ou buscando informações sobre problemas judiciais. Em cada situação requisitada eles logo propunham uma solução e se comprometiam com um encaminhamento para o problema. A receptividade do Del e dos demais parecia resultar numa receptividade e respeito por parte dos moradores. O trânsito livre pelos becos junto com esses educadores era explicado pelo Del da seguinte forma: “não basta você conhecer as pessoas, pra andar com tranqüilidade aqui você tem que ser considerado, entendeu? Tem que poder sentar na beira do canal e levar um papo com os caras”. A ausência de medo em transitar nos becos e conversar com jovens envolvidos com o tráfico e outros crimes estaria no fato de serem esses educadores pessoas que inspiram confiança para aquelas pessoas, que buscam outras possibilidades pra vida daqueles jovens sem condená-los pela opção feita por eles do risco e do “dinheiro fácil”. Durante nossas caminhadas Del, Narcélio e Rozinaldo costumavam me apontar jovens que

⁷⁴O episódio a que me refiro foi protagonizado por um educador do CDDHL no início dos anos 2000. Segundo relatos, ele teria denunciado para jornais e programas de Tv a identificação de um traficante local. A presença da imprensa na comunidade em busca da confirmação da denúncia gerou um clima tenso de desconfiança entre os moradores. Depois de ser ameaçado de morte o educador não apareceu mais no Lagamar e o CDDHL teve sua imagem ligada ao episódio de denúncia ou “cabuetação”, como falam os jovens.

eles ajudaram a deixar as drogas, conseguindo internações em clínicas, alguns deles por várias vezes. Nos passeios Del, por ser o mais requisitado, costumava interagir bastante com as pessoas diante das reações de receptividade e carinho. Carregando seu tablet a tiracolo, Del aproveitava para registrar os encontros em fotografias que logo eram publicadas na internet (por meio do facebook). Os registros dos passeios pelo Lagamar em fotografias também era feito através de celulares por Narcélio e Rozinaldo.



Figura 10: Narcélio, Rozinaldo, Eu e Del na Rua do Canal (Fonte: Página do Facebook de Del).

As redes sociais da internet como o facebook e twiter, apesar de não serem muito utilizadas pelos integrantes da CUFA Lagamar para realizar mobilizações é bastante utilizada para divulgar os resultados das atividades. Rozinaldo, Nacélio e Del são os principais divulgadores nas redes sociais.



Figura11: Imagens de atividades da CUFA Lagamar. (Fonte: facebook de Narcélio (plantio de palmeiras), facebook de Del (caminhão do cidadão) e facebook de Rozinaldo (curso e-jovem).

Como é possível perceber, em cada um desses espaços de atuação há uma proposta de atingir e mobilizar jovens de perfis muito diferenciados um do outro. Cada um deles agrega em torno de si um universo de projetos de emancipação para esses jovens, os quais são reconhecidos como epicentro das transformações positivas do Lagamar. Sejam eles “jovens esforçados que merecem vencer na vida”, “jovens preparados para assumir a liderança de grandes conquistas” ou “jovens que precisam de novas oportunidades”, cada uma dessas redes mobiliza esforços no sentido de propiciar os recursos necessários a alavancar essas vidas. Para isso elas buscam legitimar seus métodos, práticas, discursos e recorrem às parcerias que consideram válidas. Veremos a seguir que as disputas em torno dos “Projetos” diferenciados se refletem em situações cotidianas.

5.4 Sobre os “Projetos” para a juventude: os argumentos

Se no início desta pesquisa tínhamos como ponto de partida o intuito de compreender o que mobiliza esses jovens – quais valores, quais entendimentos de direitos, de cidadania e de política, quais os processos de formação pelos quais passaram – que ocupam diversos espaços de atuação, chegamos ao momento em que razões mais específicas, vivenciadas no cotidiano, se apresentam como elementos justificadores da existência dessas atuações.

Esses elementos justificadores fundados na leitura da realidade vivenciada no Lagamar fundamentam a explicação sobre a diversidade desses espaços de atuação e a falta de sincronia e de parceria, entre as suas ações. Deparamo-nos com um cenário de divisões e apartamentos entre as organizações voltadas para jovens de um mesmo universo, mas que não constroem ações conjuntas, pelo contrário, disputam entre si um merecimento, reconhecimento e capacidade: “o meu é mais importante que o dele”, “o meu mobiliza mais”, “o meu tem um público maior”.

Todos os jovens que compõem essa rede intrincada de atuações múltiplas, nesse circuito de ações em torno “do social” no Lagamar, possuem em comum a vivência com um cotidiano em que os jovens se deparam todos os dias com ausências a serem superadas. Faltam saúde e educação de qualidade, falta segurança, falta trabalho, falta urbanização e falta moradia digna. Não há discordância sobre a existência dessas ausências.

O que difere a perspectiva de cada um desses epicentros de atuação de jovens do Lagamar, no entanto, são os argumentos construídos por eles sobre o que urge ser superado, sobre as necessidades inadiáveis, sobre o que está no topo da problemática das vidas dos jovens do Lagamar como um todo.

5.4.1 A “vida loka”

Em um passeio pela “Cidade de Deus”, uma das áreas de ocupação mais recentes do Lagamar, iniciada nos anos 2000, enquanto subíamos a pequena ladeira irregular com o chão de entulhos, o Narcélio ia cumprimentando as pessoas e ia me dizendo, “esse que passou aí é meu primo, tava na *vida loka*, mas já saiu. Aquele ali também é meu primo, esse ainda tá na *vida loka*”. A expressão *vida loka* muito utilizada pelos jovens, faz referência a uma música dos Racionais MC’s⁷⁵ onde é narrada uma história de um homem envolvido em um ciclo de crimes, perseguições, prisão e mortes. Em um dos trechos a música diz:

Eu sou guerreiro do RAP, e sempre em alta voltagem um por um,
Deus por nós, tamo aqui de passagem. Vida Loka. Eu não tenho dom
pra vítima. Justiça e Liberdade, a causa é legítima. Meu Rap faz o
cântico do loko e dos românticos. Vou pôr o sorriso de criança, onde
for. Aos parceiros tenho a oferece a minha presença, talvez até
confusa, mais real e intensa. (Vida Loka, Racionais MC’s)

A noção da vida curta, vivida com intensidade, “em alta voltagem”, quando nada se tem a perder, é o que representa a *Vida Loka* do jovem envolvido com o crime. Os jovens “recrutados” cada vez mais cedo pra o crime surgem como a preocupação primordial nas ações da CUFA. Como disse Narcélio em fala anteriormente citada o “tráfico ta ai, ta organizado, se a gente não começar a se organizar, não terá mais jovens”. O extermínio da juventude se apresenta como um prenúncio. Durante o período em que estive em campo as notícias de assassinatos de jovens eram recorrentes. A entrada cada vez mais cedo no mundo do crime é uma das fortes preocupações entre os integrantes da CUFA. Ao fazer uma crítica aos projetos governamentais voltados para adolescentes (geralmente a idade

⁷⁵ Os Racionais MC’s são um grupo de Rap muito escutado entre os jovens do Lagamar. No ano de 2011 uma visita surpresa do Grupo ao Lagamar foi organizada pela CUFA. Na ocasião uma multidão de jovens lotou a sede da CUFA e cantou junto com os Racionais. As letras de suas músicas são compostas por muitas gírias e expressões orais típicas de periferias de grandes cidades e fazem forte referência à vida na favela, ao crime, à vingança, ao preconceito, à morte e outros temas.

mínima de 14 anos) Del comentou sobre o envolvimento cada vez mais cedo com drogas e crimes: “Quero te apresentar um menino, uma figura ele, tem 11 anos. Um menino desse, se a gente for esperar fazer 14 anos pra começar atender, quando chegar lá ele já tá ameaçado de morte”. O encurtamento da infância e o acesso cada vez mais cedo a situações de risco, se colocam como fortes argumentos para evitar o envolvimento com o estilo *devida loka* que atrai os “jovens”. O mundo do crime e das drogas se apresenta, portanto, a partir dessa visão, como campo a ser priorizado nas ações “do social”.

5.4.2 O que dignifica

A discussão aberta sobre sexualidade entre meninos e meninas tão jovens me surpreendeu desde minha primeira visita à Associação. Aos poucos percebi que não era somente a sexualidade o tema em questão, mas uma defesa da dignidade e do respeito para além de qualquer temática. O depoimento sobre a jovem Isaura que aos poucos passou a se afirmar como negra e “assumiu o cabelo pixaim”; os depoimentos de jovens que falavam abertamente sobre a homossexualidade eram expressões vivas da busca pela dignidade e pelo respeito à diferença.

A noção de cidadania chegou a ser apontada como elemento dessa expressividade: “Cidadania no meu ponto de vista, é você poder falar, é você poder ouvir, é você poder expressar suas idéias, é você realmente exercer o direito que você tem, ser cidadão né.” (Ramonis, 19 anos). No mesmo sentido iam comentários como o de Fábio: “a gente aqui tem o pensamento de mudar o pensamento das pessoas, do que as pessoas pensam do Lagamar (...) a gente não tem que ter vergonha de morar no Lagamar”.

Para Manoel as ações dos jovens da Associação giram em torno da formação de uma visão crítica: “O grupo de convivência da gente traz essas temáticas de discussão, de amadurecimento das idéias, pra levar eles a refletirem e criar neles essa criticidade”.

Além da visão crítica e da defesa das noções de respeito, a formação profissional e inserção no mercado de trabalho foram focadas de maneira permanente nas atividades da Associação como elementos fundamentais para se alcanças a dignidade plena do indivíduo. Cursos, palestras, encontros e formações voltadas para a atuação profissional tomaram grande parte da agenda de atividades

da Associação no período em que estive em campo.

Para Manoel “sem o trabalho não se tem a cidadania, por isso que a gente hoje fala com orgulho que do nosso grupo de jovens mais de dez já estão inseridos no mercado de trabalho e três são universitários, fora os que conseguiram estágio”, e continuou dizendo, “por isso que o perfil dos nossos jovens é esse que sonha em ter uma oportunidade de trabalho e busca as oportunidades”.

A busca pela segurança financeira e pelas oportunidades de realização que o trabalho traz, aliada à formação de uma consciência crítica cidadã, se mostraram os principais argumentos para a atuação no campo “do social” pelos jovens atuantes na Associação Comunitária do Lagamar.

5.4.3 O poder da participação

O Fórum e o Conselho da ZEIS possuem a peculiaridade de funcionar como um espaço legitimado de enfrentamento e de negociações diretas com o poder público. O fato de se constituir em uma experiência de política participativa (no contexto do Plano Diretor Participativo de Fortaleza) propicia o entendimento entre os que participam de que é um canal importante de negociação, no qual é necessária uma participação ativa para que se alcancem as melhorias para o lugar.

Posicionamentos como “tomar à frente”, “estar alerta diante do que o governo e a prefeitura propõem”, “fazer pressão” costumavam fazer parte das falas manifestadas nas reuniões. O sentido de ter “iniciativa” e “resistência” esteve sempre presente, fazendo referência às lutas do passado quando fracassaram as tentativas de remoção do poder público. A participação em grande número de antigas moradoras garantiu, durante grande parte das reuniões e encontros, depoimentos vivos desse passado de lutas: “O Gonzaga Mota [ex-governador do Ceará 1985-1988] queria fazer a mesma coisa que ele [Governador Cid Gomes] ta fazendo aí. Na época a gente não tinha nem casa de tijolo, mas a gente ficou” (Raimunda Chaves).

Entre os participantes, a referência aos êxitos das manifestações costumava colocar em evidência o Lagamar como “força de mobilização”: “nós fizemos uma marcha e o Lagamar virou ZEIS e se for preciso faremos outra” (Jaqueline). Nos momentos de desmotivação entre os participantes, como no período em que a prefeitura arbitrariamente iniciou a marcação das casas para planejar a obra do

viaduto, um dos conselheiros da ZEIS do Lagamar, Emanuel, se manifestou fazendo referência às estratégias de negociação baseadas no poder da participação: “eu acho que se isso aconteceu foi porque a gente não foi pra rua, não fechou a Raul Barbosa”.

No cenário de atuação da ZEIS prevalece, portanto, o discurso da força da mobilização. A crença nessa força da mobilização dos moradores do Lagamar é o que levou um dos conselheiros da ZEIS a afirmar que: “Quando se fala do Lagamar toda a estrutura governamental treme, porque sabe que nós temos poder de mobilização” (Raimundo). Desta forma, é baseado nesse poder de mobilização e nos resultados que se pode alcançar tendo em vista a melhoria de vida dos moradores que se funda a atuação nos espaços de debate e deliberação da ZEIS do Lagamar.

Nos argumentos dos três espaços de atuação onde se fazem presentes os jovens interlocutores da presente pesquisa é possível identificar questões que atingem de maneira diversa o cotidiano dos moradores do Lagamar. A relevância de cada um dos argumentos nos leva a compreender razões materiais e estratégicas do distanciamento entre as práticas de atuação da ZEIS da CUFA e da Associação Comunitária.

No entremeio das disputas pela afirmação de força e pelo reconhecimento dos resultados alcançados é possível perceber que cada um dos espaços de atuação propõe *projetos próprios* para interferir positivamente na vida dos moradores do lugar, partindo de uma leitura crítica das problemáticas que urgem ser solucionadas.

Os *projetos próprios* possuem, portanto, a característica paradoxal de ser ao mesmo tempo razão da fragmentação, mas também da multiplicação das estratégias de mobilização em torno da atuação “no social”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa a experiência de campo foi determinante. Nos primeiros meses de inserção, quando procurei me situar no contexto das organizações locais e aos poucos me informar das agendas de atividades, meu próprio objeto de pesquisa não parecia claro. Talvez por isso as três entrevistas realizadas nesses meses iniciais, que naquele momento não me fizeram avançar, somente foram mais bem compreendidas quase um ano depois. Foi a vivência com os jovens e a disponibilidade que busquei ter para *ser jovem* entre eles que me aproximou desse universo. Nos momentos em que fui convocada a experimentar e efetivamente participar de suas atividades, a vivência de campo ganhou novos impulsos.

Jeanne Favret-Saada (2005), ao apontar a falha de muitos autores do campo da antropologia que “ignoram ou negam”o lugar do afeto “na experiência humana”(2005, p.155), a autora relata que em sua experiência de pesquisa “tudo se passou como se tivesse tentado fazer da ‘participação’ um instrumento de conhecimento” (Ibidem, p.157), por isso ela optou por “deixar-se afetar”, por “experimentar” e por “expor-se”.

Desta forma posso afirmar que mais do que ter acesso a falas organizadas e sistematizadas em entrevistas, foi por permitir-me “ser afetada” que muitas das falas anteriormente registradas foram compreendidas e, mais que isso, foi por permitir-me experimentar estar entre jovens e ser tão jovem quanto eles que me foi dada a chance de vivenciar suas lutas, mobilizações e projetos.

Como vimos no Capítulo anterior, foi possível identificar,entre os jovens do Lagamar, diferentes e, muitas vezes, antagônicas formas de atuação. Mas é preciso salientar que mesmo considerando as divergências um ponto em comum entre eles se evidenciou: o interesse pelas problemáticas sociais e pela busca de soluções a essas problemáticas. Mesmo diante das reiteradas afirmações de descrença e desinteresse pela política institucionalizada, dos “partidos”, das “eleições” e dos “políticos”, há entre esses jovens uma efetiva participação e envolvimento em debates e mobilizações *políticas*, por meio de práticas que possuem objetivos de negociar, modificar, transformar e afirmar opiniões.

A efetiva interferência no lugar onde vivem, nomeada de “atuação *no social*” ou “trabalho social”, possui na nomeação nativa a referência a valores como o

trabalho, a iniciativa de agir (“atuação”) e a coletividade (“social”). Fundamentados nesses valores os jovens legitimam e dignificam a “entrada” no *mundo da política*. Na defesa desses valores os embates, negociações e pedidos, mesmo quando diretamente a “políticos”, são compreendidos através da lógica do “social”, da coletividade, da busca do bem comum, “em prol da comunidade”.

O aprendizado desses valores referenciados em uma coletividade, ao longo da trajetória dos jovens, se mostrou interessante chave para a compreensão da importância dos professores, educadores e antigas lideranças na formação do *jovem atuante* que hoje se apresenta como protagonista e agente de transformação. Como afirmou Manoel, educador da Associação Comunitária, foi um educador de nome Pipoco e profissão palhaço que conseguiu despertar nele “desejo de jovem transformador”. Hoje o próprio Manoel é um dos educadores inspiradores que surge na fala de jovens como Adriano: “minha referência hoje é o Manoel, aprendi muito com ele, ele que remexeu na cabeça da gente, ensinando o caminho certo”.

Assim como Adriano identifica em Manoel uma referência, Narcélio reconhece a decisiva interferência positiva de Del, pois segundo Narcélio foram educadores como o Del que começaram “a canalizar a nossa energia que tava ainda numa fase de transformação e dá um caminho pro lado positivo”.

Para Jaqueline, conselheira da ZEIS, que considera as senhoras antigas lideranças como “heroínas” e “inspiradoras”, foi o *trabalho social*, a decisão de dedicar um tempo de sua vida “ao outro” que a fez se sentir jovem, por isso aos 29 anos ela afirma: “isso me fez ser jovem, por isso que eu tenho um espírito de jovem”. Antes disso, ela afirma que não havia um sentido definido em sua vida: “eu vim ver o sentido da vida a partir do momento em que eu entrei no grupo”.

As noções sobre juventude, tantas vezes tratadas de forma absoluta por meio de um referencial unicamente biológico, foram repensadas nesse trabalho a partir da leitura de Bourdieu, que considera a idade como “um dado biológico socialmente manipulado e manipulável” (BOURDIEU, 2003-A). Por isso retomar afirmações como a de Jaqueline, que identifica no envolvimento com o “trabalho social” a origem de seu “espírito jovem” nos permite afirmar a pertinência da análise de Bourdieu.

As definições referenciadas em dados biológicos deram lugar, ao longo deste trabalho, à dimensão *performativa* de que nos fala Machado Pais (2005). Nesse sentido *as juventudes* do Lagamar puderam ser analisadas a partir de suas

linguagens próprias, que as diferenciam nas formas de atuar “no social”. As definições sobre juventude que delimitam o *público* dos projetos sociais, notadamente referenciadas em definições etárias, foram repensadas e problematizadas.

A idéia de juventude como construção social pôde ser reafirmada, por exemplo, em experiências relatadas por integrantes da CUFA, onde um indivíduo de 11 anos, que biologicamente seria considerado *criança*, passa a ser beneficiário de um projeto voltado para *adolescentes*; e também nos casos em que *adultos* de 29 anos são inseridos em projetos de formação profissional idealizados para um público *jovem*. Assim, problemáticas que constituem o cotidiano de jovens do Lagamar, como o aliciamento feito pelo tráfico de drogas e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, surgiram como mediadoras dos sentidos que definem o que é *ser jovem*.

A definição de objetivos e as ações continuadas às quais os jovens protagonistas “do social” aderem, e que passam a ser significativas em suas vidas, indicam a concretização de *projetos próprios* pouco característicos em uma geração jovem do tempo presente.

Bauman, ao analisar as tendências das sociedades atuais, aponta a “liquidez” como uma metáfora da atual era moderna. Segundo o autor, que nos lembra que os líquidos são uma variedade dos fluidos: “Os fluidos, por assim dizer, não fixam o espaço nem prendem o tempo (...) não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la.” (BAUMAN, 2001, p.09). Para Bauman a inconstância, a mobilidade e a constante mudança “são razões para considerar “fluidez” ou “liquidez” como metáforas adequadas quando queremos captar a natureza da presente fase, nova de muitas maneiras, na história da modernidade (Ibidem, p.09). Para o autor os sólidos que estão derretendo neste momento da modernidade líquida:

são os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas - os padrões de comunicação e coordenação entre as políticas de vida conduzidas individualmente, de um lado, e as ações políticas de coletividades humanas, de outro. (Ibidem, p.13)

Na leitura de Bauman a individualidade se manifesta como um imperativo e o distanciamento entre projetos individuais e os projetos de coletividades é identificado como uma tendência no momento atual da *modernidade líquida*. Esta leitura, porém, nos remete a um cenário diferente do que foi identificado entre os jovens engajados

nos espaços de atuação pesquisados. Encontramos jovens dispostos a integrar projetos coletivos e a análise de suas trajetórias indica um eixo onde o “social” acompanha escolhas pessoais, ainda que a fluidez de que fala Bauman possa se manifestar de outras formas em suas vidas e em seus relacionamentos.

Em outra obra, intitulada “A arte da vida”, Bauman observa que o *outro* é uma “vítima colateral” (BAUMAN, 2009, p.141) da fase líquida da modernidade, pois ele deixa de ser o “objeto maior da responsabilidade ética e da preocupação moral” (Ibidem, p.141), já que o indivíduo está ocupado em responsabilizar-se por *si mesmo*, por sua *autorrealização*. Segundo Bauman as escolhas dos indivíduos podem ser motivadas por forças centrípetas, focadas em *si mesmos*, ou por forças centrífugas, focadas nos *outros*. Dentre essas duas filosofias de vida:

A primeira sugere um programa de cuidados com o ego, de reforço do ego e de preocupações totalmente autorreferenciais. Também apresenta a busca da felicidade como um esforço de autopromoção. A segunda oferece uma perspectiva de cuidado e preocupação com o outro – e a felicidade de “ser para”. (BAUMAN, 2009, p.159).

A segunda opção voltada para *responsabilidade pelo outro* é identificada por Bauman como o extremo oposto da modernidade líquida em que há uma idolatria do *eu*. Na modernidade de relações liquefeitas não parece haver espaço para dedicar-se ao outro.

O lugar do *outro*, da *coletividade*, da *comunidade* nos projetos pessoais entre os integrantes dos espaços de atuação pesquisados – Associação Comunitária do Lagamar, Fórum da ZEIS do Lagamar e Central Única das Favelas do Lagamar – nos revela um movimento diferente com relação ao padrão individualista da modernidade. Os jovens que dialogaram com este trabalho, expressam com suas motivações, argumentos e formas de interferir na realidade, a intenção direta de repercutir com suas práticas em transformações que não se limitem a um projeto individual, mas que de alguma forma interfiram nas pessoas que o cercam e no lugar onde vivem, sejam essas interferências de dimensão simbólica ou material.

Quanto às interferências de cunho material foi possível observar, por exemplo, a melhoria da qualidade de vida por meio da inserção no mercado de trabalho em razão dos cursos e projetos profissionalizantes. Quanto à dimensão simbólica, foi possível observar suas manifestações nos aprendizados em relação aos direitos e deveres, e na própria afirmação de *ser morador do Lagamar*.

A atuação dos jovens pesquisados demonstrou interessantes resultados, mesmo diante do breve período de funcionamento (ou existência) das organizações pesquisadas. Por isso cabe lembrar que assumir a *luta* da ZEIS, o *nome* da CUFA ou as *atividades* da Associação significa, para esses jovens engajados no “trabalho social”, a renovação de suas práticas, parcerias e estratégias de atuação; significa, além disso, uma forma de afirmar a continuidade de projetos coletivos, mesmo que por meios e linguagens diferenciadas dos espaços por onde passaram anteriormente.

Finalizo este trabalho na esperança de poder contribuir com reflexões futuras sobre o *lugar* dos jovens e de suas práticas nas “políticas” que regem a vida das cidades. Assim, antes de propor considerações que finalizem de forma absoluta qualquer questão, proponho deixar em aberto a reflexão sobre a razão de projetos individuais estarem alicerçados, ou não, em projetos coletivos: de onde vem o desejo dos projetos coletivos e pra onde estes projetos nos levam?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs). *Retratos da Juventude Brasileira – Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

ALVES, M. A. A. ; FREITAS, G. J. . A Inversão das Vozes: Narrativas sobre o Grande Bom Jardim. In: Elizabeth Fiúza Aragão, Geovani Jacó de Freitas. (Org.). *Fortaleza e suas tramas: olhares sobre a cidade*. Fortaleza: EDUECE, 2008.

AVELAR, Juliana Nogueira. Juventude e a territorialização dos espaços na comunidade do Lagamar. Monografia. Universidade Estadual do Ceará, 2007.

BAILEY, F.G. *Gift and poison. The Politics of reputation*. Oxford: Basil Blackwell, 1971 (pp. 1-24).

BARNES, J. A. *Redes sociais e processo político*. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BARREIRA, Irllys; BARREIRA, César (Orgs.). *A Juventude e suas expressões plurais*. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo; FIRMO, B. I. A. . Movimentos Urbanos, Estado e Política Social: dinâmica da reprodução e do conflito. In: BRAGA, Elza; BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. (Orgs.). *A Política da Escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1991.

_____. A representação como espelho: universo cultural e político das candidaturas populares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.26, ano 9, 1994.

_____. Introdução. In BARREIRA, Irllys; BARREIRA, César (Orgs.). *A Juventude e suas expressões plurais*. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. *A arte da vida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

BEZERRA, M. O. *Em nome das 'bases'. Política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

BEZERRA, Roselane. *O bairro Praia de Iracema: entre o “adeus” e a “boemia”: usos e abusos num espaço urbano*. Fortaleza: Expressão gráfica editora, 2009.

BONDÍA, Jorge Larrosa. *Notas sobre a experiência e o saber da experiência*. In: Rev. Brasileira de Educação [online]. 2002, p.19, pp.20-28.

BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social. In Psicologia USP, S. Paulo, 4 (1/2), p. 277-284, 1993.

BOURDIEU, Pierre. *Lições da Aula*. São Paulo: Editora Atica, 1988.

_____. *Meditações Pascalianas*. Oeiras, Celta, 1998.

_____. *A ilusão biográfica*. In: Questões de Sociologia. Lisboa: Fim de século, 2003.

_____. *A juventude é só uma palavra*. In: Questões de Sociologia. Lisboa: Fim de século, 2003-A.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRAGA, Elza; BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. (Orgs.). *A política da Escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1991.

BRITO, Suerde Miranda de Oliveira; MACÊDO, Maria Joacineide de. *A luta pela cidadania dos meninos do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: uma ideologia reconstrutora*. In: Psicologia: Reflexão e Crítica, v.11, n.3, Porto Alegre, 1998

CALDEIRA, Teresa Pires do R.. *Cidade de Muros*. São Paulo: Edusp, 2003.

CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2003.

CAMPOS, Marcelo da; SOUZA, Luis. A. de. *Redução da Maioridade Penal: Uma Análise dos Projetos que tramitam na Câmara dos Deputados*. In: Revista Ultima Ratio [online]. Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, Ano.1, nº 1, p. 231 a 258, 2007.

CARTILHA DO PEL - Plano Estratégico do Lagamar. Fundação Marcos de Brün;

banco do Nordeste do Brasil, 2006.

CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e a voz subalterna. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 7, n. 15, Julho 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CENSO DO LAGAMAR. Fundação Marcos de Brüin, Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

DA MATA, Roberto. *O Ofício do Etnólogo, ou como ter o “Anthropological Blues”*. In: NUNES, E. O. (Org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DANZIATO, Octávia de Carvalho Martin. *ONG's e a prática social com adolescentes*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia. V.4*. São Paulo: Ed 34, 1997.

DIÓGENES, Glória Maria. *Lagamar: diferenciação das lutas e redirecionamento do espaço planejado*. In: BRAGA, Elza Franco; BARREIRA, Irllys Alencar Firmo (Orgs). *A política da Escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1991.

_____, Glória Maria dos Santos. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento Hip-Hop*. São Paulo: Anablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e do Desporto, 1998.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ENOUT, Rodrigo Lobato Junqueira. *A legislação protetiva da infância e juventude brasileira e as políticas governamentais*. In: Anais I Simpósio Internacional do Adolescente, Maio. 2005

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado (tradução de Paula de Siqueira Lopes). *Cadernos*

de Campo, n. 13, p. 155-161, 2005.

FREITAS, Joelma Maria. *Imagens da juventude no espaço urbano: corpos, símbolos e signos da cultura visual*. Dissertação/UFC, 2003

FRUGOLI JUNIOR, Heitor. *O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia*. *Rev. Antropol.* [online]. 2005, vol.48, n.1, pp. 133-165.

GEERTZ, Clifford. *O saber local*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

_____. *A Interpretação das Culturas*. 1ed. 13 reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOFFMAN, Irving. *Estigma: notas sobre a manipulação de identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

_____. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2009.

GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos e Lutas Sociais. A construção da Cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

GOLDMAN, Marcio; SANT'ANNA, Ronaldo dos Santos . *Elementos para uma Análise Antropológica do Voto*. In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio. (Org.). *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1990.

KUSCHNIR, Karina. *Eleições e Representação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NUAP, 2000.

_____. *Antropologia da Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Quando o Campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole*. In: MAGNANI, José Guilherme C; TORRES, Lilian de Luca (Orgs.). *Na Metrópole – Textos de antropologia Urbana*. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. In: Revista

Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 17, n. 49, p.11-29, 2002.

_____. *Os circuitos dos jovens urbanos*. In: Tempo social, revista de sociologia da USP, v.17, n.2, pp. 173-205.

MALINOWSKI, B. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Ed. Abril, 1978.

MATTOS, Geísa. *A favor da comunidade. Modos de viver a política no bairro*. Tese. Universidade Federal do Ceará, UFC, 2004.

MORIN, Edgar. *Juventude*. In: *Cultura de massas no Século XX, volume 1: neurose*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1997.

NOVAES, Regina. *Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias*. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGÊNIO, Fernanda (Orgs.). *Culturas Jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

OLIVEIRA, Mônica C. Ximenes de. *Lagamar usos e cenas*. Dissertação de mestrado em sociologia: UFC, 2003.

PAIS, José Machado. *Culturas Juvenís*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

_____. *Jovens e Cidadania*. In: *Sociologia, problemas e práticas*, nº 49, 2005, pp. 53-70.

_____. *A Juventude como Fase de Vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse*. In: *Saude soc*. São Paulo, v.18, n.3, 2009.

PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio (Orgs.). Apresentação In: *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

PALMEIRA, Moacir. *Política e tempo: nota exploratória*. In: PEIRANO, Mariza. (Org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NuAP, 2001.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. 1997. *Política Ambígua*. In: BIRMAN, P., NOVAES, R. e CRESPO S.(org.) *O Mal à Brasileira*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996. p. 159-183.

PINHEIRO, Ângela. *Criança e adolescente no Brasil: porque o abismo entre a lei e a realidade*. Fortaleza: UFC, 2006

RIBEIRO, Luís Távora Furtado. *Alcance e limites do trabalho educativo da Igreja nos MSU's a partir da experiência da Favela do Lagamar em Fortaleza*. Dissertação. Universidade Federal do Ceará, 1990.

RONDELLI, E. *Imagens da violência e práticas discursivas*. In: MESSEDER, C. A.P. et.al. (Orgs.). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro, 2000.

SÁ, Leonardo Damasceno. *Guerra, Mundão e Consideração: uma etnografia das relações sociais dos jovens do Serviluz*. Tese. Universidade Federal do Ceará, UFC, 2010.

SADER, Eder. *Quando Novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras. Ações coletivas na era da globalização*. São Pulo: Ed. HUCITEC, 1999.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. *Halbwachs: memória coletiva e experiência*. Psicologia USP, São Paulo, 4 (1/2), 1993.

SIMMEL, Georg. *A metrópole e a vida do espírito*. In: FORTUNA, Carlos (org.). *Cidade, Cultura e Globalização – Ensaios de Sociologia*. Oeiras (Portugal): Celta Editora, 2001.

SOARES, Luiz Eduardo. *Juventude e violência no Brasil contemporâneo*. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs). *Juventude e Sociedade – Trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose - Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2003.

_____. *Sociabilidade Urbana*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2007.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. *Mana* [online]. 2002, vol.8, n.1, pp. 113-148.

WIRTH, Louis. *O Urbanismo como modo de vida*. In: FORTUNA, Carlos (org.). *Cidade, Cultura e Globalização – Ensaio de Sociologia*. Oeiras (Portugal): Celta Editora, 2001.

WOLF, Eric R.. In: BIANCO, B.; RIBEIRO, Gustavo L. (orgs). *Antropologia e poder - contribuições de Eric R. Wolf*. Brasília: Ed. UNB; São Paulo: Ed. Unicamp, 2003.

WOODWARD, Kathryn, *Identidade e diferença: uma introdução teórica conceitual*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.